



DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLII — Nº 70

SEXTA-FEIRA, 9 DE OUTUBRO DE 1987

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO

Despacho do Presidente da Comissão Mista de Orçamento, sobre as emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 1, de 1987-CN, que "estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1988", em consonância com o artigo 5º das normas estabelecidas de acordo com o disposto no artigo 95 do Regimento Comum.

Nos termos dos arts. 5º e 8º das normas estabelecidas pelo art. 95 do Regimento Comum, cumpre-nos despachar as emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária da União para o exercício financeiro de 1988.

Considerando os preceitos legais pertinentes à matéria, resolvemos:

I — não aceitar as emendas, ressalvadas as identificadas no item II deste despacho, que foram apresentadas ao Texto da Lei e aos Subanexos relativos à Justiça do Trabalho; à Presidência da República; aos Ministérios da Aeronáutica, da Agricultura, da Educação, da Fazenda, da Indústria e do Comércio, do Interior, da Previdência e Assistência Social, da Saúde, dos Transportes, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, e da Ciência e Tecnologia; aos Encargos Gerais da União; aos Encargos Financeiros da União; e à Reserva de Contingência vez que visam à modificação do montante, natureza ou objetivo da programação dos diversos órgãos, o que é expressamente vedado pelo § 1º do artigo 65 da Constituição; dispositivo este que, lamentavelmente, não nos permite admiti-las; e

II — aceitar as emendas apresentadas ao Texto da Lei pelos nobres Deputados Benito Gama, César Maia e Nilson Sguarezi, bem como a apresentada ao Subanexo relativo ao Ministério dos Transportes pelo ilustre Senador Affonso Camargo pois não sofrem dos vícios descritos no preceito constitucional referido no item anterior, podendo, portanto, serem admitidas para apreciação pela Comissão Mista de Orçamento.

Publique-se o despacho e as emendas, de acordo com o inciso V do artigo 95 do Regimento Comum.

Brasília, 2 de outubro de 1987. — Senador **Rachid Saldanha Derzi**, Presidente da Comissão Mista de Orçamento.

(*) Emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 1, de 1987-CN que "estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1988".

(*) Serão publicadas em Suplemento "A" a presente edição.

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Administrativo
JOSECLER GOMES MOREIRA
Diretor Industrial
LINDOMAR PEREIRA DA SILVA
Diretor Adjunto

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral	Cz\$ 264,00
Despesa c/ postagem	Cz\$ 66,00
(Via Terrestre)	
TOTAL	330,00
Exemplar Avulso	Cz\$ 2,00
Tiragem: 2.200 exemplares.	

SENADO FEDERAL

(**) Emendas apresentadas ao Projeto de Lei do Senado Nº 31, de 1987-DF, que "estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1988".

(**) Serão publicadas em Suplemento "B" a presente edição.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Humberto Lucena, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N° 162, DE 1987

Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a emitir título de sua responsabilidade no valor de Cz\$ 497.853.367,20 (quatrocentos e noventa e sete milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, trezentos e sessenta e sete cruzados e vinte centavos).

Art. 1º É o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do parágrafo único do artigo 3º da Resolução nº 62, de 1975, do Senado Federal, autorizado a elevar, em caráter excepcional, o limite de sua dívida consolidada interna para que possa emitir 4.679.073 títulos de sua responsabilidade, no valor correspondente a Cz\$ 497.853.367,20 (quatrocentos e noventa e sete milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, trezentos e sessenta e sete cruzados e vinte centavos), destinados ao complemento do giro da sua dívida consolidada interna mobiliária, vencível no presente exercício.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 8 de outubro de 1987. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Humberto Lucena, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N° 163, DE 1987

Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cz\$ 1.917.745.482,51 (um bilhão, novecentos e dezessete milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e dois cruzados e cinquenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada.

Art. 1º É o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do parágrafo único do artigo 3º da Resolução nº 62, de 1975, do Senado Federal, autorizado a emitir 10.559.691 Obrigações do Tesouro do Estado

do Rio Grande do Sul, no valor nominal de Cz\$ 181,61, em março de 1987, equivalente a Cz\$ 1.917.745.482,51 (um bilhão, novecentos e dezessete milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e dois cruzados e cinqüenta e um centavos), destinados ao complemento do giro da sua dívida consolidada interna mobiliária, vencível no presente exercício.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 8 de outubro de 1987. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Humberto Lucena, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N° 164, DE 1987

Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cz\$ 11.405.766.900,00 (onze bilhões, quatrocentos e cinco milhões, setecentos e sessenta e seis mil e novecentos cruzados) o montante de sua dívida consolidada.

Art. 1º É o Governo do Estado do Rio de Janeiro, autorizado a elevar, temporariamente, o parâmetro do item III do artigo 2º da Resolução nº 62, de 28 de outubro de 1985, modificada pela de nº 93, de 11 de outubro de 1976, ambas do Senado Federal, a fim de que possa realizar operação de crédito no valor de Cz\$ 11.405.766.900,00 (onze bilhões, quatrocentos e cinco milhões, setecentos e sessenta e seis mil e novecentos cruzados), correspondente a 36.730.000,00 Obrigações do Estado do Rio de Janeiro — OERJ, considerado o valor nominal do título de Cz\$ 310,53, vigente em junho de 1987, destinado ao financiamento parcial do seu déficit corrente do presente exercício, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 8 de outubro de 1987. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 68ª SESSÃO, EM 8 DE OUTUBRO DE 1987

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Comunicações

— Do Senador Jorge Bornhausen, referente a reassunção do seu mandato.

— Dos Senadores Olavo Pires e Odacir Soares, de que se ausentarão do País.

1.2.2 — Requerimento

— Nº 158/87, do Senador Pompeu de Souza, solicitando a transcrição nos Anais do Senado Federal, da matéria publicada na primeira página do Caderno "B" Especial da edição de domingo, 4 de outubro de 1987, do **Jornal do Brasil**, sob o título: "O Pastelão do PFL".

1.2.3 — Comunicações da Presidência

— Transferência para o dia 29 de outubro, quinta-feira, às 10 horas, da sessão especial destinada a homenagear a memória do Ministro José Américo de Almeida.

— Referente a designação de Senadores, para comporem a delegação brasileira à 78ª Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Bangkok, no período de 12 a 17 do corrente mês.

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas e 35 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR ALBANO FRANCO — Aproveitamento do sal sergipano proveniente da exploração do potássio.

SENADOR JAMIL HADDAD, como Líder — Pronunciamento do Presidente José Sarney feito, ontem, à Nação.

SENADOR RUY BACELAR — Pronunciamento do Presidente José Sarney feito, ontem, à Nação. Reativação do projeto de ácido fosfórico da Caraíba Metais, Bahia. Exclusão da Caraíba Metais da lista das empresas privatizáveis. Defesa da instalação, em Camaçari-BA, de uma planta de amônia pela Petrofértil.

SENADOR NELSON WEDEKIN, como Líder — Transcrição da entrevista do Ministro Raphael de Almeida Magalhães concedida à revista **Veja**.

SENADOR JOÃO MENEZES, como Líder — Pronunciamento do Presidente José Sarney feito, ontem, à Nação.

SENADOR ANTÔNIO FARIA, como Líder — Pronunciamento do Presidente José Sarney feito, ontem, à Nação.

1.2.5 — Comunicação da Presidência

— Recebimento do Prefeito Municipal de Rio Branco, Estado do Acre, do Ofício nº S/42, de 1987, solicitando a retificação da Resolução nº 126/84.

1.2.6 — Requerimento

— Nº 159/87, do Senador Nelson Carneiro, solicitando a designação de uma Comissão Especial, integrada por 5 membros, com a finalidade de realizar estudos e levantamentos sobre as ocorrências recentemente verificadas em Goiânia, relativas à contaminação de pessoas por substâncias radioativas.

1.2.7 — Comunicações

— Dos Senadores Chagas Rodrigues e Marcondes Gadelha, de que se ausentarão do País.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 20/87 (nº 3/87, na Casa de origem), que dispõe sobre o aproveitamento dos servidores da Empresa de Engenharia e Construção de Obras especial S.A. — ECEX, no Departamento de Estradas de Rodagem — DNER. **Aprovado**, com emendas.

— Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 20/87. **Aprovada**. À Câmara dos Deputados.

— Projeto de Lei da Câmara nº 35/87 (nº 5.532/85, na Casa de origem), que dispõe sobre a profissão de trabalhador de bloco e determina outras providências. **Aprovado.** À sanção.

— Projeto de Resolução nº 162/87, que autoriza a Prefeitura Municipal de Prata, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados a 100.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. **Aprovado.**

— Redação final do Projeto de Resolução nº 162/87. **Aprovada.** À promulgação.

— Projeto de Resolução nº 163/87, que autoriza a Prefeitura Municipal de Timóteo, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 450.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. **Aprovado.**

— Redação final do Projeto de Resolução nº 163/87. **Aprovada.** À promulgação.

— Projeto de Resolução nº 164/87, que autoriza a Prefeitura Municipal de Ubá, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 240.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. **Aprovado.**

— Redação final do Projeto de Resolução nº 164/87. **Aprovada.** À promulgação.

— Projeto de Resolução nº 165/87, que autoriza a Prefeitura Municipal de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 77.067,67 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. **Aprovado.**

— Redação final do Projeto de Resolução nº 165/87. **Aprovada.** À promulgação.

— Projeto de Resolução nº 166/87, que autoriza a Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 96.167,717 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. **Aprovado.**

— Redação final do Projeto de Resolução nº 166/87. **Aprovada.** À promulgação.

— Projeto de Resolução nº 167/87, que autoriza a Prefeitura Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 525.159,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. **Aprovado.**

— Redação final do Projeto de Resolução nº 167/87. **Aprovada.** À promulgação.

— Projeto de Resolução nº 168/87, que autoriza a Prefeitura Municipal de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 60.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. **Aprovado.**

— Redação final do Projeto de Resolução nº 168/87. **Aprovada.** À promulgação.

— Projeto de Resolução nº 169/87, que autoriza a Prefeitura Municipal de Salto do Parnaíba, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 11.457,62 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

— Redação final do Projeto de Resolução nº 169/87. **Aprovada.** À promulgação.

— Projeto de Resolução nº 170/87, que autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar, em caráter excepcional e temporariamente, o parâmetro estabelecido no item III do art. 2º da Resolução nº 62, de 28-10-75, modificada pela nº 93, de 11-10-76, ambas do Senado Federal, de modo a permitir o registro de uma emissão de 36.730.000 Obrigações do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro — OTRJ. **Aprovado.**

— Redação final do Projeto de Resolução nº 170/87. **Aprovada.** À promulgação.

1.3.1 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR ÁUREO MELLO — Manifestação de apoio ao Presidente José Sarney.

SENADOR FRANCISCO ROLLEMBERG — Criação da Fundação Augusto Franco em Aracaju-SE.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Agravamento da crise das cacaueiras nacionais

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Programa de ação governamental.

SENADOR RONALDO ARAGÃO — Apoio do IBC para a cafeicultura de Rondônia.

1.3.2 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão extraordinária a realizar-se terça-feira, dia 13, às 10 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

— Do Senador Mansueto de Lavor, proferido na sessão de 22-9-87

— Do Senador João Menezes, proferido na sessão de 5-10-87

3 — ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

— nº 207 e 208, de 1987

4 — PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

— Nº 27, de 1987

5 — ATAS DE COMISSÕES

6 — MESA DIRETORA

7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

SUMÁRIO DA ATA DA 63ª SESSÃO, REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 1987

Retificações

Na publicação feita no DCN — Seção II — de 22-9-87, página nº 2041, 2ª coluna, no item 1.2.7 — **Requerimentos**

Onde se lê:

1.2.7 — Requerimento

— Nº 146/87, do Senador Humberto Lucena e outros, requerendo homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador João Cleofas. **Aprovado**, após usar da palavra o Senador Nelson Carneiro, tendo o Sr. Presidente se associado em nome da Mesa.

Leia-se:

1.2.7 — Requerimentos

— Nº 147/87, do Senador Jarbas Passarinho e outros, requerendo homenagem de pesar pelo falecimento do General Golbery do Couto e Silva. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Nelson Carneiro, Jarbas Passarinho e Mauro Benevides, tendo o Sr. Presidente se associado a homenagem em nome da Mesa.

Na publicação do mesmo Sumário, página nº 2043, 2ª coluna, no item 1.3.2 — **Discursos após a Ordem do Dia**

Onde se lê:

ITAMAR FRANCO — Homenagem póstuma a funcionários da TV Alterosa de Belo Horizonte.

Leia-se:

SENADOR ITAMAR FRANCO — Homenagem póstuma a funcionários da TV Alterosa de Belo Horizonte.

mico-financeira, melhorando o salário da classe trabalhadora e da classe média deste País. No entanto, Sua Excelência, ao final da sua fala, fez, na realidade, uma crítica violenta àqueles que se elegeram atrás do Cruzado I e que, na prática, não estão apoiando seu Governo. Sua Excelência acabou a fala e imediatamente os locutores informaram o aumento: infelizmente, não era de salários; era o da gasolina, do óleo Diesel e do gás de cozinha.

O Sr. João Menezes — V. Ex^e me permite um aparte?

O SR. JAMIL HADDAD — Com a maior satisfação, ouço V. Ex^e

O Sr. João Menezes — Eminente Senador, V. Ex^e tem-se pontificado como o grande defensor dos problemas da classe pobre e da classe média. Só queria lembrar que estamos discutindo um novo projeto de Constituição. Se o examinarmos atentamente, chegaremos à conclusão de que é uma Constituição que só cria obrigações, é uma Constituição em que não há, quase, deveres. Quer-se obter tudo através da Constituição, mas não se quer criar responsabilidade para se chegar ao almejado. Este é um ponto que ainda não foi debatido na Constituição, mas que precisa ser examinado. Não se pode fazer uma Constituição apenas para dar direitos, nela, também, devem constar deveres e obrigações. V. Ex^e fala no pronunciamento de ontem do Presidente da República. Eu também ouvi esse pronunciamento. Acho que Sua Excelência colocou o assunto claramente e deu uma pincelada rápida nas condições que têm sido criadas com o sentido de impedir com melhor andamento da sua Administração. Sua Excelência falou no Plano Cruzado. Nós, aqui, sobre ele muito temos falado. Inclusive já discutimos este assunto com V. Ex^e. Ninguém pode negar que o Plano Cruzado fez surgir aquela euforia enorme, de que o grande Partido, o Partido da Maioria, o PMDB, aproveitou as vantagens e, na dificuldade, fugiu das suas responsabilidades. V. Ex^e fala da ordem econômica. Daí Sua Excelência também falou. Ressaltou, ainda, que enfrentou um dos problemas mais graves, que é a dificuldade que têm o Norte e o Nordeste. Este problema foi fundamental, foi básico no pronunciamento do Presidente da República. V. Ex^e sabe que, enquanto são dados três cruzados para o Sul do País, para o Norte e para o Nordeste é dado apenas cruzado. Este é um fato fundamental que está criando essa desigualdade entre os brasileiros. São os brasileiros beneficiados e os não beneficiados e é este problema que está o Presidente a enfrentar, com muita seriedade e com muita dificuldade. Portanto, Sua Excelência falou no seu pronunciamento, em linhas gerais, o que pretende e até nessa ordem econômica, enquanto que a questão salarial está sendo discutida sob a responsabilidade dos Constituintes, e não é da responsabilidade, no momento, do Presidente. Este é um fato que precisa ser anotado. Discute-se o salário necessário para o cidadão sustentar a mulher, o filho e dez pessoas que moram na sua casa — esse salário é feito pelo Governo na base de um cidadão, enquanto o Dieese, órgão dos trabalhadores, também, faz o quê? Baseia o salário por três pessoas por família. Ambos estão errados, porque aqueles cálculos não representam a realidade da vida brasileira.

O de que precisamos, Sr. Senador, em matéria de salário é, realmente, pagar aqueles que produzem, e fazer um salário de acordo com a capacidade de cada um. Este é um princípio indispensável, é um princípio que precisa ser obtido. Vejo, também, a discussão e, certamente, V. Ex^e vai defender na Constituinte, sobre a redução de hora de trabalho. Vim da União Soviética e o que vi foi o Sr. Gorbatchev, publicamente, denunciando a falta de trabalho do povo na Rússia, que precisa trabalhar e produzir, e em um Estado como o nosso, acabamos de ouvir o Senador Albano Franco afirmar: Precisamos produzir, e para produzir precisa-se trabalhar; sem trabalhar não se produz". Desculpe a extensão do aparte, mas é que V. Ex^e traz sempre assuntos tão interessantes, que faz com que participemos, embora modestamente, da sua fala.

O SR. JAMIL HADDAD — Agradeço V. Ex^e ao aparte, nobre Senador João Menezes, mas tenho a impressão de que estamos vivendo em mundos diferentes. Pela fala de V. Ex^e, a impressão que se tem é que, na realidade, a classe trabalhadora tem plena condições de sobreviver com o salário atual.

Vemos a diferença de conduta que ocorre neste País. Quando a classe trabalhadora, a classe média, faz uma greve, que é a arma legal para reivindicar aumento de salário, é reprimida às vezes com violência. Agora, a Autolatina do Sr. Wolfgang Sauer diz assim: — "Não vendo, isto é uma repressão que faço ao Governo brasileiro". E S. Ex^e, o Senhor Presidente da República recebe o Sr. Wolfgang Sauer, e diz: "Fique tranquilo, porque vamos permitir o aumento do custo de automóveis".

Sr. Presidente, não entendo mais, e chego à conclusão, e vou repetir, o que já disse no pronunciamento anterior: a impressão que eu tenho é de que há interesses de determinadas autoridades governamentais para que haja uma reação violenta por parte da população para justificar um novo golpe militar neste País, porque sem sensibilidade não é possível. Vemos, agora, os próprios militares declararem que os seus vencimentos estão defasados em 193%. Os militares são cidadãos iguais a nós, suas esposas vão aos supermercados e às feiras.

Dizem que a inflação é de 5%!

Sr. Presidente, esse engodo, essa mistificação não pode mais continuar, porque a verdade, a realidade nua e crua é que não há mais condições de sobreviver para a classe trabalhadora e a classe média.

A proposta do Senhor Presidente da República é claramente configurada por um avanço mais à direita, que, inclusive, propõe novos corredores de exportação, propõe que a dívida externa seja paga através de contrato de risco, enfim, a desnacionalização total da nossa economia.

Todos sabem que as multinacionais pouco se importam com as condições de vida da população dos países onde se instalaram; o que lhes interessa é a mão-de-obra baixa, barata, porque, se essa mão-de-obra crescer, ela fecha suas portas e vai bater em outros costados.

Tive oportunidade, há cinco anos, de estar em Manila; vi hotéis luxuosíssimos, vi padrão de vida altíssimo de determinada casta, e vi 90% da popu-

lação vivendo em palafitas e vi grandes empresas multinacionais, como ocorre neste País.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Senhor Presidente da República pode ter a certeza de que, no dia em que mandar um plano modificando a política econômico-financeira, essa política social instalada em nosso País hoje, que é uma política anti-social, neste dia terá o meu apoio irrestrito: votarei todas as propostas que venham beneficiar e melhorar as condições de vida da população.

Agora, a partir do momento em que o mais baixo salário mínimo da História deste País está registrado e S. Ex^e, após o pronunciamento, como repeti, sai do vídeo e entra o locutor com aquela belíssima voz, tipo Meira Filho, nosso querido Senador, com essa voz própria de grande locutor, e diz: "Estão majorados, a partir da meia-noite, o preço dos combustíveis e do gás de cozinha".

O Sr. João Menezes — V. Ex^e me concede um contra-aparte, nobre Senador?

O SR. JAMIL HADDAD — É sempre um prazer ouvi-lo.

O Sr. João Menezes — Eminente Senador, este é um assunto da maior gravidade, porque sabe V. Ex^e que essa política social que defende, dizendo que o salário mínimo é o mais baixo na História do País, não é bem assim, porque o salário mínimo tem subido, não como devia, mas gradativamente, sobretudo no Governo do Presidente José Sarney. Mas há um fato que quero repisar aqui, nesta Casa: V. Ex^e há de verificar que tudo está-se obtendo aqui sob pressão. E essa pressão são as greves diárias. V. Ex^e verifica que, neste País, acaba greve numa semana e na outra semana entra outra. Todas as classes sociais estão fazendo greve seguidamente e isto, em economia política, se chama a ação de um sindicalismo revolucionário. E esse sindicalismo revolucionário está praticando greves diariamente, uma por cima da outra, para chegar àquele ponto final, que seria uma greve total para a destruição do poder, para destruição das forças que comandam o poder. Este é o objetivo final. V. Ex^e está ferindo um assunto do maior interesse, mas, creia V. Ex^e, muitas vezes, esses que fomentam as greves são os verdadeiros trabalhadores capitalistas. Eles não aparecem nas cabeças das greves, porque essas greves são subterrâneas e pouco a pouco vão solapando todo o programa social deste País como, por exemplo, a greve bancária, que durou quase doze dias, nos quais o País parou. E por que isto? Porque há uma orientação segura, bem organizada, para desestabilizar e criar condições de dificuldades para o País. Esta é a grande realidade que existe e que quero deixar expresso no brilhante discurso de V. Ex^e, pois sei que suas teses são feitas e defendidas com a melhor intenção e patriotismo.

O SR. JAMIL HADDAD — Nobre Senador João Menezes, V. Ex^e há de convir que a greve do outro lado não é comentada, que a partir do momento em que a indústria farmacêutica deseja aumento dos produtos e os retira das prateleiras das farmácias, ela está fazendo uma greve contra a população, e o Governo recua e dá o aumento que a indústria farmacêutica deseja.

Quando o Sr. Wolfgang Sauer diz: "Não vou mais entregar automóveis; vou recuar, mas é uma

advertência ao Governo", sabendo que, atrás disso, deixará desempregados milhares de brasileiros, o Senhor Presidente da República recebe a advertência e lhe diz que continue a entregar, porque o preço será reajustado de acordo com o que foi pedido. É uma greve!

Quando, no Plano Cruzado I, estipulou-se o preço da carne a 280 a arroba — acordo de cavalheiros — a carne sumiu. No entanto, o que se dizia era que só se venderia com ágio. É uma greve!

A população sofre as consequências dessa greve do setor econômico. Com esses aumentos, o seu salário, já extremamente baixo, cada vez se avulta mais.

Nobre Senador João Menezes, V. Ex^a, como todo Senador, deseja o bem-estar da população brasileira. Este é um momento de reflexão profunda, um momento sério.

O Sr. João Lobo — V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JAMIL HADDAD — Darei o aparte com a maior satisfação.

Sr. Presidente, não quero usar este argumento para dizer que estou querendo insultar a, b, c, ou d, ainda mais porque houve uma reação nessa mesma área contra o programa do Partido Socialista Brasileiro.

Lemos nos jornais que os estudos feitos pelas Forças Armadas demonstram que há uma defasagem nos seus vencimentos de 193%. Estou apenas exemplificando. E na classe trabalhadora? Então, a informação que se tem, segundo o *Jornal do Brasil*, é que está correndo dentro dos quartéis um panfleto reprimindo a política econômico-financeira.

Sr. Presidente, quero deixar bem claro que sei que todos os Srs. Senadores aqui têm o interesse de ver a melhoria da população brasileira. Mas, às vezes, a ótica é diferente. É a ótica de uma pessoa que viveu politicamente sempre dentro de um Partido, chamado Partido Socialista Brasileiro, que deseja, na realidade, a mudança estrutural da sociedade, através de benefícios à população e contra o estado de miserabilidade em que ela se encontra.

Antes de encerrar, já que V. Ex^a me alerta, Sr. Presidente, eu havia concedido um aparte ao nobre Senador João Lobo, e ouço S. Ex^a com a maior satisfação.

O Sr. João Lobo — Nobre Senador, serei breve. É evidente que não tenho procuração do Sr. Wolfgang Sauer nem tenho a ingenuidade de não entender as coisas, tão claras como estão postas. Mas eu perguntaria a V. Ex^a: qual seria o modo ou o meio que o Sr. Wolfgang Sauer deveria usar para que a sua firma não fosse à falência, pois a mesma está, como ele demonstrou, sempre batendo em vermelho pelas vendas dos carros novos efetuadas? Ele está no seu direito. Mesmo que V. Ex^a charne isso de greve, entendo que lhe assiste também o direito de fazer greve. Não só a classe operária deve ter o direito de fazer greve. Os empresários, quando prejudicados, devem também ter modos e meios de dizer que não querem mais vender. Ele não está forçando, não está pedindo ágio, não está pedindo outra modalidade qualquer de contravenção, está apenas dizendo: "não vou mais fabricar, porque a fabricação me dá prejuízo". Ninguém é obrigado

a fazer as coisas, a não ser coagidos pela lei. O Sr. Wolfgang Sauer não é obrigado a vender carros novos a ninguém. Não há uma lei que o obrigue e ele diz: "Não quero mais produzir e pronto! A produção me dá prejuízo". É evidente que é uma forma de protesto, de advertência que ele faz às autoridades econômicas deste País. Ele diz: "sem esse reajuste eu não posso fabricar". Como não posso fabricar, não posso subir o preço, então, deixo de fabricar". Evidentemente, sei que V. Ex^a vê a questão sob outra ótica. V. Ex^a é um homem que sempre viveu, como disse, no Partido Socialista e tem uma ótica diferente da minha, que sempre fui um empresário. Aplaudo a intenção que V. Ex^a faz no seu pronunciamento.

O Sr. JAMIL HADDAD — Nobre Senador João Lobo, coloquei que é uma greve, também, porque só se fala em greve do trabalhador. É uma greve. A diferença substancial é uma só; é que, quando o trabalhador faz greve, é recebido pela polícia. O trabalhador em greve é recebido pela polícia. O empresário é recebido pelo Presidente da República com pompas. É a única diferença. O trabalhador, para conseguir 200 cruzados de aumento de salário, faz greve e é recebido pela polícia. Para receber o aumento de 30% no preço dos carros, é recebido pelo Senhor Presidente da República, o Presidente da Volkswagen e da Ford.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Ex^a um rapidíssimo aparte?

O Sr. JAMIL HADDAD — Com a benevolência do Sr. Presidente, ouço o aparte de V. Ex^a

O Sr. Jutahy Magalhães — Apenas para dizer que a diferença, também, é outra: quando o trabalhador faz greve, é porque ele está trabalhando com o seu salário no vermelho. Ele não pode deixar de trabalhar. O empresário pode deixar de fabricar, deixar a fábrica e tudo bem. Logicamente que haverá um prejuízo. Agora, o trabalhador precisa lutar para ter o direito de trabalhar. Então, ele está no vermelho há muitos anos e com prejuízos salariais muito altos.

O Sr. JAMIL HADDAD — O aparte de V. Ex^a é extremamente procedente e enriquece, inclusive, o meu pronunciamento.

Quero deixar bem claro, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que há necessidade de empenho na política econômico-financeiro-social, porque não é mais possível, Sr. Presidente, já estamos cansados de ouvir que somos a sétima ou oitava economia do Mundo. No entanto, de cada mil crianças que nascem, 247 morrem até os dois anos.

Sr. Presidente, sei que esses contrastes fazem mal a todos que aqui estão e são, na realidade, a sermão para que, talvez, possa germinar uma discordia violenta entre os diversos segmentos da sociedade, o que, sinceramente, não desejamos.

Este é um momento, Sr. Presidente, de uma série reflexão, e neste sentido, é o pronunciamento que fiz, hoje, nesta Casa, e não o faço apenas como crítica. Faço um pronunciamento no sentido de que todos reflitam sobre a situação atual no campo social do nosso País, para que juntos possamos encontrar uma saída, para que amanhã

possamos dizer orgulhosamente que contribuímos para o bem-estar da população brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Bacelar. V. Ex^a dispõe de 15 minutos.

O SR. RUY BACELAR (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Nação inquieta, perplexa, ouviu ontem mais uma fala do eminente Senhor Presidente da República. Sua Excelência se autoconfessa, faz uma confissão explícita do desastroso Governo que vem realizando no País. Queixam-se de tudo e de todos e, ao mesmo tempo, dá a entender que inspira cuidado, proteção, protecionismo. Além do mais, pretende, mais do que nunca, o apoio global da Nação, como se esse apoio lhe viesse faltando, para que possa proliferar os seus desmandos, a sua incompetência, a sua ineficiência e continuar a mistificar a opinião pública e, ao mesmo tempo, penalizar o povo brasileiro com aumento de tarifas dos serviços públicos, de impostos, arrocho salarial, e, como prêmio de sua fala, a autorização para o reajuste dos combustíveis, trazendo mais dificuldades para a população pois essa medida tem como efeito o aumento de todos os gêneros e de toda a produção do País.

Poderia aprofundar-me neste pronunciamento de agora, como acredito seja o dever dos homens públicos no sentido de analisar seu conteúdo; poderia dizer que Sua Excelência, nesse pronunciamento, fala de tudo, é enfadonho, tenta, inclusive, intimidar os Constituintes, quando diz claramente — são palavras de seu pronunciamento:

"E, neste momento, que é um momento decisivo, eu quero (Eu quero!), eu necessito de um apoio explícito para levar a bom termo o processo da transição democrática e assegurar o desenvolvimento econômico do País, que não pode ser interrompido."

Mais adiante, Sua Excelência, como a querer endear-se cada vez mais como donatário da "Capitania do Maranhão", quer fazer isto em relação ao Brasil, diz textualmente:

E eu espero a colaboração dos partidos e dos parlamentares e tenho absoluta certeza de que eles não faltariam ao Brasil.

Mas, na consciência, acredito que Sua Excelência pretendia dizer "ao Sarney".

O Sr. João Menezes — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RUY BACELAR — Como disse antes, gostaria de me aprofundar neste pronunciamento. Entretanto, vou esperar o pronunciamento da Direção do meu Partido para voltar a analisar com mais profundidade esse melancólico discurso. Em face disso, eminente Senador e Líder da Frente Liberal, não lhe concedo, no momento, o aparte para tratar deste assunto, mas voltarei a ele logo depois que o meu Partido se pronuncie, para que possamos, juntos, analisar o discurso do eminente Presidente da República.

O Sr. João Menezes — Nobre Senador Ruy Bacelar, gostaria de fazer uma referência a V. Ex^a.

O SR. RUY BACELAR — Peço escusas a V. Ex^a, pois este não é o meu feitio.

O Sr. João Menezes — Não estou acreditando, Ex^a.

O SR. RUY BACELAR — Mas eu me escuso a lhe dar o aparte, para não tratar deste assunto, porque acho que é melancólico, inclusive, para a Nação brasileira.

O Sr. João Menezes — Quero apenas elogiar V. Ex^a. V. Ex^a foi uma das pessoas que sempre combateu o Presidente sempre cobrando o Governo. V. Ex^a foi aberto. Agora não é possível o PMDB ser Governo e não conceder um aparte. Isto não pode.

O SR. RUY BACELAR — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no dia 26 de agosto último estive nesta tribuna, como representante do Estado da Bahia, para defender a inadiável necessidade de se concluir a planta de ácido fosfórico da Caraíba Metais em meu Estado. Naquela oportunidade os poucos dados disponíveis fundamentaram de uma maneira, a meu ver, irrefutável, os argumentos por mim aduzidos em favor de um projeto de extrema importância para o Nordeste e para o País.

Hoje, decorrido tão pouco tempo, volto à defesa, agora mais convicta e ardorosa, do projeto anteriormente referido. E o faço pressuroso, pois, por um lado novos e conclusivos estudos me chegaram às mãos e, por outro lado, novas e recentes investidas do Governo Federal no sentido de privatizar a Caraíba Metais certamente inviabilizariam de imediato o projeto de conclusão da planta de ácido fosfórico, objeto de nosso pleito. Tais fatos nos obrigam a correr contra o tempo na defesa de nossos legítimos interesses, antes que decisões nem sempre fundadas em critérios técnico-econômico-políticos maiores acabem por supultar definitivamente nossas esperanças, levando de röldão os interesses do Nordeste e do País no assunto.

Foi-nos encaminhado um "Estudo de viabilidade do Projeto de Ácido Fosfórico da Caraíba Metais", elaborado pela Fundação CPE — Centro de Projetos e Estudos, órgão da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia de nosso Estado. As conclusões de tal estudo indicam as condições básicas que fundamentam e justificam a retomada do Projeto. São elas: 1) disponibilidade de ácido fosfórico em quantidade suficiente e a preço subsidiado, uma vez que representa subproduto da planta metalúrgica da própria Caraíba; 2) disponibilidade de rocha fosfática na região, com características ideais (teor médio de fosfato da ordem de 18%, acima da média nacional que se situa entre 5 e 13%) e em quantidade suficiente para suprir a demanda nos próximos 20 anos; 3) existência de um bom mercado regional para fertilizantes fosfatados, já superior à própria capacidade de planta da Caraíba; 4) adequação técnica do fertilizante ao tipo de solo da região e, por fim, 5) a verificação da viabilidade econômico-financeira do projeto, que poderá ser concluído obtendo-se uma taxa de retorno bastante atrativa.

Além desses argumentos é preciso não se esquecer, numa ótica macroeconômica dos intere-

ses regionais e nacionais, de que já foram investidos, é bom que se diga, US\$ 43,5 milhões no empreendimento e sua paralisação ou a opção por uma planta similar em outras regiões significam um prejuízo irreparável para o País. E minha voz de alerta já se fez ouvir nesta Casa, Sr. Presidente e Srs. Senadores, denunciando o vergonhoso desperdício de recursos públicos, caso se faça opção pela implantação de projeto análogo no Sul do País, a um custo de US\$ 75 milhões, somente a planta industrial, montante que se elevará a US\$ 250 milhões, incluindo os custos necessários relativos à planta mineral.

A conclusão da planta consolidaria, vale ainda registrar, a natural vocação do Nordeste para um Pólo de Fertilizantes, integrado no eixo Bahia-Sergipe pela produção dos três nutrientes básicos (NPK) para a indústria de fertilizantes, de alto significado econômico para o desenvolvimento das fronteiras agrícolas da região nordestina.

Outro fantasma, porém, ronda nossa luta e nossas expectativas pela reativação do projeto de ácido fosfórico da Caraíba Metais. Conforme mencionamos anteriormente, estamos cientes de que o Governo Federal, através de seu "Programa de Privatização", elaborado pelo "Conselho Interministerial de Privatização", incluiu a Caraíba Metais na lista das empresas a serem privatizadas. Se tal vier a acontecer, poderá perder o Nordeste mais essa chance histórica de consolidar seu pólo de fertilizantes, estreitamente vinculado as suas necessidades regionais.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é nosso dever de representante da região e, sobretudo, de brasileiro, questionar profundamente a privatização da Caraíba Metais. É muito simples incluí-la numa lista, aduzindo-se talvez o fato de que seja uma empresa deficitária. É preciso, antes de tudo, conhecer os relevantes motivos pelos quais ela apareceu no cenário nacional e por que ela constitui hoje um empreendimento ainda deficitário. A criação da Caraíba Metais é fruto é bom que se diga e é bom que os Srs. saibam de um gigantesco esforço, levado a efeito na década de 70, de substituição de importações de itens imprescindíveis e estratégicos ao desenvolvimento do País; no caso em questão os não-ferrosos, e, no caso específico, o cobre dotando-o, ao mesmo tempo, da tecnologia necessária ao aproveitamento de tais recursos, abundantes em sua vasta fronteira mineral. Esse esforço se traduziu na aplicação de altos investimentos, a duras penas gerados pelo contribuinte.

Que condições adversas de mercado têm, hoje, mantido os preços de seus produtos abaixo dos patamares necessários ao seu equilíbrio financeiro, é um fato; mas, por essa razão, transferir à iniciativa privada um empreendimento dessa magnitude, que envolve investimentos da sociedade brasileira e um considerável acervo tecnológico acumulado, num setor altamente estratégico para a economia nacional, parece-nos uma atitude, no mínimo, desprovida de bom-senso e, sobretudo, de patriotismo.

Por essa razão Sr. Presidente, espero contar com o apoio de meus nobres Pares, sobretudo dos de minha região, nessa luta pela exclusão da Caraíba Metais da lista das empresas privatizáveis. Se me permitem uma comparação, seria algo semelhante a postular a privatização da Pe-

trobrás numa eventual conjuntura financeira adversa.

Um outro pleito em favor de meu Estado e do Nordeste trago, agora, ao conhecimento desta Casa. Analisa-se ainda, neste momento, a melhor localização para uma planta de amônia a ser implantada pela Petrofertil. Três alternativas estão em fase de estudo, mas uma quarta se afigura como técnica e economicamente viável: o Solo Petroquímico de Comogaré. Muitas e ponderáveis são as razões:

1) o menor investimento inicial — US\$ 108 milhões, se comparado às demais alternativas, e é bom que se diga as outras três alternativas situam-se em Laranjeiras, Sergipe; Paulínea, São Paulo, Sepetiba, Rio de Janeiro, sendo que, em Laranjeiras, Sergipe, seria de 120 milhões de dólares; em Paulínea, São Paulo, seria de 184,6 milhões de dólares e em Sepetiba, Rio de Janeiro, 190,1 milhões de dólares.

2) o menor custo operacional, estimado em US\$ 31,7 milhões/ano e menor custo de distribuição, estimado em US\$ 10,0 milhões/ano, também comparado às outras alternativas;

3) a maior taxa interna de retorno, em torno de 14,57% a.a., a única que supera a taxa de atratividade mínima de 12% a.a. adotada pela Petrobrás, para a viabilização de seus projetos;

4) aproveitamento integral de toda a infra-estrutura do Pólo de Camaçari, no que diz respeito sobretudo à proteção ambiental, e sistema rodoviário e de dutos transportadores;

5) aproveitamento integral das modernas instalações do Porto de Aratu, em meu Estado, adequadas ao manuseio especial de tais produtos. Disponibilidade energética adequada e suficiente e possibilidade de aproveitamento da infra-estrutura administrativa, de manutenção e de pesquisas já existentes na área.

Do ponto de vista macroeconômico, Sr. Presidente, Srs. Senadores, sabemos da necessidade de se investir no setor de fertilizantes, se não quisermos correr risco de recorrer inevitavelmente e a curto prazo, à importação. Na atual conjuntura econômica, decisões criativas do Poder Público devem levar em conta, por um lado, a imperiosa necessidade de se produzirem tais insumos e, por outro, a conveniência econômica de fazê-lo pelo caminho menos oneroso para o País. As razões acima aduzidas nos mostraram que esse caminho nos conduz a Camaçari, a alternativa que, pelos menores custos, viria suprir a demanda regional, exportando os excedentes para as demais regiões do País, via porto de Aratu.

Ao finalizar, Sr. Presidente e Srs. Senadores, ratificamos nossa convicção de que, levando nossos anseios ao conhecimento desta Casa, estaremos alertando àqueles a quem compete tomar tais decisões, para que elas sejam tomadas com o elevado discernimento que a situação requer. Estamos convictos, ao mesmo tempo, de que a conclusão do projeto de ácido fosfórico da Caraíba Metais; a viabilidade da implantação da planta de amônia em Camaçari e a luta pela não privatização da Caraíba Metais são ações de extremo interesse para a economia do Nordeste e,

pelo que sobejamente demonstramos, de interesse para economia do País como um todo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Antes de conceder a palavra ao próximo orador, a Presidência deseja chamar a atenção dos Srs. Senadores para o disposto no art. 16, item X, alínea d do Regimento:

"a recusa de permissão para apartear será sempre compreendida em caráter geral, ainda que proferida em relação a um só Senador."

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Wedekin, como Líder do PMDB.

O SR. NELSON WEDEKIN (PMDB — SC. Como Líder, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, serei absolutamente breve.

Na sessão anterior deste Senado da República, o eminente Senador João Menezes, no exercício da liderança do PFL, solicitou a publicação nos Anais da Casa de uma nota do seu Partido, o PFL, fazendo críticas ácidas, cáusticas, contra o Ministro Raphael de Almeida Magalhães, do meu Partido.

Na edição da Revista **VEJA** de domingo passado, o Ministro Raphael de Almeida Magalhães, num relato muito claro, muito objetivo, como é do estilo de S. Ex^e, dá uma entrevista na qual S. Ex^e fala das suas relações com o Partido da Frente Liberal. Quero solicitar exatamente isto: que se faça também a publicação desta entrevista, deste relato do Ministro da Previdência, nos Anais da Casa.

Era apenas isto, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. NELSON WEDEKIN EM SEU DISCURSO:

Entrevista: Raphael de Almeida Magalhães

O PFL SÓ QUER EMPREGO

O confidente de Ulysses Guimarães parte para o ataque e acusa o PFL de simular disputas políticas para aumentar seus cargos no governo

Por Luciano Suassuna

O advogado Raphael de Almeida Magalhães, 56 anos, que assumiu o Ministério da Previdência e Assistência Social há vinte meses, atravessou a semana passada no centro da tormenta política do governo. O PFL cobiçava sua pasta, onde estão disponíveis milhares de empregos públicos. O presidente José Sarney passou a dar sinais de que planejava decapitá-lo desde que estourou o escândalo da compra de 328 apartamentos para altos funcionários do Inamps e, numa operação de última hora, o próprio Raphael mobilizou um grupo de dezesseis governadores do PMDB para divulgar um manifesto em socorro de sua gestão. A saída de Raphael do ministério pode apaziguar as pressões pelefistas — mas também pode levar seu padrinho político, o deputado Ulysses Guimarães, a uma ruptura com o governo.

"O PFL é o partido dos estadistas do Funrural", acusa Raphael de Almeida Magalhães, referindo-se àquele pequeno funcionário da Previdência que, recebendo um salário que varia entre 4.800 e 12.000 cruzados, é encarregado de distribuir

benefícios e guias de atendimento nas pequenas cidades do país — e se transforma no cabo eleitoral gratuito de boa parte dos políticos brasileiros. "Chegamos a um quadro dramático", ironiza Raphael. "Um político diz assim: 'Se não me fizer Jaguara, eu rompo'". Casado, uma filha, Raphael de Almeida Magalhães tem uma biografia paralela à do presidente José Sarney — ambos viveram situações bastante semelhantes ao longo de suas carreiras, ainda que em campos opostos. As vésperas do movimento militar de 1964, Sarney militava na bossa nova da UDN, uma corrente mais moderada no interior da legenda que reunia os conservadores do país — Raphael, abrigado na mesma sigla, era vice-governador de Carlos Lacerda e foi um dos alto-falantes mais poderosos do golpe. Mais tarde, Sarney se tornaria presidente do PDS, enquanto Raphael migraria para o PMDB, no qual fez uma bem-sucedida carreira sob os estímulos de Ulysses Guimarães. Na semana passada, Raphael deu a seguinte entrevista a **VEJA**:

**O DINHEIRO DESPERTOU
A GULA DO PFL**

VEJA — *O Ministério da Previdência sempre teve fama de ser problemático. Hoje em dia, no entanto, ele tem despertado especial interesse do PFL. Por que a Previdência se tornou um cargo tão disputado?*

Raphael — É um problema de caixa. Quando Tancredo Neves foi organizar o ministério, a Previdência sobrou — havia a convicção de que não passava de um tremendo saco sem fundo. Tinha gente que dizia que o déficit da Previdência inviabilizaria o novo governo. Ninguém queria a Previdência, muito menos a Frente Liberal, que havia sido co-autora do caos e da desgraça que se instalara no ministério. O Waldir Pires entrou como um coitado que vai para o sacrifício. Mas, no meio da sua gestão, as coisas começaram a melhorar. Quando ele saiu, eu assumi com um saldo de 3,6 milhões de cruzados. No ano passado o saldo continuou subindo, fechamos o período com 20 milhões de cruzados, e hoje estamos com 120 milhões de cruzados. De repente, depois que o dinheiro apareceu, o PFL recuperou a gula pelo ministério.

VEJA — *O senhor acusou o Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, de pedir cargos em plena crise da Aliança Democrática. Como foi isso?*

Raphael — O ministro me surpreendeu fazendo pedidos na hora errada. Tínhamos feito uma viagem juntos para a plataforma de Enchova e quando voltávamos ficamos sabendo que o Jorge Bornhausen, ainda ministro da Educação, estava criando um caso. Sem saber da crise que o PFL produzia, conversei com o Aureliano sobre a importância de ele ter um encontro com o deputado Ulysses Guimarães para procurar um entendimento. Depois, já em Brasília, recebi um telefonema do Aureliano, e achando que se tratava de uma extensão da conversa do avião, fui logo dizendo que já havia falado com o Ulysses e que ele seria procurado para discutir. O ministro Aureliano ficou meio reticente, disse que ia ver como se daria essa conversa e adiantou que não era para isso que havia ligado. Ele cobrava a situação de uma funcionária. "Pedi para você ver a situação de uma Maria não-sei-das-quantas, de um muni-

cípio da Paraíba, e tenho a informação de que ela vai ser dispensada do Funrural", disse ele. Fiquei chocado pelas circunstâncias em que a conversa se passou. O governo vivia a sua maior crise e ele só queria saber de Funrural.

VEJA — *Na sua opinião qual foi o motivo da saída do Ministro Jorge Bornhausen e da sua briga com o PMDB?*

RAPHAEL — A razão determinante foi o fisiologismo. Um ministro de Estado, com um enorme problema de Educação no País, fica atormentando o pobre do presidente da República com coisas menores. Isso degrada a vida pública. O Ministro Bornhausen tomou sua decisão a partir do conhecimento da nomeação do vice-governador de Pernambuco para a Sudene. Então, o motivo determinante do comportamento do PFL foi uma questão fisiológica: uma questão de emprego. A nomeação afeta o ex-ministro Marco Maciel e essa foi a trama. Pura questão de cargos, em desrespeito à política do Presidente. Depois, quiseram dar uma cobertura de nobreza para um gesto espúrio.

**MACIEL DEU FUNRURAL
AOS MALUFISTAS**

VEJA — *O senhor condena o Ministro Aureliano e o Bornhausen. Como define o Senador Marco Maciel?*

RAPHAEL — Ele é um estadista do Funrural.

VEJA — *Como assim?*

RAPHAEL — Quando cheguei no Ministério havia uma regra estabelecida por Tancredo. O deputado federal mais votado do município, que pertencesse à Aliança Democrática e tivesse votado em Tancredo Neves tinha o direito de indicar o representante do Funrural, que é a pessoa credenciada pelo Governo para prestar serviços nos municípios onde não há posto da Previdência. Era um critério objetivo cuja indicação era política. O Funrural foi criado em 1977 e, por isso, os representantes foram indicados pelo PDS até 1985. Com o novo critério, saíram alguns representantes do Funrural do PDS para novas indicações do PMDB. Ai, quando o Senador Marco Maciel assumiu a Casa Civil, na mesma época em que assumiu a Previdência, ele introduziu um novo critério: não precisava ter votado em Tancredo para indicar cargos no Funrural. Bastava ser da Aliança Democrática. Maciel usou esse novo critério para atrair os parlamentares do PDS que haviam votado em Maluf. Foi essa a primeira ação que vi ele fazer no Ministério. A partir daí surgiu dificuldades.

VEJA — *Que tipo de dificuldade?*

RAPHAEL — Toda vez que saía alguém do Funrural vinha a reclamação do palácio: "Não pode mexer porque está tirando gente do PFL". Na Paraíba, por exemplo, o Governador Tarçisio Butry tinha o direito de fazer 94 indicações, portanto esse seria o número de pelefistas que iriam sair. Então foi um deus-nos-acuda. Em Alagoas o PMDB não tinha nada porque toda a estrutura do Funrural havia sido montada pelo PFL, com o nome de Arena e PDS. O Senador Guilherme Palmeira então foi ao Presidente Sarney se queixar e dizer que eu o estava derrotando na eleição. Por que eu o derrotei? Porque eu tinha aplicado

o critério do mais votado. O intermediário de toda essa *démarche* era o Marco Maciel, da Casa Civil. Eu sentia uma sensação de inutilidade. Eu tinha vergonha de ver o chefe da Casa Civil, o Presidente da República, os deputados, todo mundo tratando das nomeações nessa coisa menor que é o Funrural. Então propus um concurso para o Funrural. Falei por três vezes e Maciel não aceitava esse processo.

VEJA — *Nessa questão do Funrural, o PMDB é mais ético que o PFL?*

RAPHAEL — Eu acho que todo esse método do Funrural é antético. Tanto para as indicações do PFL como para o PMDB. Por que o PMDB luta para colocar alguém no Funrural? É porque há alguém do PFL no lugar. Mas é evidente que o PMDB é muito mais sensível à tese do concurso para entrar no Funrural que o PFL. Eu nunca tive dificuldades em propor ao PMDB essa tese de concurso para agentes do Funrural. Isso porque o PMDB tem uma história política muito mais calcada na opinião pública que o PFL. Enquanto o PMDB se fez na oposição, e portanto junto à opinião pública, o PFL nasceu no interior do aparelho do Estado. São gêneses distintas. O PMDB é muito sensível ao clamor público.

VEJA — *O Presidente Sarney interfere diretamente em algumas nomeações do Funrural?*

RAPHAEL — É o caso de Jaguara, um município politicamente pertencente ao Líder do PFL, José Lourenço. Em 1982 ele foi o mais votado e, agora, só obteve o quinto lugar. Então, pela regra, vemos que ele não tem o direito de indicar ninguém. Ele perde para o Jutahy Júnior, que é do PMDB. Acontece que quando saiu o indicado do Jutahy para o Funrural de Jaguara criou-se uma crise. Eu intercedi dizendo ao Palácio do Planalto que preferia, legalmente, o indicado do Jutahy Júnior, pois chegou à frente do José Lourenço nas votações. Ai me responderam: "Mas o Jutahy é a favor de quatro anos de mandato para o Presidente José Sarney". Eu digo que não conheço essa regra. Deveriam então impor que só seria indicado para o Funrural quem fosse partidário dos cinco anos de mandato para o Presidente. Essas coisas são articuladas como hostilidade ao Governo, isso é uma chantagem contra o Presidente José Sarney. Veja que dramática a frase do José Lourenço: "Se não me fizer Jaguara eu rompo".

EM ANO ELEITORAL, OS BENEFÍCIOS AUMENTAM

VEJA — *O senhor acredita que essas brigas por um posto no Funrural têm sua razão de ser?*

RAPHAEL — Eu não conhecia a importância política do Funrural quando cheguei ao Ministério. O agente do Funrural é uma pessoa credenciada pela Previdência para prestar seus serviços nos municípios onde não há agência ou postos da Previdência Social. É essa pessoa que encaminha processos e reclamações, entregando também o carnê de pagamento aos segurados. O representante do Funrural não responde à hierarquia: responde a quem o indicou, ou seja, ao deputado. É uma espécie de cabo eleitoral municipal pago pela Nação para promover a Previdência Social no seu município. O deputado tem interesse em

dar benefícios, pois quanto maior o número de atendidos maior o número de votos amealhados.

VEJA — *Então durante as eleições aumenta o número de beneficiados...*

RAPHAEL — Sim, nos anos eleitorais aumenta o fenômeno da aposentadoria por invalidez, mais que por velhice. Em alguns municípios o número de aposentados é muito maior que o número de trabalhadores. E muitas vezes os agentes do Funrural atrasam a entrega dos carnês aos asssegurados somente por questões políticas, num benefício que é de apenas meio salário mínimo.

VEJA — *Ninguém contestava esses atrasos de pagamento, ocorridos somente pela temperatura política?*

RAPHAEL — A peça de reclamação constante desse sistema era o Marco Maciel. O PFL sabia o que representava o Funrural e o PMDB também, embora aviasse o Funrural por ser vítima dele. Nesse sistema o PFL era mais contundente e, o PMDB, menos insistente. Mas acho que esse sistema do Funrural não dá mais voto.

VEJA — *Por que isso ocorre?*

RAPHAEL — As pessoas que detiveram o Funrural o tempo inteiro perderam as eleições. O que dá voto é a capacidade de convencimento e o sentimento de esperança que você desperta no povo. O PFL ficou no poder durante todo esse tempo, abusou do Funrural e perdeu a eleição no Nordeste inteiro. A sociedade evoluíu e a cúpula do PFL não acompanhou isto.

VEJA — *O PFL diz que o PMDB é desobediente e infiel ao Governo. O senhor acha que o PFL é fiel?*

RAPHAEL — Não. Um levantamento feito na Câmara revelou que os discursos do PFL contra o Governo superavam os do PMDB. Aliás, um dos críticos contumazes da política econômica do Governo é o Líder do PFL, Deputado José Lourenço, que acabou de dizer que a única coisa que o PMDB tinha feito na política econômica foi raspar as reservas brasileiras. Só que ele esquece que a política econômica não é do PMDB, mas do Governo do Presidente Sarney. Quando o líder do PFL separa a política econômica do Governo, ele faz uma ofensa ao Presidente da República. É uma tentativa de fazer uma intriga.

SARNEY JÁ ESTEVE À MINHA ESQUERDA

VEJA — *Que trama o PFL estaria fazendo agora com essa posição?*

RAPHAEL — O PFL rompeu com o PMDB, mas continua no Governo. Faz intriga. Foi exatamente isso que eles fizeram agora. O Ministro Bresser está negociando em condições dramáticas a dívida externa brasileira, enfrentando uma oposição internacional muito forte. Ele saiu daqui com apoio muito forte do PMDB, mas sendo atacado pelo PFL. A infidelidade ao Governo é do PFL. O PMDB tem sido solidário com o governo, como no caso da moratória e dos Cruzados I e II.

VEJA — *Sem o PFL fica mais fácil moralizar a administração pública?*

RAPHAEL — Sem o estilo PFL eu acho mais fácil. A primeira coisa que ele tem que aprender

é que a vitória e a derrota fazem parte da vida pública. A derrota nunca é definitiva. É o exercício da idéia de que democracia é alternância de poder. O PFL não cultiva muito esses valores democráticos.

VEJA — *O PMDB sozinho tem a maioria dos parlamentares e quase todos os governadores. Domina o País, mas não o Governo. Por que, então, o partido não tornou a iniciativa de romper a Aliança Democrática?*

RAPHAEL — A Aliança dá uma maioria na área federal, mas tem dificuldades locais. O PMDB ensaiou várias vezes o rompimento. Fez propostas de que o Governo fosse ajustado às urnas. Mas o Presidente achou conveniente manter a base da Aliança que ele tinha herdado. Com isso ele tinha uma base maior de apoio. Não quis inovar porque podia parecer que estava repudiando os compromissos de Tancredo Neves.

VEJA — *O Presidente Sarney poderia governar apenas com o PMDB?*

RAPHAEL — Acho que sim. Uma das coisas importantes é recuperar a idéia do resultado das urnas. Em 15 de novembro a população deu a vitória ao PMDB e derrotou o PFL. O Presidente opera a política com cautela. Quem está exigindo uma definição é o PFL.

VEJA — *O Presidente Sarney deu ao Líder Carlos Sant'Anna o poder de fazer nomeações para atendimento clientelístico de deputados. O Presidente também é fisiológico?*

RAPHAEL — Isso é um hábito. Um estilo de política. Não é uma coisa que a prática política condene. É uma coisa normal. A condenação é feita por mim por razões peculiares. Acho que isso prejudica a cidadania, afeta a consolidação democrática e o conceito dos políticos. As indicações de natureza política são feitas pelo Planalto. Está na tradição política do Brasil esta coisa patrimonialista, de uso do aparelho público. A Previdência sempre foi usada para atendimento de demandas político-eleitorais.

VEJA — *O PMDB do senhor é o mesmo partido do Presidente Sarney?*

RAPHAEL — É. Eu tenho uma afinidade muito grande com ele e ele comigo na forma de agir. Nossas carreiras políticas foram diferentes porque as carreiras políticas das pessoas no Brasil são submetidas a contradições. Nós começamos juntos na UDN, e o Presidente da República era, certamente, uma pessoa à minha esquerda. Temos posições parecidas — de reformas e mudanças. O Presidente Sarney não é um homem conservador. A nossa afinidade vem daí. Agora, ele está governando o país num momento muito difícil porque o Brasil vai entrar no oitavo ano de uma crise econômica por causa do gerenciamento incompetente de 1974 até 1980. As esperanças despertas com a perspectiva de mudança foram muito grandes e a cobrança, hoje, é muito forte. A Argentina não fez a moratória e está numa situação tão difícil quanto a nossa. A questão é estrutural, e os brasileiros não têm revelado compreensão para o tempo em que o presidente governa. Não tem sentido culpá-lo pelas dificuldades do País é muito pequena.

VEJA — *O senhor tem medo de um golpe?*

RAPHAEL — Não. Acho que não existe nenhuma das condições tradicionais em que os golpes de Estado foram urdidos no Brasil. Não há inimigos, não há antagônicos, não há projetos hegemônicos. Uma das características da crise brasileira é não haver clareza para projetos de grupos, não haver clareza em ator social nenhum. Quando não há ideologias claras, o golpe fica mais difícil.

VEJA — *O senhor é presidencialista?*

RAPHAEL — Eu sou presidencialista, é uma das razões é o sentimento que tenho na Presidência, uma máquina estatal gigantesca, da não profissionalização da máquina pública que é esse jogo de influências políticas nas nomeações. Isto gera um sistema de condução precária e uma interferência que afeta a qualidade do serviço. Enquanto houver Funfurral não pode haver parlamentarismo. Enquanto não houver mudanças na máquina pública, com a profissionalização, eu acho uma temeridade fazer parlamentarismo. Se, no presidencialismo, um deputado pode fazer nomeação, imagine no parlamentarismo.

DIRETAS JÁ É A IDÉIA DE MUDAR O TÉCNICO

VEJA — *O PMDB fez a campanha das diretas, e hoje o presidente do partido, Ulysses Guimarães, recusa-se a assinar uma emenda por diretas no ano que vem. O PMDB se distanciou das ruas ou é o povo que não entende o PMDB?*

RAPHAEL — A substância da idéia de diretas já é a troca do técnico. O time não está bem, então troca-se o técnico. Isso não me parece correto do ponto de vista de como resolver as questões. Deve ser analisado o tempo de mandato do Presidente da República como uma solução permanente. Eu defendo cinco anos para o Presidente Sarney e seus sucessores. Não se trata de recusar a tese das diretas. O estranho é defender eleições diretas e ao mesmo tempo pleitear parlamentarismo. É como se você fizesse uma homenagem ao povo dando-lhe o direito de eleger o presidente e retirando, neste gesto, os poderes e as consequências inerentes a ele. A discussão das diretas já só tem sentido para os presidencialistas. Para os parlamentaristas é, no mínimo, uma posição equivocada.

VEJA, 7 DE OUTUBRO, 1987

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Menezes, como Líder do PFL.

O SR. JOÃO MENEZES (PFL — PA) Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Estamos ouvindo hoje um desfile de assuntos: Ouvimos o Senador Albano Franco tratar, com profundidade, do problema do sal; ouvimos ser tratado, pelo Senador Jamil Haddad, o problema dos salários, só que S. Ex^a comete um erro: não sei como chama, como divide os trabalhadores. A meu ver, trabalhadores são todos aqueles que trabalham. Ouvimos, também, se falar sobre a situação da indústria automobilística com o procedimento do Sr. Wolfgang Sauer; ouvimos ainda o Senador Ruy Bacelar falar da Caraíba Metais. Eu poderia também chegar a dizer que lá no meu Pará se exporta madeira que importam em mil-

lhões de dólares por ano e não entra um tostão para os cofres do Estado, em função de uma situação econômico-financeira, decorrente de uma questão tributária preparada pelos grandes Estados.

Poderíamos examinar também a questão do ferro que se está retirando de lá. Tudo isto em consequência de uma situação geral de inferioridade tributária em que ficam os pequenos Estados.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO MENEZES — Pois não, com muito prazer.

O Sr. Jutahy Magalhães — O meu aparte é apenas para complementar, pois um problema de ordem regimental impediu que o Senador Ruy Bacelar fosse aparteado em seu pronunciamento. Mas, como V. Ex^a falou no problema da Caraíba Metais, quero aproveitar esta questão para dizer que realmente o Senador Ruy Bacelar tem toda a razão, como eu também já tive oportunidade de fazer pronunciamentos a esse respeito. A nossa preocupação na Bahia é que vemos que econômica e tecnicamente temos as condições necessárias para a implantação desse projeto de amônia, de ácido fosfórico no nosso Estado. Mas, há uma decisão governamental sempre contrária aos interesses baianos nessas questões. Isso é o que nos preocupa e faz com que levantemos nossa voz, como representantes do Estado da Bahia, para protestarmos contra essas medidas discriminatórias contra o nosso Estado. Não podemos permitir que façam isso contra a Caraíba Metais, por exemplo, agora que falam muito da sua privatização, principalmente quando ela está dando até lucros, saindo do vermelho para trabalhar no verde. Agora que ela está num desenvolvimento, com todas as condições de receber esse projeto de ácido fosfórico, vêm as determinações em contrário. Para quê? Será que é a questão da privatização da Caraíba Metais para provocar sua volta ao trabalho no vermelho, em prejuízo da Nação, para poder atender a interesses outros? Não. Acho que a Bahia merece o respeito pela sua tradição, pela sua realidade política, por todas essas circunstâncias que todos nós brasileiros conhecemos — como V. Ex^a também — sendo que a Bahia é o segundo Estado, o Estado do coração, porque lá nasceu o Brasil.

O SR. JOÃO MENEZES — Nobre Senador Jutahy Magalhães, parabenizo V. Ex^a pela defesa que faz do seu Estado em relação a Caraíbas.

Mas, o que nos traz a esta tribuna é o desejo de demonstrar e repisar a quantidade de problemas que este País tem que resolver. Em todos os Estados existem problemas a resolver, como consequência de nosso próprio desenvolvimento.

Este País está crescendo, é um país em desenvolvimento, não se pode comparar com a Europa; que é um continente parado. O Brasil, não, é um país que está florescendo e as necessidades, a cada passo, a cada momento, surgem.

Em todas as sessões do Senado, temos pedido, reclamado e protestado contra as medidas econômicas que precisam ser enfrentadas. Para podermos enfrentá-las há necessidade de tranquilidade no Governo. E essa tranquilidade é que faltava ao Presidente Sarney, porque o partido que lhe

dá sustentação, a maioria partidária, que é o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, vivia, e vive constantemente, criando dificuldades.

Quero felicitar o Senador Ruy Bacelar, porque ele sempre foi um causticante comentarista negativo das ações do Governo. O Senador Jutahy Magalhães, também, merece o meu respeito, porque ele esteve sempre de escaldado em punho contra as medidas, contra o Governo do Presidente Sarney. E outros elementos do PMDB, diariamente, usavam a Tribuna do Senado, a Tribuna da Câmara, os jornais, os meios de comunicação, combatendo, a ferro e fogo, o Presidente Sarney.

Como poderia o Presidente Sarney ter tranquilidade no governo, quando o seu Partido de sustentação, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro estava, a todo momento, a todo instante, a lhe criar as maiores dificuldades. Esse fato não...

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOÃO MENEZES — Ainda hoje — darei o aparte a V. Ex^a — o nobre Senador Ruy Bacelar empregou expressões desrespeitosas contra o Presidente. Há um desrespeito ao chefe do Poder e está sendo feito por quem? Pelo PMDB. Vemos as entrevistas na televisão; às vezes fico com vergonha do que vejo na televisão, porque se trata o Presidente e o Governo de uma maneira de chacota, isso não poderia continuar, isso tinha que ter um ponto final, como teve.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex^a fala nas críticas que o Presidente Sarney recebeu dos pemedebistas. Acredito de V. Ex^a, que é tanto os jornais, pelo menos a cada instante estamos aqui vendo V. Ex^a citar trechos...

O SR. JOÃO MENEZES — Graças a Deus.

O Sr. Jutahy Magalhães — Acho que é obrigação de todos nós, temos muitas horas, do dia para isso. Agora, V. Ex^a deve ter lido inúmeras vezes as declarações mais causticantes, mais ferinas, mais pessoais, a respeito do Presidente Sarney, essas declarações feitas pelo Líder do PFL na Câmara. Ele leva a ridículo a figura do Presidente Sarney, com aquelas declarações, dizendo-se amigo, essa é que é a diferença, a pessoa se diz amiga. Há até aquele personagem de programa de televisão que usa a expressão "meu amigo", mas a questão é que ele faz as coisas e V. Ex^a parece que não é essa parte do jornal. V. Ex^a só lê os problemas do PMDB. Nós do PMDB, pelo menos eu, pessoalmente, tenho o hábito, não é do PMDB, mas de toda a minha vida pública, de sempre me recusar a dar apoios incondicionais. Isso dá é uma questão, uma maneira de ser, por isso mesmo talvez não agrade às autoridades maiores, nunca tenha sido amigo do Presidente, porque quando tem alguma coisa que acho que mereça crítica, eu a faço. Agora, o que não posso aceitar é que se procure dividir os partidos, mostar que os partidos são inconsistentes, que os partidos são formados de grupos, como sabemos que o são em qualquer democracia. Para dar o exemplo maior da Inglaterra, que é uma democracia, o Partido Trabalhista, por exemplo, quantas linhas de pensamento existem dentro do convive exatamente nesta luta, nesta união de esforços, neste trabalho conjunto de um programa partidário.

Quando chega ao Governo, do Governo participam todas essas linhas de pensamento. Agora, majoritária é aquela linha de pensamento que tem a maioria do Partido. Isso daí é a convivência democrática. Não podemos permitir que se traga para o Brasil a idéia de que os partidos têm de ser enfraquecidos, que só vale aquele apoio unilateral, incondicional, de individualidades e não de um conjunto de pessoas que formam um partido político.

O SR. JOÃO MENEZES — Muito grato a V. Ex^e

O Sr. Edison Lobão — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. JOÃO MENEZES — Responderei ao aparte do Senador Jutahy Magalhães e depois darei o aparte a V. Ex^e

Não estou aqui fazendo nenhuma crítica ao PMDB no sentido de que ele se compõe de 5 ou 10 partidos dentro dele. Não, porque todo mundo sabe. Todo mundo sabe, os jornais agora estão noticiando que depois da Constituinte vão embora, já participam de programas de outros Partidos, como vimos há pouco tempo na televisão. Isso é da democracia. Agora, o que não pode é estar contra o Governo e dizer apoiar o Governo, tirar as vantagens do Governo e ser contra o Governo. Isso é que não pode, eminentíssimo Senador. Isso não pode acontecer, ou você está apoiando o Governo, ou não!

O Sr. Jutahy Magalhães — Aí é que está a diferença da democracia. Em todo lugar se permite a discussão das idéias. Aqui se quer o apoio incondicional.

O SR. JOÃO MENEZES — Podem-se discutir as idéias, agora, o que não se pode é fazer um combate para destruir esse Governo, para impedir que o Governo se desenvolva. Isso não pode.

O Sr. Jutahy Magalhães — Quem é que está fazendo isso?

O SR. JOÃO MENEZES — Sempre se fez. Estão fazendo há muito tempo. Desde que sentei no Senado escuto todos os dias e já tenho protestado e chamado a atenção para isso. Não que o PMDB tenha as suas variadas idéias dentro dele, agora, o que não é possível é reclamar de um lado e abandonar do outro para tirar as vantagens. Isso não pode.

No PMDB existem pessoas do maior gabarito que podem e que devem continuar a fazer parte do Governo. Nós temos, aqui, o Presidente do Senado, Senador Humberto Lucena — não é porque S. Ex^e está presente, mas já me referi a S. Ex^e várias vezes — um homem da maior integridade, da maior capacidade e de maior equilíbrio e é um símbolo do PMDB. Um homem que veio da luta do MDB.

O Sr. Jutahy Magalhães — Nós sabemos. E tem o reconhecimento de todos do Partido.

O SR. JOÃO MENEZES — Nós fundamos o MDB e sabemos o que é essa luta. Agora, o que está acontecendo atualmente não podia continuar sob pena de passarmos para a anarquia total e absoluta, porque o Presidente tinha dentro do seu palácio...

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex^e está antecipando o pensamento do seu Partido. A Comissão Executiva vai-se reunir para decidir sobre essa questão. V. Ex^e já está antecipando o pensamento do Partido.

O SR. JOÃO MENEZES — Não adianta V. Ex^e vir com essa conversa.

O Sr. Jutahy Magalhães — Não, também gosto de escutar as notícias...

O SR. JOÃO MENEZES — Não, o assunto é mais sério.

O Sr. Jutahy Magalhães — A Comissão Executiva disse que ia se reunir para decidir. V. Ex^e é Líder do Partido, está-se antecipando?

O SR. JOÃO MENEZES — O assunto é mais sério...

O Sr. Jutahy Magalhães — Estou falando com seriedade.

O SR. JOÃO MENEZES — A atitude do Presidente José Sarney tem que ser respeitada...

O Sr. Jutahy Magalhães — Estamos tratando com seriedade. A indagação que eu faço é se V. Ex^e está se antecipando ao pensamento do partido.

O SR. JOÃO MENEZES — Pode o PFL ficar contra, isso é outro assunto, o que eu estou dizendo, é que não é possível o Presidente continuar a governar, sendo solapado pelo Partido que lhe serviu de base e de sustentação.

O Sr. Edison Lobão — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. JOÃO MENEZES — Tem o aparte V. Ex^e.

O Sr. Edison Lobão — Senador João Menezes, quero me congratular com V. Ex^e pela defesa oportunista que faz o Presidente da República. No dia seguinte ao pronunciamento que Sua Excelência fez pela televisão, procurando construir uma nova base de sustentação política, e este é o quadro que vemos aqui no Senado. Menos de 24 horas depois, ouço o meu eminente companheiro e amigo Jutahy Magalhães, Senador pela Bahia, dizer que um dos mais críticos líderes neste País do Presidente da República, é o Deputado José Lourenço. Tenha a impressão de que o Senador Jutahy Magalhães leu e entendeu, mas quis dizer de modo diferente aquilo que leu e entendeu. O Deputado José Lourenço tem sido um crítico sim, mas, tem sido um crítico da excessiva tolerância do Presidente da República para com os excessos do PMDB, que teoricamente lhe apóia no plano político nacional. Esta tem sido a crítica do Deputado José Lourenço. E não é outra se não ésta. Ouço do eminente Líder Jamil Haddad, que o Governo pratica uma política social que no fundo é anti-social. Ora, meu Deus, será que a política do leite para servir às crianças brasileiras é anti-social? Será que a nova política da LBA, ampla, é anti-social? Será que o maior programa do mundo, em matéria de merenda escolar, é anti-social? Eu não sei mais o que significam as palavras neste País!

Fala-se que o Governo está atormentando a vida dos trabalhadores! Todos nós sabemos que os salários dos trabalhadores está muito baixo, ex-

cessivamente baixo e precisa ser melhorado, mas como fazê-lo? Será que existe no mundo — não é no Brasil — algum governante que não gostaria de multiplicar por dez os salários todos por um decreto, uma folha de papel? Todos gostariam de fazer isso, sucede que isso é uma quimera: ou se faz de maneira realística, ou isto não funciona.

Diz-se que o Governo atual nada fez para os trabalhadores, mas está aqui: foi instituído o vale-transporte obrigatório para todos os trabalhadores, uma grande conquista, como também o seguro-desemprego, pois até há bem pouco tempo o desempregado ficava ao abandono, ao desamparo total. Recuperaram-se os níveis de emprego; concedeu-se anistia aos dirigentes sindicais casados; há representação dos trabalhadores no Conselho Monetário Nacional, Conselho que decide politicamente neste País, lá está um representante dos trabalhadores votando e ajudando a decidir; nos Conselhos da Sudam, da Sudene, da Legião Brasileira de Assistência, no Conselho de Defesa da Mulher, como há a adoção da correção monetária e juros para as indenizações trabalhistas. Tudo tem sido feito por esse Governo, pelo Presidente José Sarney, que aqui é duramente atingido, diariamente, por eminentes representantes do PMDB. Muito obrigado a V. Ex^e.

O SR. JOÃO MENEZES — Eminentíssimo Senador, o aparte de V. Ex^e enriquece o nosso pronunciamento e sobretudo seu esclarecimento. Quanto ao nosso grande Líder na Câmara, Deputado José Lourenço, que iríamos responder ao Senador Jutahy Magalhães, mas diante do brilhantismo de sua parte, nada mais temos a dizer senão, encerrar tudo que V. Ex^e disse.

O Sr. Edison Lobão — Nobre Senador, só uma ligeira referência a mais: vejo a Mesa, quando o Presidente nos chama a atenção, e diviso o nosso Senador Meira Filho que acaba de me dizer que, no seu programa de rádio de hoje, que S. Ex^e faz diariamente e o faz muito bem — S. Ex^e não abandonou a sua profissão original — recebe centenas de telefonemas de apoio ao Presidente José Sarney pela sua manifestação, ontem, firme e objetiva. Está aí a reação do povo em relação ao que disse ontem o Presidente José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Pediria ao nobre Líder João Menezes que concluisse o seu discurso, porque o seu tempo está esgotado.

O SR. JOÃO MENEZES — Vou terminar, Sr. Presidente. Vê V. Ex^e que o Presidente José Sarney é um homem maleável, é um homem que quer resolver todos os assuntos sem atritos, é um homem sem ódios, e voltado para o interesse deste País. E a maior prova disso tivemos há bem pouco tempo quando da assinatura da Lei do Vale-Transporte. Estava presente em Palácio o Senador Afonso Camargo e ninguém foi mais causticamente contra o Governo que Afonso Camargo. Estava lá em Palácio, o Presidente felicitando S. Ex^e fazendo-lhe reverência pela assinatura do Vale-Transporte.

Então, este é o estilo do Presidente. Agora, o que não podia continuar era o seu Partido de sustentação, a tal Maioria, porque enche a boca para dizer Maioria, porque tem maior número de

filiados e as idéias as mais diferentes possíveis, com os encaminhamentos os mais variados, impedindo o Presidente de trabalhar. Isso não podia continuar. Acho que o posicionamento do Senhor Presidente da República foi atípico, sereno e, sobretudo, esclarecedor. Ou os políticos tornam juízo e realmente trabalham por este País, cada qual com suas idéias; o que for contra que defenda contra, o que for a favor, defenda a favor, mas o que não é possível é os partidos políticos estarem servindo de massa de manobra para a anarquia, a divisão e a desordem.

O Sr. Nelson Wedekin — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. JOÃO MENEZES — Peço a benevolência do Sr. Presidente, que já me advertiu que o meu tempo está esgotado, e concedo o aparte a V. Ex^e.

O Sr. Nelson Wedekin — Quero dizer a V. Ex^e — repetindo o que foi dito pelo nobre Líder Fernando Henrique Cardoso na Sessão anterior — que na verdade o PMDB, nas horas decisivas de votação das Mensagens Presidenciais que vinharam para a Câmara ou para esta Casa, nunca faltou para com o Presidente da República. Quero lembrar aqui, por exemplo, que no final do mês de junho ou começo de julho, foi enviada para cá uma Mensagem formulando as condições para a rolagem das dívidas dos Estados e Municípios; nessa ocasião o PMDB sozinho sustentou a Mensagem Presidencial porque o PFL não apenas não votou, como retirou-se do plenário. Aquela era uma Mensagem do Presidente da República. No substantivo das Mensagens Presidenciais e das propostas presidenciais o PMDB tem estado muito firme e decidido em favor do próprio Presidente da República. V. Ex^e faz referência às críticas que os companheiros do PMDB fazem a erros na condução de governo. Isso é perfeitamente natural na democracia. Não podemos repetir o caminho da ARENA e do PDS, partidos que estavam de acordo com tudo, que não faziam críticas nem mesmo quando o Governo errava, que fingiam que tudo estava bem. É da natureza dos partidos democráticos e modernos terem uma concepção diferente, de duas instâncias: a governamental e a partidária. No essencial, não tem faltado o apoio do meu Partido ao Presidente da República. Era o que queria colocar a V. Ex^e, reiterando o que já disse o Líder Fernando Henrique Cardoso.

O SR. JOÃO MENEZES — Muito obrigado a V. Ex^e que, com esse aparte importante, realmente nos ajuda. O projeto da rolagem de dívida foi feito para o PMDB, já preparando a eleição próxima, para que seus Governadores tenham facilidade de rolar a dívida e usá-la na próxima campanha eleitoral.

O Sr. Nelson Wedekin — De quem era a mensagem nobre Senador?

O SR. JOÃO MENEZES — A Mensagem era do Presidente da República. Quem era o Ministro da Fazenda e de que Partido? Do PMB.

O Sr. Nelson Wedekin — Portanto, nós ficamos com o Senhor Presidente da República. V. Ex^e e o seu Partido ficaram contra.

O SR. JOÃO MENEZES — Não! V. Ex^e ficaram com o Presidente por interesse pela rolagem

da dívida, que era para atender aos Governadores. Essa é a realidade.

O Sr. Nelson Wedekin — V. Ex^e está mostrando quem é a favor do Governo e quem é contra.

O SR. JOÃO MENEZES — São esses fatos que têm atrapalhado o Governo caminhar. O Senhor Presidente da República fez muito bem. Dou a S. Ex^e os meus parabéns e a minha solidariedade pela posição que tomou. Era a única que tinha na situação grave que o País atravessa. S. Ex^e vai governar, quem estiver com a idéia do Governo, fique; quem não estiver, vá para o outro lado como, por exemplo, o Senador Ruy Bacelar, que está sempre do outro lado. Está certo, continua do outro lado. Agora há outros que estão do outro lado, mas estão tirando vantagens do lado de cá. Isto que não é possível, Sr. Presidente.

Vou terminar declarando que foi oportuna a manifestação do Senhor Presidente. E aqui, em Brasília, o nosso Senador acabou de dizer que a sua rádio acabou de receber as maiores manifestações do povo em solidariedade à ação firme, decidida e necessária, sobretudo, necessária do Senhor Presidente da República. Só assim poderemos sair desse caos realmente a direção que todos os brasileiros estão esperando.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Farias, Líder do PMDB.

O SR. ANTONIO FARIAS (PMDB — PE. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É lamentável o que vimos assistindo e ouvindo nos últimos dias na imprensa brasileira. Veio o Senhor Presidente da República declarar que precisava de liberdade para governar, que os Ministros não podiam ter donos. Como, Sr. Presidente, o Mandatário maior da nossa Nação declara de viva voz, e através do seu Assessor de Imprensa, que não tem autoridade para nomear Ministros que correspondam às expectativas do povo brasileiro?

Num regime que reconhecemos que é um presidencialismo imperialista, onde o Presidente tem todos os poderes, que não precisa do Congresso Nacional — e referindo aqui as palavras do Senhor Nelson Wedekin — as poucas vezes de que precisou o Congresso lhe deu apoio, porque na maioria das vezes é tudo feito, realizado, através do famigerado decreto-lei.

Então, não é possível que o Presidente declare que não tem liberdade, autoridade para nomear os seus Ministros — Ministros que temos aí às pences, vinte e sete Ministérios, talvez para contemplar um maior número de políticos, um maior número de partidos.

Agora vemos o rompimento do PFL, pela palavra de seu Presidente, Senador Marco Maciel, e que se apressa a nomear, ainda interinamente, o seu proposto, ex-Secretário-Geral do Ministério, Aloisio Sotero, que já havia pedido demissão, para continuar como Ministro interino da Educação, para que S. Ex^e, Marco Maciel, não perca os lugares que lá tem.

Isso não pode continuar, Sr. Presidente. A Nação está estarrecida. Confesso que a palavra do Senhor Presidente da República de ontem foi uma

palavra de esperança, mas todos estamos desesperançados, porque essas palavras já foram ditas diversas vezes, esse filme já foi reprisado e não acredito que o Senhor Presidente se liberte dele mesmo, que S. Ex^e tenha autoridade suficiente, tenha discernimento suficiente para levar o nosso País ao bom caminho.

O Sr. Edison Lobão — V. Ex^e permite um aparte, nobre Senador Antonio Farias?

O SR. ANTONIO FARIAS — Ouço V. Ex^e com imenso prazer, nobre Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão — Meu eminentíssimo amigo, Senador Antônio Farias, talvez, realmente, o Presidente não devesse ter confessado que tem dificuldades para nomear os seus Ministros e demiti-los mas este é um fato que está as vistas. A V. Ex^e que, como eu, é do Nordeste, vou citar apenas um exemplo — e teria tantos outros: o Presidente não pôde nomear o Governador do Ceará, Sr. Tasso Jereissati, como Ministro da Fazenda — V. Ex^e sabe disto, toda a Nação sabe, todos nós sabemos por que não pôde nomear. Então, é uma realidade que, talvez, S. Ex^e não devesse ter confessado mas ela existe. S. Ex^e não é, portanto, um Presidente imperialista, monárquico. Não é. S. Ex^e está interinamente tutelado por uma situação de força partidária que se criou neste País. Daí, as suas dificuldades e é disto que S. Ex^e quer, agora, se libertar. S. Ex^e quer governar com os políticos, mas que entendam o que está escrito na Constituição, isto é, isto que V. Ex^e está declarando. O Presidente há de ter a sua liberdade para nomear os seus auxiliares e demiti-los e, também, para governar. Muito obrigado a V. Ex^e

O SR. ANTONIO FARIAS — Obrigado a V. Ex^e, nobre Senador Edison Lobão, pelo seu aparte. Eu reconheço — e todos nós reconhecemos — que S. Ex^e tem poderes, tem autoridade e a Constituição permite que S. Ex^e possa nomear, livremente, os seus Ministros, os seus assessores e todos os outros cargos comissionados que existem por aí fora. Mas acho que o Presidente, mesmo arcando com a possibilidade de não ter uma maioria no Congresso, não poderia se submeter — como S. Ex^e mesmo disse — aos Partidos que lhe impõem nomes, que eu não discuto, mas o Presidente, S. Ex^e mesmo disse que não correspondem ao que o País necessita no momento atual.

O que é lamentável é o próprio Senhor Presidente da República mesmo se desacreditar perante a Nação brasileira, através de rádios e televisões, vindo a declarar que não tem condições de governar, porque não tem condições de escolher bem.

O Sr. Ruy Bacelar — V. Ex^e, nobre Senador, permite-me um aparte?

O SR. ANTONIO FARIAS — Ovi, ontem, o pronunciamento do Senhor Presidente da República. Ovi, agora, as palavras conclusivas do eminentíssimo Senador Edison Lobão, que atestam que o Senhor Presidente da República é um despreparado. Então, pergunto a V. Ex^e: se o Senhor Presidente da República é tudo isto, como é que pode continuar a presidir este País? Onde está a grandeza, a postura de estadista que deveria ter ou deve ter um Presidente da República, de ir ao encontro das aspirações populares e fixar, de

imediato, eleições para 88, para evitar um mal maior, que é uma convulsão social, já que o povo não acredita em mais nada. O Presidente fala, e o povo desliga a televisão, desliga o rádio, são repetições e mais repetições. Daí acreditar que o Senhor Presidente da República hoje é o grande empecilho do desenvolvimento do País, é o grande empecilho da caminhada para a plenitude democrática, é o grande empecilho da convivência pacífica e da justiça social deste País.

O SR. ANTONIO FARIAS — Agradeço a V. Ex^o, o nobre Senador Ruy Bacelar, o aparte.

O Sr. Edison Lobão — Se o Senador Antonio Farias me permitisse, diria ao nobre Senador baiano, Ruy Bacelar, que o Senhor Presidente José Sarney poderá ter a sua vida pública na Presidência, marcada por dois tempos: o tempo que foi até ontem e o tempo que hoje começa. Isto é, essa tutela a que Sua Excelência se submeteu por uma questão de lealdade política, em razão do seu caráter, seja de correção, de dignidade pessoal, já cumpriu a sua parte. Sua Excelência agora vai fazer o seu governo e posso dizer a V. Ex^o, apesar de algumas das suas expressões não regimentais, que as ouço pela primeira vez, Sr. Presidente, nesta Casa, despertarem até alguns risos periféricos, não levam a nada, não significam sequer o Plenário da Augusta Casa do Senado Federal. Essas expressões apenas demonstram que a oposição que existe ao Presidente José Sarney é esta que está aí: vazia, não tem o que dizer.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Apenas lembro ao nobre Líder que não permita apartes paralelos.

O SR. ANTONIO FARIAS — Sr. Presidente, Srs. Senadores, apenas para concluir, quero aqui dizer que não vim atacar pessoalmente a figura do Presidente José Sarney, mas vim lastimar os desacertos do seu governo. Está faltando, evidentemente, força, capacidade, autoridade para conduzir este País.

Não podemos continuar da maneira que estamos. Dizia aqui o ilustre Líder João Menezes que o País está crescendo. Acho que o País está empobrecedo; está crescendo a população, a população brasileira vem crescendo. A renda per capita, no geral, até cresce, mas cresce em relação àqueles que são bem aquinhoados, que são bem bafejados pela sorte. Em relação à classe média para baixo, essa renda vem caindo vertiginosamente, Senador. Temos, hoje, um salário mínimo na faixa de 40 dólares; nunca houve índice tão baixo no País. É preciso uma ação firme e energética. É preciso que o Senhor Presidente da República pense menos no seu mandato, no sistema de governo e pense mais na Nação brasileira.

O Sr. Mário Maia — Permite-me V. Ex^o um aparte?

O SR. ANTONIO FARIAS — Ouço o aparte do nobre Senador Mário Maia.

O Sr. Mário Maia — Reportando-me um pouco à parte anterior do discurso de V. Ex^o, com respeito ao pronunciamento do ilustre Presidente da República, um aspecto precisa ser esclarecido. Sua Excelência convocou a união nacional para,

daqui por diante, poder fazer a administração até o término do seu Governo. No entanto, distribuiu para os dois partidos políticos que lhes davam sustentação e que atualmente estão em litígio, o programa mínimo de Governo que Sua Excelência pretende fazer doravante, desconhecendo completamente a existência dos demais partidos políticos, ainda com a agravante de que esse documento deveria ser assinado pelos políticos, desconhecendo as siglas partidárias a que estes pertencessem. É estranho este comportamento. Não entendi bem essa convocação à união nacional feita por Sua Excelência, apenas dos dois partidos que ora lhe apóiam, ora lhe abandonam, como foi evidenciado amplamente nas suas justificativas da criação da nova sustentação política em virtude da dissolução da Aliança Democrática.

O SR. ANTONIO FARIAS — Agradeço a V. Ex^o o aparte. Acredito, nobre Senador Mário Maia, que o Presidente deve ter o direito de escolher os seus aliados aqui no Congresso Nacional. Se ele quer governar reformulando a antiga Aliança Democrática, que o faça e o faça bem, mas que o faça, como disse agora o Senador Edison Lobão, com independência, com autoridade. Deus queira, nobre Senador Edison Lobão, que isto aconteça de agora para frente, que o Presidente realmente reformule o seu Governo, os seus conceitos, o seu pensamento e oriente melhor as suas ações, para que o povo brasileiro possa ter mais tranquilidade, para que possamos sair da situação tão difícil em que nos encontramos; situação difícil principalmente para os operários, para os industriais de todas as classes. Todos nós estamos quase que estorrecidos, sem rumo, sem um caminho. Esperamos que esse caminho agora apareça para melhorar um pouco a vida do nosso povo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A Presidência recebeu do Prefeito Municipal de Rio Branco, Estado do Acre, o Ofício nº S/42, de 1987, solicitando a retificação da Resolução nº 126, de 1984, que autorizou aquele Município a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 7.076.988,00 (sete bilhões, setenta e seis milhões, novecentos e oitenta e oito mil cruzeiros).

A matéria será despachada à Comissão de Constituição de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lido o seguinte.

REQUERIMENTO Nº 159, de 1987

Requeiro a designação de uma Comissão Especial, integrada por 5 (cinco) membros, de preferência formados em medicina, com a finalidade de, dentro de 30 (trinta) dias, realizar estudos e levantamentos sobre as ocorrências recentemente verificadas em Goiânia, relativas à contaminação de pessoas por substâncias radioativas.

A referida Comissão, requerida na forma do art. 76 do Regimento Interno, deverá ser assistida

por dois assessores, igualmente médicos, e poderá realizar parte de seus trabalhos no local das ocorrências.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 1987. — **Nelson Carneiro**.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Em virtude do disposto no § 2º do art. 76 do Regimento Interno, a Presidência designará Relator para a matéria oportunamente. (Pausa.)

Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. Primeiro-Secretário.

São lidas as seguintes

Em 7 de outubro de 1987

Senhor Presidente,
Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País a partir de 9/10 a 25/10, a fim de, no desempenho de missão com que me distingui o Senado, participar da 78ª Conferência da União Interparlamentar, em Bangkok — Tailândia, como integrante da Delegação Brasileira.

Atenciosas saudações — **Chagas Rodrigues**.

Ofício nº 90/87

Brasília, 5 de outubro de 1987

Senhor Presidente,
Atendendo dispositivo regimental, comunico a V. Ex^o que estarei ausente do Brasil no período de 8/10 a 28/10, em missão política para participar da 78ª Conferência Interparlamentar que se realizará em Bangkok, de 12 a 17 de outubro do corrente ano.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Ex^o meus protestos de elevada consideração e apreço. — **Marcondes Gadelha**.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 1987 (nº 3/87, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre o aproveitamento dos servidores da Empresa de Engenharia e Construção de Obras Especiais S.A. — ECEX, no Departamento de Estradas de Rodagem — DNER, tendo

— PARECERES, proferidos em plenário, favoráveis ao projeto e às emendas.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária anterior.

Passa-se à votação do projeto, sem prejuízo das emendas.

Os Srs. Senadores que o aprovaram queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Votação, em globo, das Emendas nºs 1 e 2 de Plenário.

Os Srs. Senadores que as aprovaram queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

São os seguintes o projeto e as emendas aprovados:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, de 1987

(Nº 3/87, na Casa de origem)
De iniciativa do
Sr. Presidente da República

Dispõe sobre o aproveitamento dos servidores da Empresa de Engenharia e Construção de Obras Especiais S.A. — ECEX no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os servidores da Empresa de Engenharia e Construção de Obras Especiais S.A. — ECEX, em liquidação, poderão ser aproveitados no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER, nos termos do Decreto-Lei nº 2.280, de 16 de dezembro de 1985.

Art. 2º O aproveitamento de que trata esta lei deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data do início de sua vigência.

Art. 3º Esta lei e os efeitos financeiros do aproveitamento entrarão em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

EMENDA Nº 1

Acrescenta o seguinte § 1º do art. 1º do Projeto de Lei nº 20/87.

Art. 1º

§ 1º Os atuais servidores de nível médio integrantes dos Quadros e Tabelas Permanentes do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), incluídos no Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970 e portadores de diploma de nível superior, ou habilitação legal equivalente, serão aproveitados nas categorias funcionais de nível superior, nos termos do art. 3º do Decreto-Lei nº 2.280, de 16 de dezembro de 1985.

EMENDA Nº 2

Acrescente-se o seguinte artigo:

Art. Para cumprimento das disposições desta lei, fica assegurada ao pessoal egresso da ECEX, a paridade salarial com os servidores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, sendo enquadrados de acordo com a legislação em vigor.

Parágrafo único. Fica assegurada aos técnicos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, celetista ou estatutários, de nível superior, a percepção das mesmas vantagens e gratificações, excetuadas aquelas de caráter individual, garantindo-se-lhes a uniformidade de tratamento salarial, mesmo que pertençam a diferentes categorias profissionais.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Sobre a mesa, redação final das emendas elaboradas pelo Relator, Senador Mário Maia que será lida pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lida a seguinte
**Redação final das emendas do Senado
ao Projeto de Lei da Câmara nº 20, de
1987 (nº 3/87, na Casa de origem).**

O Relator apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 1987 (nº 3/87, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre o aproveitamento dos servidores da Empresa de Engenharia e Construção de Obras Especiais S.A. — ECEX, no Departamento Nacional de Estradas e Rodagem — DNER.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 1987 —
Mário Maia, Relator.

ANEXO AO PARECER

**Redação final das emendas do Senado
ao Projeto de Lei da Câmara nº 20, de
1987 (nº 3/87, na Casa de origem), que
dispõe sobre o aproveitamento dos servidores da Empresa de Engenharia e Construção de Obras Especiais S.A. — ECEX, no Departamento Nacional de Estradas e Rodagem — DNER.**

EMENDA Nº 1

(corresponde à emenda nº 1,
de Plenário)

Acrescente-se ao art. 1º do Projeto, o seguinte parágrafo único:

Art. 1º
Parágrafo único. Os atuais servidores de nível médio integrantes dos Quadros e Tabelas Permanentes do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem — DNER, incluídos no Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970 e portadores de diploma de nível superior ou habilitação legal equivalente, serão aproveitados nas categorias funcionais de nível superior, nos termos do Art. 3º do Decreto-Lei nº 2.280, de 16 de dezembro de 1985.

EMENDA Nº 2

(corresponde à emenda nº 2,
de Plenário)

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo, renunciando-se os demais:

Art. — Para cumprimento das disposições desta Lei, fica assegurada ao pessoal egresso da ECEX, a paridade salarial com os servidores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, sendo enquadrados de acordo com a legislação em vigor.

Parágrafo único. Fica assegurada aos técnicos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER, celetistas ou estatutários, de nível superior, a percepção das mesmas vantagens e gratificações, excetuadas aquelas de caráter individual, garantindo-se-lhes a uniformidade de tratamento salarial, mesmo que pertençam a diferentes categorias profissionais.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão a matéria é dada como definitivamente adotada, dispensada a votação, nos termos regimentais.

A matéria voltará à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) —
Item 2:

Votação em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1987 (nº 5.532/85, na Casa de origem), que dispõe sobre a profissão de trabalhador de bloco e determina outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária anterior.

Em votação o projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai a sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 35, DE 1987

(Nº 5.532/85, na Casa de origem)

Dispõe sobre a profissão de trabalhador de bloco e determina outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Serviços de bloco, para os fins desta lei, são os serviços de limpeza e conservação de embarcações mercantes, no sentido da remoção de entulho, ou lixo, tal como resíduos, quebras e sobras de mercadorias imprestáveis, bem como os de limpeza e conservação de tanques, os de batimento de ferrugem, os de pintura, os de reparos de pequena monta e outros conexos ou complementares, quando não realizados pelas respectivas tripulações nem situados na alcada de outras categorias profissionais da circunscrição das Delegacias do Trabalho Marítimo.

Art. 2º A execução dos serviços de bloco definidos no artigo anterior compete, exclusivamente, aos trabalhadores de bloco integrantes da categoria constante do 4º Grupo do quadro da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos, matriculados nas Delegacias do Trabalho marítimo e de preferência sindicalizados.

Art. 3º Os serviços de bloco serão efetuados sob a responsabilidade dos próprios armadores e fiscalizados pelas Delegacias do Trabalho Marítimo.

Art. 4º Incumbe ao armador responsável pela execução de serviços do bloco:

a) requisitar os trabalhadores de bloco diretamente ao sindicato da respectiva categoria, ou, na falta desta, na forma indicada pela Delegacia do Trabalho Marítimo;

b) pagar a remuneração aos trabalhadores utilizados através do sindicato, observadas as normas legais pertinentes;

c) descontar, da remuneração dos trabalhadores, contribuições de previdência e recolhê-las, juntamente com as deles, a instituição de previdência, de acordo com a legislação em vigor,

bem como realizar outros descontos previstos em lei;

d) recolher os demais encargos sociais, observados os prazos e procedimentos legalmente estabelecidos.

§ 1º O armador que utilizar trabalhadores de bloco contrariando o preceituado neste artigo incorrerá em multa.

§ 2º A multa será fixada em quantia equivalente a 50% (cinquenta por cento) do total da remuneração paga aos trabalhadores de bloco utilizados em desacordo com o preceituado neste artigo.

§ 3º A multa será imposta pelo Conselho Regional do Trabalho Marítimo, de cuja decisão caberá recurso para o Conselho Superior do Trabalho Marítimo.

Art. 5º A remuneração dos trabalhadores utilizados nos serviços de bloco será fixada pela Superintendência Nacional de Marinha Mercante — SUNAMAM.

Art. 6º Ao trabalhador de bloco que na data da publicação desta lei estiver exercendo a profissão, de acordo com a regulamentação do porto respectivo, fica assegurado o direito de continuar a exercê-la e terá correspondente matrícula independentemente de quaisquer formalidades.

Parágrafo único. As Delegacias do Trabalho Marítimo regularizarão a matrícula do trabalhador de bloco em exercício, dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 7º No prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da publicação desta lei, o Conselho Regional do Trabalho Marítimo expedirá instruções reguladoras do exercício da profissão de trabalhador de bloco e fixará o quadro profissional na respectiva base territorial.

§ 1º Nos portos onde já existam instruções disciplinando o exercício da profissão de trabalhador de bloco, será feita, apenas, a sua adaptação às normas previstas nesta lei.

§ 2º A aplicação desta lei não prejudicará o direito adquirido, quer quanto às vantagens, quer quanto à remuneração, em decorrência de acordos, regulamentos, usos e costumes locais.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Item 3:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 162, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Prata, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 100.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária anterior.

Em votação o projeto em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Sobre a mesa, redação final da matéria, elaborada pelo Relator Senador Meira Filho, que será lida pelo 1º-Secretário.

É lida a seguinte
Redação final do Projeto de Resolução nº 162, de 1987.

O Relator apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 162, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Prata (MG) a contratar operação de crédito no valor equivalente, em cruzados, a 100.000,00 OTN.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 1987. — **Meira Filho**, Relator.

ANEXO AO PARECER

Redação final do Projeto de Resolução nº 162, de 1987.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N° , DE 1987

Autoriza a Prefeitura Municipal de Prata, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 100.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Prata, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 100.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à canalização do córrego Moreira, no Município.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Encerrada a discussão, a matéria é dada como definitivamente adotada, dispensada a votação, nos termos regimentais.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Item 4:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 163, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Timóteo, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 450.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária anterior.

Em votação o projeto, em turno único:

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Sobre a mesa, redação final da matéria, elaborada pelo Sr. Relator, Senador Itamar Franco, que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Redação final do Projeto de Resolução nº 163, de 1987.

O Relator apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 163, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Timóteo (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 450.000,00 OTN.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 1987. — **Itamar Franco**, Relator.

ANEXO AO PARECER

Redação final do Projeto de Resolução nº 163, de 1987.

Faço saber que o Senado Federal aprovou nos termos do artigo 42, inciso VI, da Constituição e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N° , DE 1987

Autoriza a Prefeitura Municipal de Timóteo, Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 450.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Timóteo, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados a 450.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à canalização do Córrego Timóteo no Município.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria é dada como definitivamente adotada dispensada a votação, nos termos regimentais.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — em 5:

Votação em turno único do Projeto de Resolução nº 164, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Itabá, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados a 240.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária anterior.

Em votação o projeto em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Huberto Lucena) — Sobre a mesa, redação final da matéria elaborada

pela Sr. Relator, Senador Itamar Franco, que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Redação final do Projeto de Resolução nº 164, de 1987.

O Relator apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 164, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Itabá (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados a 240.000,00 OTN.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 1987. — **Itamar Franco**, Relator.

ANEXO AO PARECER

Redação final do Projeto de Resolução nº 164, de 1987.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 42, inciso VI, da Constituição, e eu, **Presidente**, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N° , DE 1987

Autoriza a Prefeitura Municipal de Itabá, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 240.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Itabá, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 240.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, estas na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à canalização de córrego, no Município.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria é dada como definitivamente adotada, dispensada a votação, nos termos regimentais.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — **Item 6:**

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 165, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 77.067,67 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária anterior.

Em votação o projeto, em turno único. Os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Sobre a mesa, redação final da matéria, elaborada pelo Sr. Relator, Senador Itamar Franco, que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Redação final do Projeto de Resolução nº 165, de 1987.

O Relator apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 165, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Várzea da Palma (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 77.067,67 OTN.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 1987. — **Itamar Franco**, Relator.

ANEXO AO PARECER

Redação final do Projeto de Resolução nº 165, de 1987.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 42, inciso VI, da Constituição, e eu, **Presidente**, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N° , DE 1987

Autoriza a Prefeitura Municipal de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 77.067,67 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 77.067,67 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à implantação de galerias pluviais e calçamento, no Município.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria é dada como definitivamente adotada, dispensada a votação, nos termos regimentais.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — **Item 7:**

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 166, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados,

dos, a 96.167,71 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária anterior.

Em votação o projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Sobre a mesa, redação final da matéria, elaborada pelo Sr. Relator, Senador Jutahy Magalhães, que será lida pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lida a seguinte:

Redação final do Projeto de Resolução nº 166, de 1987.

O Relator apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 166, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa (BA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 96.167,71 OTN.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 1987. **Jutahy Magalhães**, Relator.

ANEXO AO PARECER

Redação final do Projeto de Resolução nº 166, de 1987.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 42, inciso VI, da Constituição, e eu, **Presidente**, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N° , DE 1987

Autoriza a Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 96.167,71 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93 de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 96.167,71 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto ao Banco do Desenvolvimento do Estado da Bahia S/A, este na qualidade de agente financeiro da operação, destinada à dotação de infra-estrutura urbana, condizente com as necessidades da comunidade (execução do Projeto CURA), no Município.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria é dada como definitivamente adotada, dispensada a votação, nos termos regimentais.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — **Item 8:**

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 167, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 525.159,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária anterior.

Em votação o projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Sobre a mesa, redação final da matéria, elaborada pelo Sr. Relator, Senador Edison Lobão, que será lida pelo 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Redação final do Projeto de Resolução nº 167, de 1987.

O Relator apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 167, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Imperatriz (MA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 525.159,00 OTN.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 1987. — **Edison Lobão**, Relator.

ANEXO AO PARECER

Redação final do Projeto de Resolução nº 167, de 1987.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 42, inciso VI, da Constituição, e eu, , Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N° , DE 1987

Autoriza a Prefeitura Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, a contratar operação de crédito, no valor correspondente, em cruzados, a 525.159,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 525.159,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto ao Banco do Estado do Maranhão S/A, este na qualidade de agente financeiro da operação, destinada à execução de obras de infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários no aglomerado "Vila Lobão", no Município.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria é dada como definitivamente adotada, dispensada a votação, nos termos regimentais.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — **Item 9:**

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 168, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 60.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária anterior.

Em votação o projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Sobre a mesa, redação final da matéria, elaborada pelo Sr. Relator, Senador Nelson Wedekin, que será lida pelo 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Redação final do Projeto de Resolução nº 168, de 1987.

O Relator apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 168, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Macaíba (RN) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 60.000 OTN.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1987. — **Nelson Wedekin**, Relator.

ANEXO AO PARECER

Redação final do Projeto de Resolução nº 168, de 1987.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 42, inciso VI, da Constituição, e eu, , Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N° , DE 1987

Autoriza a Prefeitura Municipal de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 60.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 60.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, este na qualidade de agente financeiro da operação, destinada à execução de projetos de infra-estrutura relacionados com equipamentos comunitários e outras melhorias urbanas, no Município.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria é dada como definitivamente adotada, dispensada a votação, nos termos regimentais.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — **Item 10:**

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 169, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Salto de Pirapora, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 11.457,62 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão anterior.

Em votação o projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Sobre a mesa, redação final da matéria, elaborada pelo Sr. Relator, Senador Ronaldo Aragão, que será lida pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lida a seguinte

Redação final do Projeto de Resolução nº 169, de 1987.

O Relator apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 169, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Salto de Pirapora (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 11.457,62 OTN.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 1987. — **Ronaldo Aragão**, Relator.

ANEXO AO PARECER

Redação final do Projeto de Resolução nº 169, de 1987.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 42, inciso VI, da Constituição, e eu, , Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N° , DE 1987

Autoriza a Prefeitura Municipal de Salto de Pirapora, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 11.457,62 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Salto de Pirapora, Estado de São Paulo, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro

de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 11.457,62 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, está na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à implantação de cozinhas piloto, no Município.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, está encerrada a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria é dada como definitivamente aprovada, dispensada a votação, nos termos regimentais.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Item 11:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 170, de 1987, que autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar, em caráter excepcional e temporariamente, o parâmetro estabelecido no item III do art. 2º da Resolução nº 62, de 28-10-75, modificada pela nº 93, de 11-10-76, ambas do Senado Federal, de modo a permitir o registro de uma emissão de 36.730.000 Obrigações do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro — OTRJ, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária anterior.

Em votação o projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Sobre a mesa, redação final da matéria, elaborada pelo Sr. Relator, Senador Mário Maia, que será lida pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lida a seguinte

Redação Final do Projeto de Resolução nº 170, de 1987.

O Relator apresenta a Redação Final do Projeto de Resolução nº 170, de 1987, que autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cz\$ 11.405.766.900,00 (onze bilhões, quatrocentos e cinco milhões, setecentos e sessenta e seis mil e novecentos cruzados) o montante de sua dívida consolidada.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 1987. — **Mário Maia**, Relator.

ANEXO AO PARECER

Redação Final do Projeto de Resolução nº 170, de 1987.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1987

Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cz\$ 11.405.766.900,00 (onze bilhões, quatrocentos e cinco milhões, setecentos e sessenta e seis mil e novecentos cruzados) o montante de sua dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado do Rio de Janeiro, autorizado a elevar, temporariamente, o parâmetro do item III do art. 2º da Resolução nº 62, de 28 de outubro de 1975, modificada pela de nº 93, de 11 de outubro de 1976, ambas do Senado Federal, a fim de que possa realizar operação de crédito no valor de Cz\$ 11.405.766.900,00 (onze bilhões, quatrocentos e cinco milhões, setecentos e sessenta e seis mil e novecentos cruzados), correspondente a 36.730.000,00 Obrigações do Estado do Rio de Janeiro — OERJ, considerado o valor nominal do título de Cz\$ 310,53, vigente em junho de 1987, destinado ao financiamento parcial do seu déficit corrente do presente exercício, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A matéria é dada como definitivamente adotada, dispensada de votação, nos termos regimentais.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Áureo Mello.

O SR. ÁUREO MELLO (PMDB — AM) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A palavra proferida em ocasiões fora da Ordem do Dia, no ensejo do espaço destinado aos pronunciamentos, deve antes de mais nada, caracterizar-se pela oportunidade.

Daí entender, eu Sr. Presidente, a oportunidade daquilo que desejo proferir, justamente nesta hora em que a efervescência política atingiu um ponto paroxístico neste País. Em termos de divisões de água estão delineados em que as manifestações pessoais caracterizam a maneira de pensar e de conduzir no campo da política, dos vários parlamentares que representam a grande população brasileira.

Após os últimos acontecimentos, em que o Partido da Frente Liberal rompeu com determinada área da Administração e também com o meu Partido, o PMDB, em certos setores dos mais expressivos, quero, Sr. Presidente, em meu nome pessoal apenas, manifestando a minha maneira de pensar, patenteiar neste plenário absoluta confiança no Presidente José Sarney, Presidente da República e, ao mesmo tempo, integrante da agremiação a que pertenço.

Tenho observado que José Sarney tem sido um verdadeiro São Sebastião em relação a apo-

dos e flechas que se crivam sobre S. Ex^a, como se fosse S. Ex^a o responsável único pela situação de aflição financeira em que se encontra este grande povo.

Parece que determinadas áreas se esqueceram que José Sarney encontrou este País numa situação de defasagem, de miséria, de probreza e, sobretudo, de endividamento, quando 100 bilhões de dólares de dívida serviam para substituir aqueles 3 bilhões que outrora deram motivo à deposição de João Goulart.

Nota, da parte do Presidente, a maior boa vontade em relação aos seus correligionários, apoiando sempre, em todas as ocasiões, as reivindicações, principalmente, daqueles que compunham a chamada Frente Liberal. E, no entanto, observo que nada satisfaz, nada atende àquela ansiedade de um Governo perfeito promanada de alguns setores políticos brasileiros.

José Sarney, pelo menos para o meu Estado, tem sido um amigo, um cordial Companheiro, um Presidente equânime e justo, atendendo às reivindicações partidárias, observando aquilo que os parlamentares lhe solicitam, e decidindo com o acerto de um verdadeiro juiz, a cavaleiro daquele seu temperamento afável, sensato, urbano e patriota, tudo aquilo que lhe é conduzido e pedido.

No entanto, Sr. Presidente, chega o momento em que a paciência, até dos homens calmos, se esgota; chega o instante em que, também, o Presidente tem o direito de reclamar. Dá impressão até que foi José Sarney que individuou o País, que deixou a nossa Pátria na situação em que se encontra. Há quanto tempo vêm os brasileiros amargando toda sorte de vicissitudes: a pobreza, dificuldades, e será possível que esqueçamos de que, dentro de um regime combatido, dentro de uma administração que foi entregue, por assim dizer, com os cofres raspados, esse Presidente o seu staff fundamental, tudo tem feito para evitar que a situação se agrave, que o País continue endividado, pedindo cada vez mais recursos ao exterior, que esse povo pague, em face de uma aparente prosperidade, ad futurum, na probreza, na dificuldade e em toda sorte de problemas que o acometem?

Por esta razão, Sr. Presidente, ainda sou daqueles que dão ao Presidente José Sarney, aquele crédito de confiança que merece o próprio movimento de redemocratização deste País, o apoio, que a democracia está a merecer e a solicitar de todos os patriotas que não querem que se abata sobre esta Pátria a negra e torva época dos regimes ditatoriais que ensombraram e tornaram inexequível tudo aquilo que se refere à reivindicações populares, de toda a coletividade brasileira.

Temos visto um José Sarney liberal, consentindo greves, dando toda a cobertura para reivindicações populares, auscultando, através do que lhe é permitido e do que lhe é possível, aqueles organismos que procuram encontrar uma solução harmoniosa e positiva para os problemas da nossa terra. No entanto, observo que as investidas contra este Presidente têm sido demasiadamente afiadas, excessivamente contundentes, o que me parece dentro de um palanque e de um ponto de vista de absoluta isenção — até porque pessoalmente não tenho um cargo sequer no meu Estado que tenha sido por mim aportado ou por mim indicado —, observo que essa oposição tem

sido, no meu modo de entender, das mais injustas para com esse cidadão brasileiro.

Por esta razão, Sr. Presidente, manifesto daqui a certeza e a esperança de que, sobretudo a nossa agremiação, que é o glorioso PMDB, não venha a fazer jus e a justificar aquilo que foi dito há dias pelo eminente Senador João Menezes, de que o PMDB é um Partido fissurado, em que de um lado existe uma ala disposta a pulverizar o cidadão que está no poder e a sua Administração, e do outro uma outra ala solidária e que apoia incondicionalmente esse Presidente.

Não é, Sr. Presidente, tenho certeza, jogo de interesses contrariados. Não é, Sr. Presidente, tenho convicção, nenhuma determinação de caráter ideológico comandando as atitudes de qualquer grupo a não ser a ideologia patriótica, o desejo de fazer com que esse Brasil prossiga na sua grande arrancada. E que é necessário, Sr. Presidente, que se observe o nosso País dentro de um enfoque mais otimista, porque em todo instante, para todo lado, nós somente ouvimos o ressalto, somente observamos o elogio do que é negativo, daquilo que é decadente. Mas, se observamos o Brasil dentro de um plano panorâmico, estaremos vendo que este País tem avançado, tem progredido, embora os macaréus, as ondas contrárias, que procurem fazer submergir a grande nau.

Sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, não é meu regime capitalista que se vai encontrar a solução definitiva para os problemas da grande massa trabalhadora, mas, acredito, dentro de um sistema que não seja tão radical no concernente ao excesso de ganhos de alguns, e à desfaçam financeira da parte de outros. Acredito que dentro de um sistema do que chamaria de legítimo socialismo democrático, chegariam a uma situação em que uma pátria tão rica, tão opulenta, que tem nas suas entradas e na sua superfície potencial econômico e financeiro capaz de assombrar o mundo e de abastecer toda uma população mundial, não seria isto, Sr. Presidente, a razão para que esse País prosseguisse em dificuldades e materialmente sentindo o sofrimento na epidemia do povo.

Manifesto pois, Sr. Presidente, a minha fé, a minha convicção, o meu otimismo, a certeza de que, chegaremos lá. Iremos, evidentemente, por duros caminhos, encontrando, sem dúvida a oposição e o cerco da parte daqueles países, que sem dúvida estão interessados não na nossa emancipação, não no desenvolvimento econômico deste País, mas na sua estagnação, no seu atraso.

Acredito, Sr. Presidente, que a evasão de lucros, a remessa de lucros para o exterior, venha a ser cerceada e moderada, mas que isso tudo venha a ser, em termos de democracia, não em termos de atitudes impensadas que possam acarretar para nossa Pátria, para nosso País, uma situação realmente vexatória, de aflição, de coação, de perseguição, e de medidas que venham realmente a abalar ainda mais a situação que nos encontramos.

Dentro de uma análise perfunctoria, dentro de uma observação feita, vamos dizer, a **vol de seau**, porque não houve oportunidade, ainda para mim, que estou, por assim dizer, recém-chegado a este Plenário e a esta Casa, em fase de organização do meu gabinete e das minhas atividades

pessoais, de antigo político que exerce, desta vez, o seu quinto mandato, não há, Sr. Presidente, um estudo tão aprofundado, mas de minha parte, quero manifestar a minha certeza, confiança, a minha convicção, de que José Sarney, com o seu equilíbrio, com a sua inteligência, com o seu sentido de patriotismo, ao lado de todos os companheiros do PMDB, que lutam no sentido do progresso desta Pátria, há de encontrar a solução adequada para que o nosso povo seja feliz, e a nossa gente se volte cada vez mais para o sol que brilha nos altos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DURANTE O DISCURSO DO SR. ÁUREO MELLO, O SR. HUMBERTO LUCENA DEIXA A CADEIRA DA PRESIDÊNCIA, QUE É OCUPADA PELO SR. MEIRA FILHO.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemburg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBURG (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No dia quatro de setembro recém-fundo foi instituída em Aracaju a Fundação Augusto Franco, cujos objetivos são os seguintes: assistir socialmente as pessoas carentes, promover a educação de crianças, jovens e adultos, estimular as atividades jornalísticas e apoiar as pesquisas relacionadas com a história de Sergipe, particularmente nos campos da política, da economia e da administração, organizar peças, coleções e acervos representativos da vida econômica, cultural e social do Estado, colocando-os à disposição do público, estimular as manifestações culturais e artísticas, estabelecer o intercâmbio artístico, cultural e científico com instituições do Nordeste, de outras regiões do País e também com as internacionais, trabalhar em favor do desenvolvimento do povo sergipano e incentivar as vocações ao serviço de Deus.

Quero desde já destacar, nas finalidades da Fundação Augusto Franco, Sr. Presidente e Srs. Senadores, esse item relativo às vocações religiosas. Conforto-nos assinalar aqui, em contrapartida a uma proposta submetida na atual fase dos trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte, de exclusão do nome de Deus do Preâmbulo da nossa futura Carta Magna, proposta aliás inteiramente contrária à formação e à índole do povo brasileiro, por isso mesmo derrotada, é confortador, dizemos, verificar que a Fundação Augusto Franco nasce com tão altos e transcendentalis propósitos. Coloca-se a nova entidade, por isso mesmo, em sintonia com a verdadeira alma de nossa gente e com as suas melhores tradições.

Instituindo essa Fundação, a Família Franco, de tanta ressonância na história política, administrativa e econômica de Sergipe, não fez outra coisa senão dar continuidade à ação que, sob a direção de seu ilustre chefe, o ex-Governador, Deputado e Senador Augusto Franco, vem, ao longo de várias décadas desenvolvendo em favor dos sergipanos.

Creio que não exagero ao afirmar, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que a criação da Fundação Augusto Franco se constitui num dos fatos culturais mais destacados deste ano de 1987 em meu Estado. Não será difícil antecipar as reper-

cussões de tal iniciativa na vida pública da União da Federação que tenho a honra de representar nesta Casa. O cunho eminentemente social e cultural da Fundação Augusto Franco confirma que as idéias que sempre nortearam a ação de seu patrono, de confiança na iniciativa privada, de apoio ao municipalismo, de defensor da soberania nacional e de permanente devotamento aos legítimos interesses do Estado de Sergipe irão ter o seu natural desdobramento nas atividades da entidade que acaba de ser fundada.

Representa também a Fundação Augusto Franco a capacidade de adaptação do empresário sergipano às necessidades de nossa época. Ao mesmo tempo em que, e com justiça, se homenageia a figura de seu eminente patrono, que vem de comemorar o seu 75º aniversário natalício, assegura-se em Sergipe, como já disse, um amplo incentivo às manifestações de natureza social, educacional e científica.

Ao fazer este breve registro, Sr. Presidente e Srs. Senadores, quero daqui congratular-me com a Família Franco pela oportuna iniciativa de dar prosseguimento, por meio da entidade recém-criada, ao incessante trabalho de seu chefe em prol do Estado de Sergipe e de seu povo.

Auguro à Fundação Augusto Franco votos do mais completo êxito em suas atividades. Sergipe só tem a ganhar com a sua criação. Está por isso de parabéns. Os nomes ilustres que integram a sua primeira Diretoria e o seu Conselho Diretor são uma garantia de que o espírito empreendedor de seu patrono orientará sempre os destinos da nova Fundação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não faz muito tempo, precisamente no dia 14 de setembro, pronunciamos um discurso no qual enaltecermos a atuação da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacau-eira (Ceplac), lembrando que o órgão "há 30 anos orienta a produção brasileira de cacau, gera tecnologia e presta assistência técnica ao setor, apoiando o trabalho de cerca de 30 mil agricultores, que, hoje, não se concentram apenas no sul baiano, mas também no Espírito Santo e em mais seis Estados da Amazônia".

Lebramos, ainda, que "a Ceplac é uma instituição produtiva, exemplar, sem dívidas, mas que não faz milagres", porque "não faz chover". Dizemos que o cacau-eira é uma planta delicada, que exige cuidados especiais, calor e umidade. Fazia, então, 40 dias que não chovia no sul da Bahia. Anunciava-se a queda de 50% da produção da safra temporária de cacau, e calculava-se o comprometimento da safra principal igualmente em 50%, prevendo-se um prejuízo da ordem de Cr\$ 10,5 bilhões.

Manifestámos, na ocasião, as nossas apreensões em face das dificuldades enfrentadas pelos cacauicultores e dirigimos um apelo ao Governo para que determinasse a prorrogação dos prazos de pagamento de seus empréstimos bancários,

que estavam apenando, sobretudo, os pequenos e médios produtores.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, não se passaram 30 dias desde que pronunciamos aquele discurso, e a situação dos cacaueiros agrava-se pela queda dos preços internacionais do cacau. Aprofunda-se a crise provocada pela frustração da safra temporária, cujo déficit é de 1,3 milhão de sacas de cacau (78 mil toneladas) em relação ao período de 1986/87, e pela perspectiva de redução da safra principal em cerca de 1,4 milhão de sacas (84 mil toneladas), em relação ao período anterior.

Para esse resultado negativo contribuíram, é certo, dois fatores principais: a devastação e morte de grandes extensões de cacaueiros, atacados por pragas temporárias e permanentes, e a redução do índice pluviométrico anual em 50% da média dos últimos 25 anos, consequência do desmatamento criminoso da mata atlântica.

Como representante da região cacaueira da Bahia, preocupa-nos, sobremodo, as consequências dessa crise. Os produtores, descapitalizados, não têm condições de quitar suas dívidas, que atingem a cifra de Cr\$ 15 bilhões junto à rede bancária e setores de exportação, industrialização e fornecedores.

O desemprego já sacrifica, diretamente, 80 mil trabalhadores nas lavouras de cacau e, indiretamente, cerca de 400 mil pessoas, estendendo-se, ainda, à área urbana, onde atinge 20% dos empregos permanentes no setor de serviços. Daí o êxodo rural, o agravamento da pressão populacional nas periferias de nossas cidades e suas gravíssimas implicações.

Ora, o Brasil é o segundo produtor mundial de cacau, vindo logo depois da Costa do Marfim. A safra de 1986 atingiu a cifra de 460 mil toneladas e rendeu ao País US\$ 700 milhões em exportações. É o meu Estado o maior produtor nacional. Suas plantações de cacau ocupam uma área de 615 mil hectares e produzem, em condições favoráveis, cerca de 387,5 mil toneladas/ano, ou seja, 87,6% da produção nacional. Sabemos que 90% da produção nacional é exportada, constituindo-se em fonte de divisas para o País.

Os demais Estados produtores de cacau destacam-se nesta ordem: Rondônia, com 29,3 mil toneladas; Espírito Santo, com 12,4 mil toneladas; Pará, com 11,6 mil toneladas; e, em menor escala, os Estados de Mato Grosso, Amazonas, Acre e Maranhão.

Notícia a imprensa que cafeicultores do Estado de São Paulo, desestimulados com os baixos preços do café, plantaram 250 mil cacaueiros à sombra de seus cafezais, os quais começarão a produzir a partir do próximo ano. Eles foram incentivados pela Secretaria de Agricultura e plantaram um tipo híbrido de cacau, mais resistente, desenvolvido pelo Instituto Agronômico de Campinas.

Trata-se de um fato auspicioso, pois considerarmos de interesse nacional a ampliação de nossas fronteiras de produção de cacau, dada a importância dessa atividade para fixar o homem à terra, gerar recursos, impulsionar indústrias. Aliás, sendo o cacaueiro uma planta nativa na Amazônia, acreditamos que possa colaborar, também, para preencher os vazios demográficos daquela região.

Os principais países importadores de cacau em amêndoas — responsáveis pelo consumo de 75%

da produção mundial — são os Estados Unidos, a Alemanha Ocidental, os Países Baixos, a URSS e o Reino Unido. Na América do Sul, exportamos principalmente para o Paraguai, o Chile, a Bolívia, a Argentina e o Peru.

O Brasil, embora grande produtor de cacau, pouco consome chocolate, um alimento rico em calorias, que poderia ser servido nas escolas públicas, como merenda escolar.

Assim, alertamos o Governo brasileiro para a necessidade de incentivar o consumo de chocolate, em suas diversas modalidades, no Brasil e no exterior. Muitos países, como a China e a Índia, por exemplo, poderão transformar-se em grandes importadores de cacau em amêndoas ou industrializado, se os nossos escritórios comerciais e as nossas representações diplomáticas no exterior souberem fazer publicidade do produto.

Outro problema com que se deparam os produtores de cacau é a manutenção do estoque regulador, bastante dispendiosa. O *Correio Brasiliense* de 6 de setembro comenta os esforços do Sr. João Carlos Monteiro de Carvalho, Secretário-Geral da Ceplac, no sentido de "evitar maior prejuízo do Governo e dos cacaueiros brasileiros provocado pelo aumento do estoque regulador de cacau do mercado internacional", os quais "já desembolsaram, até agora, cerca de 100 milhões de dólares, sem resultado", para mantê-lo. O estoque regulador deveria permitir a estabilização de preços, em benefício de produtores e consumidores, mediante a utilização do estoque de reserva ou a sua retenção, conforme haja menor ou maior oferta do produto no mercado internacional. No entanto, esse sistema mantém os especuladores bem informados sobre as oscilações do mercado e não tem alcançado a sua finalidade principal, que seria a manipulação dos preços, em proveito de ambas as partes. Aliás, tem-se mostrado perverso para com os produtores, constituindo-se, na verdade, numa modalidade de pressão dos países importadores de cacau sobre os exportadores ou produtores, que ainda arcam com os ônus da armazenagem, cada vez mais elevados, à proporção que se expande o estoque regulador. É necessário, pois, que se estude esse mecanismo no âmbito da Organização Internacional do Cacau (OICC), para que se analisem as suas falhas e deficiências, com vista ao aperfeiçoamento do sistema, talvez mediante a participação financeira também dos países importadores no custeio do estoque regulador, caso se confirme a necessidade de sua manutenção.

Parece-nos inquestionável que os gravíssimos problemas que afligem os cacaueiros, com reflexos perversos na área sócio-econômico-financeira, justificam plenamente as suas reivindicações, que nos foram transmitidas pelo Sr. Orlando Péricles de Carvalho Filho, Presidente do Conselho Nacional dos Produtores de Cacau, e são as seguintes:

"1) prorrogação do prazo de pagamento de financiamentos rurais, sem correção monetária.

2) acesso e garantia de recursos para custeio, em 1988, em valores atualizados e integrais;

3) crédito para investimento, visando à modernização da cacaicultura, sem elevação das áreas implantadas;

4) abertura de linhas de crédito especial para as cooperativas de produtores de cacau, objetivando o seu fortalecimento financeiro;

5) refinanciamento dos débitos da lavoura junto a exportadores-industriais-fornecedores de materiais agrícolas."

Sr. Presidente e Srs. Senadores, fazemos nossas as reivindicações dos cacaueiros do nosso Estado e dirigimos um veemente apelo ao Presidente José Sarney e ao Ministro Bresser Pereira, da Fazenda, para que determinem as providências necessárias ao seu atendimento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Presidente José Sarney lançou no dia 30 de setembro último, durante solenidade realizada no Palácio do Planalto, em Brasília, o *Programa de Ação Governamental (PAG)* para o quinquênio 1987/1991, perante 23 Ministros de Estado, 14 Governadores de Estado e Territórios, dezenas de parlamentares, autoridades, jornalistas e convidados, afirmando:... "Queremos ingressar no século XXI tendo vencido a fome e a miséria".

Asseverou, ainda, o Presidente José Sarney, em seu aplaudido pronunciamento:

"Estamos aqui reunidos para um passo decisivo na definição dos programas governamentais... Antes de chegarmos ao *Plano de Ação Governamental* que hoje lançarmos, percorremos um longo período... Não tínhamos um Orçamento Unificado. Nós tínhamos um orçamento fiscal, um orçamento financeiro e um orçamento monetário. E, reunidos nestes três orçamentos, um orçamento difuso, que não dava condições de se visualizar exatamente a despesa pública... Conseguimos, já este ano, o que é, de certo modo, um fato inédito na História do Brasil, o primeiro Orçamento Unificado mandado ao Congresso Nacional, o Orçamento de 1988, que reúne os orçamentos fiscal, financeiro e monetário. A partir de agora o Congresso Nacional pode ter um controle absoluto das contas públicas e acompanhar o Governo em todos os seus gastos porque aqui estão prescritas as despesas e as fontes de financiamento, não podendo mesmo o Governo fazer nenhuma despesa que não seja autorizada pelo Congresso Nacional."

Esclareceu o Chefe da Nação que o *Programa de Ação Governamental (PAG)* não é um programa de gastos. "Planejar não é gastar, planejar é saber utilizar os recursos disponíveis de uma maneira racional, aproveitando-os ao máximo. Com o Plano Macroeconômico, que nos dá os limites da nossa economia, e com o PAG, estamos preparados para executar um governo planejadamente, um governo moderno, como deve ser o governo de um país como o Brasil".

Estas palavras do Presidente da República devem ser acolhidas como reflexo de uma nova mentalidade, traduzindo um estilo diferente que se poderia condensar nas expressões transparência, senso de responsabilidade e respeito à opinião pública.

O povo brasileiro tem o direito de saber como são gastos os recursos gerados pelos impostos, notadamente o volume das despesas governamentais.

O Plano de Ação Governamental (PAG) restabeleceu no Brasil o hábito e as técnicas do planejamento a médio e a longo prazos, e foi elaborado pela Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República (Seplan), dentro dos parâmetros preestabelecidos pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (1986/1989), no sentido de "mudar a vida econômica, social e política do País", mediante a retomada do crescimento e o combate sistemático à pobreza.

Na mesma ocasião, o Presidente José Sarney sancionou o projeto que torna obrigatória a concessão do vale transporte dos trabalhadores; assinou um decreto elevando o piso nacional dos salários para Cr\$ 2.640,00, a partir de outubro; e anunciou que a inflação de setembro ficou em 5,68%.

Evidentemente seria desnecessário resumir, nos limites prefixados de um conciso pronunciamento, um documento de vastas proporções, com 304 páginas profusamente ilustradas e recheadas de indicadores estatísticos, gráficos e projeções, abrangendo o período de 1987 a 1991.

São 10 (dez) capítulos nos quais se examinam minuciosamente os grandes desafios e estratégias da ação governamental; o cenário prospectivo da economia brasileira; as diretrizes políticas, econômicas e sociais; a programação e as metas dos setores produtivos nos domínios da agricultura, indústria, mineração, energia, transportes, comunicações, ciência e tecnologia; a programação e as metas sociais (alimentação e nutrição, educação, habitação, saúde, saneamento, previdência e assistência social, reforma agrária, desenvolvimento urbano integrado, justiça e segurança pública e trabalho).

No capítulo VI se definiram a programação e as metas regionais (evolução das disparidades regionais; Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul, Sudeste; a programação multirregional e outros programas). Constam ainda do PAG as metas especiais concernentes às Forças Armadas e à segurança, cultura, meio ambiente, ação comunitária e administração pública. A seguir vêm as partes VIII e IX, que se referem ao financiamento do Programa (equacionamento das contas do setor público, fontes e usos dos recursos); a coordenação da ação governamental (o processo de coordenação e acompanhamento de programas e projetos). Finalmente, são enumeradas as 100 principais obra e projetos do PAG (com informações concretas quanto à área, recursos financeiros, cronograma físico, metas, desempenho, inspeção e avaliação) e na parte X, insere-se um valioso anexo estatístico.

Felizito, portanto, o Ministro Chefe da Seplan, Aníbal Teixeira, pelo desempenho da missão que o Presidente José Sarney lhe atribuiu, e estendo os meus aplausos à equipe técnica do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) que, sob a coordenação do economista Geraldo de Alencar, revelou indiscutível eficiência na execução dos trabalhos de pesquisas, investigações setoriais, elaboração de projeções matemáticas, cálculos, formulação de modelos, e principalmente pelo fato de ter mantido contato com os mais

variados segmentos da sociedade brasileira, ouvindo não somente os governadores, os ministros de Estado, as lideranças empresariais e políticas, como contingentes mais frágeis da sociedade: os bôias-frias, os sem-terra, os idosos, os favelados, os migrantes, e até mesmo os menores carentes e meninos de rua: algo como até agora não se fazia entre nós.

O Programa de Ação Governamental (PAG) definiu sete metas básicas na área econômica e oito no setor social. Os investimentos globais para o quinquênio, de 1987 a 1991, no País, foram calculados em Cr\$ 14,3 trilhões, dos quais Cr\$ 5 trilhões a cargo do Setor Público (União, Estados e Municípios) e Cr\$ 9,3 trilhões por conta da iniciativa privada.

O Programa estabelece investimentos de Cr\$ 8,9 trilhões na área produtiva e social.

Os Cr\$ 5,4 trilhões restantes representam os investimentos previstos pelo Governo na área da livre iniciativa. Dos Cr\$ 8,9 trilhões, 54% ou Cr\$ 4,9 trilhões, serão destinados ao Setor Social.

Projetos novos, na área econômica, são a Ferrovia Norte-Sul e a Usina Siderúrgica do Maranhão que deverá produzir três milhões de toneladas de aço. Os investimentos relativos a esses dois empreendimentos são escalonados de 1987 a 1991. O PAG prevê um crescimento acumulado do PIB, nesse quinquênio, da ordem de 49%.

Isto significa que o PIB se elevará de US\$ 271 bilhões em 1987 para US\$ 404,86 bilhões em 1991.

A atual população brasileira estimada em 141,4 milhões de pessoas, deverá atingir em 1991, 154 milhões e cerca de 240 milhões em torno do ano 2.020.

Em face dessas previsões a atual renda média per capita de US\$ 1.921,36 deverá ser de US\$ 2.628,96 em 1991.

O Programa de Ação Governamental (PAG) contribuirá, sem dúvida, para modificar o perfil da distribuição de renda em nosso País com a execução dos diversos projetos que o integram, dentre os quais convém mencionar o Mutirão contra a Pobreza, através do qual o Governo Federal, conjuntamente com a comunidade, as Prefeituras e a iniciativa particular, mobilizará investimentos da ordem de Cr\$ 480 bilhões e beneficiará diretamente 73 milhões de pessoas.

Sobre o assunto, requeiro a incorporação ao texto deste pronunciamento, do discurso anexo proferido pelo Presidente José Sarney, a respeito do PAG, — documento digno da maior divulgação, não apenas em virtude do seu conteúdo, como pelo significado histórico de que se reveste ao anunciar, com o advento do mencionado programa, o retorno e a modernização do planejamento no cenário da Administração Pública brasileira.

É exato que o Brasil tem uma experiência de planejamento digna de exame, a partir do Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transportes, Educação), das Metas do Presidente Juscelino Kubitschek, do efêmero Plano do Ministro Celso Furtado no Governo João Goulart, e das Diretrizes e Metas para Ação de Governo, do Presidente Emílio Médici.

Nada, porém, capaz de se comparar com o desafio enfrentado pelo Presidente José Sarney, tal como o resgate da imensa dívida social para

com dezenas de milhões de brasileiros marginalizados pela fome, desnutrição, doenças, desemprego ou subemprego, analfabetismo, — pârias que vegetam em favelas, mocambos, cortiços e guetos — ou seja, o cenário desolador da miséria, do pauperismo e do atraso.

Na mensagem dirigida à Nação ao encaminhar o **Programa de Ação Governamental (PAG)**, o Presidente José Sarney deixou claro que já se encontram em execução as medidas de curto prazo visando à estabilização econômica, complementadas pelo Plano de Controle Macroeconômico de junho de 1987, destinado a conter o processo inflacionário e estabelecer condições favoráveis à retomada do processo produtivo.

Mas, é através do PAG que o Governo pretende assegurar aos mais desfavorecidos, condições de sobrevivência digna e acesso aos benefícios do progresso.

Isto significa, praticamente, alicagar as bases do crescimento na geração de empregos, redução dos índices da inflação, na melhor distribuição de renda e criação de oportunidades de investimentos que beneficiem as populações carentes e as regiões menos desenvolvidas.

Convém enumerar, em função desses objetivos prioritários, as seguintes diretrizes econômicas e sociais do PAG:

a) a geração de 8,4 milhões de novas ocupações, que absorverão a população economicamente ativa no período contemplado e parte dos desempregados na época de recessão;

b) o crescimento da renda nacional a taxas anuais entre 5% e 7%;

c) a ênfase especial aos investimentos na área social; e

d) o desenvolvimento do mercado interno e das exportações, concomitantemente.

40 milhões de pessoas terão, destarte, duplicados seus rendimentos, seja pela elevação do valor real do salário mínimo, seja por beneficiarem-se de programas sociais específicos.

Elaborado com a finalidade de consolidar, na área da administração pública, a retomada do planejamento como processo técnico seguido de avaliação e permanente acompanhamento, o PAG, ao contrário dos planos anteriores, indica as fontes de financiamento dos investimentos a serem realizados, procurando garantir a disponibilidade de recursos não inflacionários.

No campo econômico urgia, de pronto, deter o processo recessivo; controlar a qualquer preço a inflação; estimular a economia e gerar empregos — este é um dos maiores desafios, exigindo providências urgentes que levem a economia a se sustentar em taxas aproximadas de 7% a 8% ao ano, permitindo responder ao imperativo da criação de 8,4 milhões de novos empregos no período 1987/1991.

O outro desafio máximo no campo econômico, se refere ao crescimento da renda da população das regiões menos desenvolvidas, através da descentralização industrial, e da alocação de recursos em pólos de desenvolvimento.

Todavia, tão assustadores quanto os econômicos, são os desafios sociais; a metade da população brasileira de mais de 10 anos — quase 51 milhões de pessoas — percebem até meio salário mínimo e se apropria de 2% da renda nacional; 64% recebem até um salário mínimo e se apropriad de 8% do produto. Apenas 1 mi-

lhão de brasileiros situam-se em faixas superiores a 20 salários mínimos, beneficiando-se de 18% da renda.

Vivem no País cerca de 70 milhões de brasileiros em condições precárias. O Nordeste, o Norte e diversos bolsões de pobreza por todo o Brasil, ostentam diferenças de renda que vão de US\$ 200 a US\$ 5 mil.

O Nordeste com 30% da população brasileira concentra cerca de 50% dos problemas sociais do País.

Vastos contingentes da população encontram-se marginalizados: 1) os bôias-frias, em número superior a 4 milhões; 2) os sem-terra, mais de 6 milhões; 3) os favelados, cerca de 12 milhões; 4) os idosos, quase 5 milhões; 5) os menores desamparados, abandonados, mais de 6 milhões; 6) os desnutridos com déficit de alimentação superior a 400/calorias/dia somam 35 milhões; 7) os doentes, aos milhões... e, 8) os deficientes em geral.

Algumas metas sociais do PAG — isto é, dobrar a renda de 40 milhões de brasileiros, construir 8 milhões de novas moradias para a população de baixa renda, melhorar a concessão da merenda escolar para 38 milhões de crianças, criar 12 milhões de vagas escolares e suplementar a alimentação de 60 milhões de brasileiros — permitem avaliar as dimensões do Programa, recém-lançado, tornando imperativa e urgente a modernização técnica, administrativa, financeira e humana do Sistema Administrativo da União, a fim de evitar pontos de estrangulamento, distorções e atrasos na execução dos projetos específicos no decorrer da sua implementação no período 1987/1991.

Encerrada a 2ª Guerra Mundial foram surgindo tanto em países mais desenvolvidos como no Terceiro Mundo, múltiplas iniciativas visando, através de sucessivas reformas, atingir os objetivos colimados pela racionalização administrativa.

A obsessão das reformas tributárias, bancárias, agrárias, e dos sistemas educativos, dos processos governamentais e administrativos prossegue, com maior ou menor intensidade, em todo o mundo.

Na verdade, todo e qualquer planejamento em termos de formulação de programas, projetos, diretrizes e metas norteadoras da ação governamental, pressupõe vigorosas investigações e sondagens das realidades sócio-econômicas, criteriosa avaliação da multiplicidade dos fatores ou circunstâncias conjunturais, diagnósticos precisos e realistas.

Somente depois dessa fase preliminar, e básica, é que se revelam os pontos mais fracos ou vulneráveis, no concernente às programações, planejamentos e estratégias preconizadas — ou seja, o engajamento com as exigências das realidades, os impactos da implementação que, freqüentemente, anulam ou obstaculizam os ajustamentos aos fatos, as adaptações às exigências concretas das realidades.

Acredito que o **Programa de Ação Governamental (PAG)** — prosperidade para todos — proposto pelo Presidente José Sarney, atingirá as suas metas prioritárias, em face da seriedade, da competência e do patriotismo que presidiram à sua elaboração.

Confio em que o Ministro Aníbal Teixeira prosseguirá com redobrada energia e entusiasmo na im-

plementação do PAG — de vez que a execução do mencionado programa enfrentará obstáculos e dificuldades, o que é natural, por se tratar de uma maciça aplicação de recursos, que transformarão a fisionomia social e econômica do País.

A Nação se regozija pelo seu advento, e aplaude essa oportunidade e patriótica iniciativa do eminente Chefe da Nação, rogando a Deus para que os objetivos colimados sejam plenamente atingidos e coroados de êxito.

São estas as reflexões que me pareceram mais relevantes, à margem do **Programa de Ação Governamental** — prosperidade para todos.

Torna-se, agora, imprescindível que o PAG seja ampla e exaustivamente debatido e avaliado, nas escolas, universidades, sindicatos, igrejas, quartéis, partidos políticos — aonde quer que se reúnam as lideranças mais expressivas da nacionalidade.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

**Presidência da República
Secretaria de Imprensa**

**DISCURSO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY
POR OCASIÃO DA SOLENIDADE DE LANÇAMENTO DO PROGRAMA DE AÇÃO GOVERNAMENTAL — PALÁCIO DO PLANALTO — 30-9-87**

Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Humberto Lucena,

Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, Dr. Aníbal Teixeira,

Senhor Ministro de Estado Interino dos Transportes, Mário Antônio Picanço,

Senhores Ministros de Estado,
Senhores Governadores,

Senhor Senador Afonso Camargo,
Senhores Parlamentares,

Senhor Crezo Andrade, Presidente da Associação Nacional de Empresas de Transportes Urbanos,

Minhas senhoras e meus senhores:

Antes de abordar o alto significado do lançamento hoje, do Programa de Ação Governamental, anuncio que acabo de sancionar projeto de lei sobre o vale-transporte. Ainda em dezembro de 1985, mal chegado à Presidência da República, sancionei a Lei nº 7.418, que instituiu essa grande conquista, preocupados que estávamos, como estamos, sobre o problema dos transportes urbanos e dos trabalhadores nas grandes metrópoles. O novo projeto de lei, de autoria do Senador Afonso Camargo, torna obrigatório o vale-transporte.

Para se ter uma idéia do que isso significa para o trabalhador brasileiro, basta dizer que, com esta lei, estamos ampliando, por dia, de 1 e meio milhão para 14 milhões o número de beneficiários do vale-transporte. Estarão, agora, atingidos por este benefício legal, 80% dos trabalhadores que ganham até três salários mínimos.

Para quem recebe até um salário mínimo, com até cem viagens ao mês, estamos reduzindo de 30% para 6% do salário o peso líquido médio dos seus gastos com transportes.

Com essas medidas, rompemos um ciclo vicioso causado pela evolução dos custos dos transportes, sempre superior à capacidade de pagamento dos usuários. Isso gerava perda na quali-

dade do serviço, aumento dos custos operacionais e pressões de reajustes tarifários em níveis acima dos salários, repetindo o ciclo.

Este é apenas um dos aspectos com que estamos, e temos tratado o problema dos trabalhadores e dos transportes, nas grandes cidades. Basta lembrar que há dois meses lançamos o grande programa de melhoria das vias urbanas e de transportes coletivos das grandes metrópoles, com um programa avaliado em 1 bilhão e 400 milhões de dólares, destinado à melhoria da frota nacional de transporte coletivo, já hoje em estado bastante precário, como também à melhoria dos transportes suburbanos, através da recuperação de todo o parque de locomotivas, além do leito das estradas que servem de abastecedoras dos transportes urbanos. Isto é um grande benefício para o nosso trabalhador, que também neste Governo, tem recebido um tratamento prioritário, bastando lembrar que corresponde a essa época o salário-desemprego e o salário-móvel. E a filosofia de que jamais nós podemos ter salários que não corrigidos de acordo com a inflação e com os ganhos de produtividade livremente acertados entre patrões e empregados.

Estes problemas agora estão sendo superados. Vamos conseguir ao mesmo tempo a melhoria dos serviços dos transportes e a redução do custo operacional.

Estamos confirmando a prioridade do Governo de conceder aos transportes públicos, que são responsáveis por 60% de todos os deslocamentos nas áreas urbanas, um tratamento especial.

Mas o mais importante é que, com estas medidas, estamos melhorando o padrão de vida do trabalhador brasileiro, pelo aumento da renda disponível. Estamos assim, tratando com fatos e com atos concretos os problemas diários da classe trabalhadora, procurando melhorar a sua qualidade de vida.

Foi, por conseguinte, com grande alegria que sancionei esta lei, pois ela, ao beneficiar os trabalhadores brasileiros, atende ao mandamento fundamental da nossa política de Governo, que é tudo pelo social.

Coerente com essa política, e com a determinação de que promoveremos a recuperação do piso salarial dos trabalhadores, desejo também anunciar que assinei decreto que reajusta o valor do Piso Nacional dos Salários para Cz\$ 2.640,00 ao mês, a partir do mês de outubro. E lembrar que, graças a essa providência do Governo, de separar o piso salarial do salário mínimo, que era o salário-referência, nós estamos evitando que, à custa do aumento do salário do trabalhador, aqueles salários a ele vinculados fossem os mais beneficiados toda vez que se aumentava o salário mínimo do trabalhador brasileiro. A partir de agora nós poderemos, com uma política mais firme, ajudar o trabalhador mais pobre, sem que isso implique num benefício para os mais ricos que eram os que mais aproveitavam essas providências.

Nossa política econômica tem apresentado resultados positivos. Tive hoje, também, a satisfação de receber os dados da inflação de setembro. Ela foi de 5,68%, inferior à de agosto, o que mostra que estamos no caminho da estabilidade econômica, embora com todas as dificuldades. Enquanto no segundo trimestre do ano tivemos uma

inflação de 87,87%, no trimestre passado essa taxa se reduziu a 15,83%.

Minhas senhoras e meus senhores,

Depois do Plano Bresser e após aprovarmos o Plano de Controle Macroeconômico, estamos aqui reunidos para darmos um passo decisivo na definição dos programas governamentais.

Quero dizer que antes de chegarmos ao Plano de Ação Governamental que hoje lançamos, tivemos um longo período a percorrer. Assumindo o Governo encontramos, não com muita clareza, os instrumentos disponíveis aos governantes para que eles pudessem planejar, sobretudo no que se refere a visualizar as finanças públicas. Nós não tínhamos um orçamento unificado. Nós tínhamos um orçamento fiscal, um orçamento financeiro e um orçamento monetário. E tínhamos reunidos nestes três orçamentos um orçamento difuso, que não dava condições de se visualizar exatamente a despesa pública. Então, a nossa primeira providência que não pode ser feita, e aqui estão homens que lidam diariamente com a coisa pública, não pode ser feita imediatamente porque era uma tarefa que demandava tempo. E nós conseguimos, já este ano, pelo primeiro ano, o que é, de certo modo, um fato inédito na História do Brasil o primeiro orçamento unificado, mandado ao Congresso Nacional que é o Orçamento de 1988, orçamento este que reúne o orçamento fiscal, financeiro e o orçamento monetário. A partir de agora o Congresso Nacional pode ter um controle absoluto das contas públicas e acompanhar o Governo em todos os seus gastos, porque aqui estão previstas as despesas e as fontes de financiamento, não podendo mesmo o Governo fazer nenhuma despesa que não seja real. Nem os subsídios, porque esses subsídios terão de ser aprovados pelo Congresso Nacional. Este foi um trabalho exaustivo de mais de dois anos que representou uma tarefa anônima dos nossos técnicos e uma determinação política, abdicando o Governo da sua função discricionária em relação ao orçamento, para colocá-lo dentro dos parâmetros democráticos de uma nação e de um Governo que é transparente, se deixa controlar e se deixa supervisionar. Essa é a primeira grande etapa que nós tivemos. Em segundo lugar, nós tivemos o Plano Macroeconômico; no qual a nossa economia planejadamente segue parâmetros que devem ser seguidos e que estamos perseguindo. E, obedecendo a este Plano Macroeconômico, nós já temos esses resultados que aqui são apresentados, tendo a Nação consciência do que se está fazendo, do que se pode fazer e do que não se pode fazer. E agora, para completar esse conjunto de providências que deve ter um governo moderno, nós estamos, hoje, lançando o Programa de Ação Governamental, que não é um programa de gastos. Planejar não é gastar, planejar é saber utilizar os recursos disponíveis de uma maneira racional, aproveitando-os ao máximo. É isso o que o Plano de Ação Governamental, hoje lançado, visa. Nós estamos com os recursos aqui encontrados e aprovados pelo Congresso. Com o Plano Macroeconômico, que nos dá os limites da nossa economia e com o Plano de Ação Governamental preparados para executar um Governo planejadamente, um Governo moderno, como deve ser o Governo de um país como o Brasil.

Assim, os senhores e todos nós, estamos participando de um ato importante na história administrativa do nosso País. Nesse sentido, para atingir esses objetivos, determinei ao Ministro do Planejamento que elaborasse esse Plano de Ação consistente e coerente com as principais diretrizes do Governo, e que, ao mesmo tempo, consubstanciasse os ideais e compromissos maiores da Nova República. Um Programa que, em suma, refletisse a voz de todos os brasileiros.

Devo dizer, também, de uma maneira pela qual melhora o relacionamento entre governantes e governados, que a partir de agora ninguém pode cobrar do Governo aquilo que não está nas mãos do Governo de resolver, porque ele está absolutamente controlado pelos instrumentos democráticos da Nação, inclusive no que se refere a recursos. O Governo Federal dispõe de três fontes de recursos: uma, o orçamento fiscal, resultado dos impostos pagos pelo povo brasileiro; a outra fonte é no que se refere à nossa condição de poder fazer a dívida interna, isto é, de colocar títulos dentro do mercado. Estes títulos, também agora, os seus limites só podem ser feitos aprovados dentro do Congresso Nacional, nos parâmetros ali estabelecidos. E, em terceiro lugar, as emissões de moeda, que também a partir de agora só podem ser feitas com a aprovação do Congresso Nacional. Assim, há uma co-responsabilidade e linhas absolutamente definidas. Ninguém pode pedir ao Governo Federal que ele faça milagres que não pode fazer.

Tenho a satisfação de entregar aos brasileiros, hoje, o Programa de Ação Governamental. Com ele ganhamos em previsibilidade e segurança na condução da nossa economia. O Programa que submeto à sociedade brasileira tem uma diretriz de favorecer os mais pobres, porque são os que mais precisam, e a diretriz do Governo foi sempre de tudo pelo social.

Nossa ênfase é no crescimento e na geração de empregos, na contenção da inflação, no ajuste das contas externas, na melhoria da distribuição da renda e em investimentos voltados para as regiões menos desenvolvidas e para a população carente.

Preveremos um crescimento do Produto Interno Bruto à taxa de 7% ao ano, como consta no Plano Macroeconômico.

Para que a economia cresça a essa taxa, devemos investir 14,3 trilhões de cruzados até aquele ano, a preços de 87, calculando-se em 5 trilhões os investimentos públicos, ou seja, 7,9% do nosso Produto Interno Bruto.

Neste programa, especificam-se projetos que requerem dispêndios da ordem de 8,9 trilhões de cruzados em todo o período. Deste total, é coerente com a prioridade ao social, o Programa destina 54,4% ou seja, 4,9 trilhões de cruzados, aos gastos sociais.

Talvez o maior objetivo desse Programa, na soma de todos os seus desdobramentos, seja, modificar o perfil da distribuição de renda em nosso País.

Realizaremos o aumento indireto da renda pelos projetos do Mutirão contra a Pobreza, além de prevermos uma mudança do perfil salarial advindo dos ganhos de produtividade, da duplicação do poder aquisitivo do salário mínimo e da eventual recuperação salarial conseguida pela livre negociação.

O Mutirão contra a Pobreza, o Governo Federal, a comunidade, as Prefeituras e a iniciativa particular, mobilizarão investimentos da ordem de Cr\$ 480 bilhões e beneficiará diretamente 73 milhões de pessoas.

Queremos ingressar no século XXI tendo vencido a fome e a miséria. Para isso será indispensável o aumento de nossa oferta de alimentos. Nossa produção agrícola deverá crescer, portanto, 30%.

Além disso, serão construídos, pavimentados ou recuperados 70 mil quilômetros de rodovias, e a geração de energia deverá crescer em 40%, pois sem estradas e sem esfera nosso crescimento estará comprometido. E este é um problema grave que vive a sociedade brasileira atual, com a defasagem do nosso crescimento econômico e o não crescimento da nossa infra-estrutura.

Conjugaremos esse esforço de desenvolvimento econômico e social com o saneamento das contas públicas.

O déficit deve ser eliminado progressivamente, caindo no próximo ano para 2%. Em 1989, para 1,5%. E para meio por cento em 1990, até ser virtualmente eliminado a partir desta data, quando a poupança interna, que hoje se situa em torno de 18% do PIB, já terá se elevado para 23,8% do nosso Porduto Interno Bruto.

Tendo sua formulação coordenada pela Seção — e ao Ministro Aníbal Teixeira quero dar os parabéns pela competência e capacidade de trabalho —, o programa acolheu contribuições de todas as áreas do Governo, resultando, ademais, de uma ampla consulta aos mais diversificados setores sociais.

A história nacional, como a história de todas as grandes nações, não ocorre por grandes saltos milagrosos. Ela é edificada com a luta e o sacrifício, no dia-a-dia de todo um povo, geração após geração.

O Programa de Ação Governamental que anunciamos é o resultado de demorada e profunda reflexão sobre a experiência passada e sobre a realidade presente. Representa um trabalho por nós desejado, pedido, estimulado ao longo destes 2 anos e meio de Governo.

Este Programa terá, da parte do Governo, acompanhamento e avaliação permanentes. Mas a sociedade, ao contribuir para as decisões governamentais, também se compromete com o êxito dos empreendimentos. É, portanto, imprescindível a participação social na execução e controle dos resultados obtidos.

A cada brasileiro, a cada brasileira, eu peço apoio e confiança. Peço que participem solidários de um programa cuja meta é garantir a paz social, a prosperidade da Nação, a tranquilidade de todos os lares do nosso País.

Senhoras e senhores,

Sou, pelo destino e pelo temperamento, um homem sereno e cordial. Sou um homem de trabalho, que ama a paz, o diálogo, o entendimento e os deveres da amizade.

Mas não esqueço meus deveres nem meus compromissos com o povo e com o nosso país.

Em qualquer campo, jamais deixarei de tomar as decisões que interessem à nossa Nação. Firmemente, e sempre nos momentos oportunos. Sem acomodamentos, mas com grande determinação.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ronaldo Aragão.

O SR. RONALDO ARAGÃO (PMDB — RO) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Rondônia destaca-se, na Amazônia, pela sua vocação eminentemente agrícola sendo o café, a seringa e o cacau as suas principais culturas, voltadas, praticamente, para a exportação.

O café representa a maior fonte de arrecadação do Estado, sendo mesmo o seu principal alicerce econômico, podendo-se prever, para 1987, uma arrecadação de ICM em torno de 477 milhões de cruzados.

Temos, hoje, 135 milhões de covas de café plantadas, com mais de 110 milhões em produção.

Somos atualmente o maior parque cafeeiro da Amazônia legal e o quinto Estado produtor do País, num patamar superior ao do Estado da Bahia.

Apesar desse quadro extremamente positivo da nossa cultura cafeeira, temos alguns problemas a serem resolvidos e somos obrigados a apelar, mais uma vez, às autoridades federais para que se juntem a nós, num esforço concentrado, para salvar o nosso café e garantir o nosso desenvolvimento econômico.

O produtor rondoniense, por falta de amparo técnico e financeiro, não possui uma infra-estrutura adequada que o permita uma boa colheita de grão e a obtenção de um produto final de melhor qualidade que o permita competir, com sucesso, no mercado internacional.

Por falta de opções de comercialização, os nossos cafeicultores são obrigados a entregarem o café aos negociantes e maquinistas da região que lhes pagam preços aviltante, com sensíveis prejuízos para os nossos produtores.

As resoluções de Regulamento de Embarques e Esquemas Financeiros de Safras inviabilizam qualquer negociação do café entre os produtores e o IBC, desestimulando esses produtores que já começam a abandonar as suas lavouras.

O café é responsável pela ocupação da mão-de-obra primária no Estado em torno de 200 mil pessoas e esse quadro de desestímulo e desilusão já começa a preocupar o Governo do Estado que teme venha a ocorrer um êxodo rural, agravando mais ainda o problema da superlotação urbana.

Precisamos do apoio do IBC no sentido de montarmos uma estrutura cafeeira que garanta a assistência técnico-financeira aos nossos produtores, a exemplo do que já ocorreu em outros Estados.

Através da Portaria MIC nº 02, de 8 de janeiro de 1985, foi criada a Agência Regional do Instituto Brasileiro do Café, em Rondônia, mas, depois de 31 meses, essa decisão não foi concretizada.

Defendemos a manutenção e a urgente implementação dessa portaria, mas também reivindicamos a sua instalação em Cacoal, o município que mais produz café em meu Estado.

Esse deslocamento daria ao produtor melhores opções de comercialização do produto e o estimularia a continuar a emprestar sua colaboração no crescimento econômico de Rondônia.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, não queremos privilégios, mas também não aceitamos discriminações.

Queremos ser tratados no mesmo nível dos outros Estados e tenho certeza de que não decepcionaremos.

Precisamos ocupar o nosso território e viabilizar a nossa economia e a presença do IBC em Cacoal agirá como estímulo para que novas correntes migratórias ocupem o solo disponível, mantendo o ritmo de desenvolvimento agrícola do Estado.

Essa medida possibilitará também a fixação definitiva de empresas de exportação na região que proporcionarão milhares de empregos e um aumento de divisas considerável através da comercialização dos nossos produtos para a Cortina de Ferro.

O Governo do Estado está disposto a colaborar para a implantação e imediato funcionamento da Agência, colocando à disposição do IBC, na cidade de Cacoal, as instalações físicas necessárias e funcionários do próprio Estado, sem ônus para a autarquia.

Não aceitamos que a Agência seja substituída por postos de compras, pois são meros paliativos e não resolverão o problema de assistência técnica aos nossos cafeicultores.

Exigimos o cumprimento da portaria do MIC, pois só assim encontraremos soluções definitivas para os nossos problemas.

Apelo ao Senhor Ministro José Hugo Castelo Branco e ao Presidente do IBC para que sejam sensíveis às necessidades do Estado de Rondônia garantindo-nos condições mínimas para viabilizarmos o nosso desenvolvimento e tornarmos viável a agricultura rondoniense.

Os cafeicultores do meu Estado confiam no Governo e se dispõem a dar mais um voto de confiança ao Ministro da Indústria e Comércio, acreditando que será encontrada uma solução satisfatória que ponha fim às suas angústias e fortaleça definitivamente a economia do Estado de Rondônia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — A Presidência lembra ao plenário que o próximo dia 12 de outubro, segunda-feira, é feriado nacional. Não se realizará, portanto, a sessão ordinária do Senado.

Convoco sessão extraordinária a realizar-se terça-feira, dia 13, às 10 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do requerimento nº 52, de 1987, de autoria do Senador Roberto Campos, solicitando, nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 134, de 1983, de sua autoria, que estabelece a livre negociação salarial e dá outras providências.

— 2 —

Votação, em turno único, do requerimento nº 53, de 1987, de autoria do Senador Roberto Campos, solicitando, nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1983, de sua autoria, que cria contratos de trabalho simplificados para facilitar novos empregos.

— 3 —

Votação, em turno único, do requerimento nº 54, de 1987, de autoria do Senador Roberto Campos, solicitando, nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 136, de 1983, de sua autoria, que autoriza a delegação de atividade de Previdência Social em empresas privadas.

— 4 —

Votação, em turno único, do requerimento nº 55, de 1987, de autoria do Senador Roberto Campos solicitando, nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 1983, de sua autoria, que cria, nas empresas privadas, como alternativa a dispensa de empregados, disponibilidade remunerada e dá outras providências.

— 5 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 56, de 1987, de autoria do Senador Roberto Campos, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 1983, de sua autoria, que favorece as aposentadorias e a renovação de quadros.

— 6 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 159, de 1987, de autoria do Senador Nelson Carneiro, solicitando, nos termos do art. 76, do regimento interno, a composição de uma comissão especial, formada por 5 (cinco) membros, de preferência diplomados em medicina, para no prazo de 30 (trinta) dias, realizar estudos e levantamentos sobre as ocorrências recentemente verificadas em Goiânia, relativas à contaminação de pessoas por substâncias radioativas.

— 7 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1987 (nº 8.318/86, na Casa de origem), que dispõe sobre a eliminação de autos findos nos órgãos da Justiça do Trabalho e dá outras providências. (Dependendo do parecer.)

— 8 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1986 (nº 124/86, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do acordo de Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica, concluído em Atenas, a 12 de setembro de 1984. (Dependendo do parecer.)

— 9 —

Mensagem nº 389, de 1986 (nº 554/86, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Cravinhos, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 3.494.069,60 (Três milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, setenta e nove cruzados e sessenta centavos). (Dependendo de Parecer.)

— 10 —

Mensagem nº 126, de 1987 (nº 217/87, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 466.400

Obrigações do Tesouro Nacional - OTN. (Dependendo de Parecer.)

— 11 —

Mensagem nº 159, de 1987 (nº 273/87, na origem), relativa à proposta para que seja autorizado o Governo do Estado de Minas Gerais, a elevar, em caráter excepcional e temporariamente, o limite de endividamento daquela Unidade Federativa, a fim de que possa emitir títulos de sua responsabilidade, no montante de Cr\$ 732.551.232,00 (Setecentos e trinta e dois milhões, quinhentos e cinqüenta e um mil, duzentos e trinta e dois cruzados). (Dependendo de Parecer.)

— 12 —

Mensagem nº 183, de 1987 (nº 284/87, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor equivalente, em cruzados, a 13.533,83 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de Parecer.)

— 13 —

Mensagem nº 197, de 1987 (nº 306/87, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 31.954,89 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de Parecer.)

— 14 —

Mensagem nº 203 de 1987 (nº 313/87, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de São Félix do Piauí, Estado do Piauí, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 5.692,16 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de Parecer.)

— 15 —

Ofício nº S/41, de 1987 (nº 150/87, na origem), relativo à proposta para que seja retificada a Resolução nº 14, de 1987, que autorizou a Prefeitura Municipal de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 6.906.228,00 (Seis milhões, novecentos e seis mil, duzentos e vinte e oito cruzados). (Dependendo de Parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 25 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MANSUETO DE LAVOR NA SESSÃO DE 22-9-87 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. MANSUETO DE LAVOR (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Antes de entrar no tema deste breve pronunciamento de hoje, gostaria de registrar aqui que o nobre Senador Iram Saraiva fez ontem um pronunciamento acerca da Ferrovia Norte-Sul. Teve S. Ex^a a delicadeza de me avisar com antecedência sobre esse pronunciamento, mas, por uma razão

de força maior, não pude aqui a ele assistir pessoalmente.

Lendo os textos desse pronunciamento, quero demonstrar por um lado, a minha profunda admiração pelo Senador Iram Saraiva, meu ilustre companheiro de Partido e bravo representante de Golás, mas, por outro lado, registrar que enquanto Relator da Ferrovia Norte-Sul, que S. Ex^a antecipou-se de muito aos resultados dessa Comissão, inclusive quando afirma que os trabalhos da Comissão foram praticamente concluídos com o pronunciamento do Ministro José Reinaldo Tavares, dos Transportes. Eu creio que, pelo próprio Regimento, os trabalhos de uma Comissão de Inquérito se encerram no momento em que o relatório é discutido e votado no seio da própria Comissão cuja deliberação se leva ao Plenário do Senado. Aí sim, encerraram-se os trabalhos da CPI. Creio, também referindo-se às razões passionais que teriam motivado a CPI e ao vazio em que teria caído, o nobre Senador exagera, uma vez que um dos mais ruidosos episódios administrativos do ano, foi exatamente a Ferrovia Norte-Sul. Quem se der ao trabalho de verificar os discursos parlamentares, as notícias, os editoriais, formará um dossier de vários volumes acerca das referências pró ou contra a Ferrovia Norte-Sul.

E ainda sobre a afirmação do nobre Senador, de que a Comissão não tem razão de ser porque foi motivada por denúncias vazias, eu gostaria de lembrar que o Procurador-Geral Adjunto da República não está concordando com isso, uma vez que não aceitou o resultado do inquérito policial e pediu novas diligências por entender que existem claros indícios de irregularidades e ilícitos penais.

Não quero desviar-me do assunto do pronunciamento de hoje, mas gostaria de lembrar ao nobre Companheiro Iram Saraiva que é importante que ele continue oferecendo a sua preciosa colaboração aos trabalhos da CPI da Ferrovia Norte-Sul até a apreciação do Relatório que apresentarei dentro de poucos dias.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, venho principalmente registrar que dentro em pouco, tomará posse, no Palácio do Planalto, o novo Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, o Dr. Jader Barbalho.

De antemão, quero desejar a S. Ex^a, pleno sucesso na sua difícil missão. Quero desejar que ele tenha melhor sorte e mais sucesso que os seus três antecessores. Dos três antecessores, dois foram praticamente isolados, estigmatizados, tachado de radicais e esquerdistas. Apesar da luta que travaram, procurando atingir os objetivos e o compromisso de Tancredo Neves em realizar a reforma agrária, não encontraram condições de avançar. É o terceiro Ministro, Marcos Freire, um conciliador nato, um homem que detinha em si uma hábil capacidade de negociação, e que, quase silenciosamente, vinha conseguindo avanços significativos em alguns setores referentes à reforma agrária, principalmente nos assentamentos rurais, foi tolhido em plena atividade pela tragédia. Interrompeu-se naquela fatídica noite de 8 de setembro, no coração da selva amazônica, não apenas uma curta mas promissora administração dos negócios e conflitos fundiários mas uma das mais brilhantes trajetórias políticas deste País.

O novo Ministro da Reforma Agrária se impôs uma meta: o desapaixonamento da questão agrária no País. Considero essa meta muito simpática e da maior importância. Seria mais que oportuno promover no tratado dessa questão um verdadeiro desarmamento dos espíritos. Mas eu acho que estando em jogo, como está, imensos e arraigados interesses de certos grupos nacionais e internacionais que sempre detiveram privilégios e que sempre estiveram próximos do poder político identificando-se muitas vezes com eles, será difícil atingir essa meta do Ministro Jader Barbalho. A questão agrária é, por si mesma, apaixonante e apaixonante. O mais importante é que o Ministro aglutine forças e escolha instrumentos adequados. Os instrumentos jurídicos de que dispomos hoje são muito precários. Por tal razão, devemos apelar para o Poder Constituinte.

O Sr. João Menezes — Nobre Senador Mansueto de Lavor, V. Ex^a concede-me um aparte?

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Antes de prosseguir, concedo o aparte ao nobre Senador pelo Pará, conterrâneo do Ministro Jader Barbalho, João Menezes.

O Sr. João Menezes — Eminentíssimo Senador, em nome da Liderança do Partido da Frente Liberal, quero reafirmar, como é público e notório, que a escolha de Ministros cabe exclusivamente ao Senhor Presidente da República e que, quanto ao mais, também sabemos que esse Ministério sempre foi exercido pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro. A nós, cabe apenas aguardar, ficar na expectativa e ver o que vai acontecer. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Agradeço a V. Ex^a a expectativa é nossa, também.

V. Ex^a fala da expectativa do seu partido sobre o desempenho do novo Ministro da Reforma Agrária. Essa expectativa também é nossa, ao lado do desejo de que ele tenha sucesso.

Mas ninguém coloca em dúvida a competência exclusiva do Presidente para essa escolha. Estamos ainda no sistema presidencialista. Digo "ainda" porque tenho a convicção de que o Poder Constituinte adotará o parlamentarismo e aí, sim, nós parlamentares teremos responsabilidade nessas escolhas de ministros e em todo o governo. Por enquanto, somos espectadores.

Há, realmente, uma certa tradição; conforme V. Ex^a fala, de que os nomes indicados, até agora, para o Ministério da Reforma Agrária pertencem à legenda do PMDB. Se fossem da legenda do PFL, não se teria de contestar, vez que o PFL está em aliança com o PMDB, aliança que contesto e que não tem mais razão para existir mas que ainda existe "pro forma". Quero colocar-me, com V. Ex^a, numa posição de expectativa, mas ao mesmo tempo de colaboração face à nomeação do novo Ministro da Reforma Agrária. Primeiro que tudo, desejando ao Ministro Jader Barbalho melhor sorte do que a de todos os seus antecessores.

Em segundo lugar, compreendendo que a tarefa da reforma agrária não depende de um Ministro, nem sequer do Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário.

A reforma agrária no País ocorrerá se existirem outras reformas, se chegar a ser realidade aquele sonho passageiro da Nova República: "Muda Bra-

sil". Caso contrário, não teremos a reforma agrária. Mudam-se os Ministros, mudam-se os Presidentes da República, mas a continuar a atual conjugação de forças políticas e econômicas, isto é, sem transformações profundas na ordem econômica do País, pouco adianta termos um Ministério específico da Reforma Agrária. Por quê? Com certeza o Ministro, como seus antecessores, vai lutar pelos objetivos do seu Ministério. No entanto, no quadro atual, faltam recursos, faltam instrumentos jurídicos e falta entrosamento com os demais ministérios. Ninguém ignora que o Poder Judiciário está atualmente desaparecido no que se refere a instrumentos jurídicos para a realização de uma rápida e eficaz reforma agrária.

Numa das últimas conversas que tive com o Ministro Marcos Freire, S. Ex^a se queixava de que, apesar de ter providenciado o cumprimento da ordem judicial, assentando trabalhadores rurais em uma fazenda desapropriada, no entanto uma outra ordem de um Ministro do Supremo Tribunal Federal o havia praticamente desautorizado, dando permissão a que o proprietário do imóvel desapropriado utilizasse o pasto para o seu rebanho. Os novos pequenos proprietários ficaram impossibilitados de usar a terra pela presença do gado do grande proprietário. E o ministro perguntava: "Como é possível?" Uma medida de travessa do Poder Judiciário colocou por terra todo aquele trabalho de assentamento do INCRA. É estranho, mas nem por isso se vai condenar o Poder Judiciário. Ele se calca na lei existente. A instrumentação jurídica atual não dá ensejo a que o Ministério da Reforma Agrária cumpra seus objetivos. Além do mais, há a real falta de vontade política. Não digo que o Presidente José Sarney não queira a reforma agrária. Vale acreditar na palavra do Presidente. Se Sua Excelência manteve o Ministério da Reforma Agrária, se nomeia Ministros comprometidos com a causa, suponho que esses gestos, além de suas palavras, correspondem às suas intenções. No entanto, o contexto das decisões políticas não tem levado a esse objetivo até o momento.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro. Fazendo soar a campainha.) — O tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Sr. Presidente, já vou encerrar o meu pronunciamento.

É preciso entender-se, que ou há um verdadeiro entrosamento de todas as instituições e de todos os poderes deste País, visando aquilo que talvez seja a mais premente e importante meta político-administrativa, que é a da reforma agrária, ou esta continuará sendo o sonho de muitos e o pesadelo de todos. Essa definição tem que ser tornada na Assembleia Nacional Constituinte. O Projeto do Relator Bernardo Cabral no que toca à questão fundiária está muito bom porque subordina o direito de propriedade do imóvel rural à sua função social, sem o que será passível de desapropriação. Elimina-se corretamente o conceito de latifúndio produtivo imune à desapropriação. Determina-se, por outro lado, a imissão automática no imóvel a ser desapropriado, caso o juiz não a decrete no prazo de noventa dias. Propõe-se uma política agrícola embasada em uma legislação que engloba garantia de preços, crédito rural e agroindustrial, seguro rural, tributa-

ção, estoques reguladores, armazéns e transportes, regulação de mercado, apoio ao cooperativismo e outras formas de associação, pesquisa, assistência técnica, extensão, eletrificação rural, conservação do solo, estímulo e apoio à irrigação, entre outras medidas (art. 39 das Disposições Transitorias). Ora, tudo isso é muito importante desde que não fique só no papel. Mas falta completar a proposta do texto constitucional com outras medidas como, por exemplo, o módulo máximo de propriedade rural. Compete aos Constituintes membros da Comissão de Sistematização aperfeiçoar a proposta do Relator e remeter ao plenário da Assembleia Nacional Constituinte uma proposta de política agrícola, fundiária, e de uma reforma agrária que corresponda à aspiração da maioria do povo brasileiro. Se tivéssemos uma reforma agrária justa, adequada, moderna, não teríamos esse espetáculo de centenas de exilados do campo, sem terra e sem teto e que vêm abrigar-se na rampa do Congresso Nacional, num atestado da nossa incapacidade de resolver os problemas da maioria do povo brasileiro; eles não são minoria, esses que estão aí acampados representam a maioria do povo brasileiro. E por que isso? Principalmente porque não temos uma situação fundiária justa, porque a situação do campo é uma situação de injustiça secular, de violência, de desmandos e de abandono.

O Sr. João Menezes — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Já fui advertido pela segunda vez por V. Ex^a, não quero desobedecer à Mesa, mas pediria que me desse o prazer de ouvir, pela segunda vez, o nobre Senador João Menezes, que já no seu primeiro aparte registrou a palavra do Pará acerca do Ministro da Reforma Agrária e gostaria que S. Ex^a continuasse enriquecendo este pobre pronunciamento com mais um aparte, e tão logo termine S. Ex^a, gostaria de encerrar o meu pronunciamento.

Concedo a V. Ex^a o aparte.

O Sr. João Menezes — Quando intervi pela primeira vez não foi só em nome do PFL do Pará, mas, sim, do PFL nacional. O aparte que quero dar a V. Ex^a é que, realmente, a reforma agrária é um assunto complexo, e estamos chegando ao gargalo da questão. Pessoalmente, eu que tenho tido muito contato com esses problemas no interior do meu e de outros Estados, entendo que isso tudo é diferente, porque essa política de dar títulos, de entregar títulos, parece-me, é uma política que não leva a coisa alguma, é uma política falha; não adianta dar 50 mil títulos, porque o cidadão não se fixa. Acharia muito mais interessante fixar 10 mil famílias, mas que se desse cobertura, que se criasse um centro esportivo, se criasse cinema, desse seriente e condições ao homem de se fixar no campo, senão ele vai para lá, vê na televisão o que se está passando, quer ir ver o fio-dental lá em Copacabana, e não tem condições nenhuma de plantar um hectare de terra, e vai embora, e vende o seu terreno, como tem acontecido, continuadamente. Não podemos e não devemos estar olhando esse problema com o sentido de agradar grupos, agradar aqueles que invadem, aqueles que tomam conta, aqueles que apropriam indebitamente, ou aqueles que não querem usar a terra, acho que esse é

um problema sériíssimo e que precisa realmente ser estudado e examinado com o sentido de chegar a uma solução, que é a fixação do homem no campo, e só se fixa o homem no campo se der a ele condições de instrução, de saúde, de produção e até de recreação. Muito grato a V. Ex^a.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Obrigado a V. Ex^a, e no essencial estamos plenamente de acordo. Reforma Agrária não se faz só com colonização ou assentamento, nem só com titulação ou tributação. É preciso estabelecer condições de existência digna no campo. Nisto estamos plenamente de acordo.

Mas, é um verdadeiro escândalo, Srs. Senadores, que neste País, com milhões de pessoas sem terra, existam proprietários que tenham um, dois, três e até quatro milhões de hectares. É preciso colocar um limite a isto.

O Sr. João Menezes — Inclusive o Estado é o maior proprietário, Senador.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Sr. Presidente, encerro reiterando meus votos de sucesso ao novo Ministro da Reforma Agrária e ao mesmo tempo, reafirmando que a solução da questão agrária não dependerá de uma só pessoa. A reforma agrária é tarefa de toda a sociedade brasileira se quiser prosperidade, ordem social e a paz, que se fundamenta na justiça.

Muito obrigado. (Muito bem!)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOÃO MENEZES NA SESSÃO DE 5-10-87 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. JOÃO MENEZES (PFL — PA) (Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

"A República e os Príncipes devem demonstrar que fazem generosamente aquilo que a necessidade os obriga", segundo Maquiavel.

Quero, nesta hora complexa da política brasileira, lembrar que sempre procuramos defender a Aliança Democrática. E ainda este ano, por ocasião das homenagens que se prestavam ao Presidente Tancredo Neves, pronunciarmos as seguintes palavras:

"Tancredo Neves pediu que prosseguíssemos, que não nos dispersássemos. É sobre a inspiração desse indeclinável apelo que encerramos o nosso pronunciamento, certos de que os políticos cumprirão o seu dever com a Pátria, abandonando vedetismos e ambições pessoais e, sobretudo, evitando a desordem e a descrença. Vamos ficar unidos respeitando a hierarquia e a lei, porque democracia só existe quando a lei existe e é aplicada.

Prossigamos a luta em busca de uma ordem econômica, financeira, social ou política, que torne menor a diferença entre ricos e pobres. Esta é a nossa mensagem de confiança e esperança, afirmando que a maior homenagem que prestaremos à sua memória é a Aliança Democrática continuar contornada por uma estrutura que foi edificada pelo Presidente Tancredo Neves."

Infelizmente, outros acontecimentos impediram que esta caminhada fosse em frente, e nós vemos posicionamentos, os mais difíceis, criados entre os Partidos, e o Partido da Maioria, o PMDB, tem tido a responsabilidade maior na estação final da Aliança Democrática.

A respeito disso, o jornal **O Globo**, do dia 4 de outubro, diz o seguinte:

"O Risco de uma Traição.

O País é dotado de memória. Recorda que exatamente há três anos tentou-se apelar para o artifício fáccioso da "fidelidade partidária" do PDS, a fim de se manter no Poder, por eleição indireta, a oligarquia então dominante. E hoje defronta-se com a repetição da mesma tentativa e do mesmo artifício, com a única alteração do Partido a ser beneficiado: o PMDB.

Estamos assim na iminência de uma traição imperdoável a um compromisso firmado com a Nação."

Este editorial candente, que vamos pedir a sua inserção na sua totalidade, no final do discurso, adverte, frontalmente, a traição do PMDB, que pode ameaçar o compromisso firmado com o presidencialismo.

Esta falta de estabilidade do PMDB foi acontecendo aqui e acolá, culminando com a saída do Ministro Jorge Bornhausen do Ministério da Educação, dizendo na carta que enviou ao Presidente da República:

Em recente reunião do PFL (dirigentes, líderes e ministros) com Vossa Excelência, expus e tive respeitada a minha posição.

Entendo que Vossa Excelência, pela responsabilidade do cargo que ocupa, tem o direito e deve expor com clareza a sua preferência pelo regime presidencialista.

No dia 18 pela manhã, Vossa Excelência reuniu 7 (sete) ministros e pediu, legitimamente, apoio às posições do Governo.

O que não sabíamos é que, naquela madrugada, a cúpula do PMDB reunida com o relator-geral da Assembléia Nacional Constituinte havia acertado um substitutivo, que para deter o poder quase de imediato atropelava o seu governo e estabelecia o sistema parlamentarista a partir de março de 1988.

A ânsia pelo poder foi mais longe ainda, na desfiguração do 2º turno, entregue ao Legislativo de maneira a procurar a perpetuação no poder.

Esses acontecimentos foram-se aprofundando. O PMDB sempre irrequieto, e aqui está um dos seus maiores Líderes que faz parte da nova era dos políticos, que é o Governador do Paraná, Álvaro Dias com a visão clara dos acontecimentos diz:

"O PMDB deve liberar o Presidente, deve tirar as algemas do Presidente, para que ele possa constituir uma equipe que estabeleça definitivamente a governabilidade do País."

Álvaro Dias acrescentou, ainda, que os Partidos que assinarem o documento terão representação proporcional na Executiva.

O Assessor do Palácio do Planalto "afirma que o Presidente Sarney sabe que não adianta negociar com o PMDB, apenas com o Deputado Ulys-

ses Guimarães. Sarney sabe, segundo o mesmo Assessor, que no momento das críticas em plenário, e nas votações, os Parlamentares se manifestam independentemente do compromisso firmado entre eles e o Presidente do Partido". A prova ai está nos pronunciamentos dos Srs. Deputados e Senadores.

Esses posicionamentos levaram a quê? A essa disputa. E o Partido da Frente Liberal viu-se frontalmente agredido pelo Ministro da Previdência Social, e publicou a seguinte nota, que vou passar a ler, para que fique inscrita nos Anais dos nossos trabalhos o desagravo aos nossos Companheiros.

Diz a nota o seguinte:

"A Executiva Nacional do PFL, analisando manifestações infelizes, inverídicas e grosseiras, do Ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães, e a nota divulgada por alguns Governadores do PMDB, em que se ataca as lideranças do PFL, fixam-se posições à respeito do assunto."

Dizendo entre outros item seguinte:

"Ninguém esqueceu ainda do lamentável espetáculo da presença do referido Ministro no Senado da República, quando, interpelado, deixou sem resposta 18 indagações, repetiu-se o episódio da sua comparecência à Câmara dos Deputados.

O PFL, como porta-voz do povo brasileiro, que contribui com empregado e empregador, e trabalhador autônomo, para manter a Previdência, continua querendo saber, entre outras coisas: por que foram comprados 328 apartamentos em Brasília, quando o Governo tem 11.000 imóveis, aqui de sua propriedade?

Por que essa inexplicável aquisição, feita sem concorrência pública, quando a lei não a dispensa e a moral e a ética exigem?"

Na verdade, Sr. Presidente e Srs. Senadores, não existe nenhuma justificativa para que o Sr. Ministro da Previdência adquirisse esses prédios sem concorrência pública. O povo não entende e não aceita.

Não há — quero que se note — de nossa parte, nenhuma alegação pessoal contra o Sr. Ministro. Mas o fato é que, na realidade, S. Ex.º não teve o mínimo de ética ao adquirir esses 328 apartamentos sem nenhuma concorrência.

Além disso, foram pagos pelos apartamentos mais de três milhões de cruzados, à vista, em junho, quando apartamentos idênticos — diz a nota — no mesmo prédio, foram vendidos, quatro meses antes, por 800 mil cruzados.

"Por que se tentou justificar transação, embasando-se numa avaliação atribuída, pelo Ministro da Previdência, ao Sindicato de Corretores de Imóveis de Brasília, entidade que logo a desmentiu, oficial e publicamente, dizendo ser falso o laudo por ele citado?

Por que foram adquiridas sem concorrência pública, e pagas, antecipadamente, mais de 500 ambulâncias, adquiridas de uma só empresa, quando a lei e o Tribunal de Contas proíbem que o Poder Público faça pagamentos antes do recebimento do produto?"

E vai mais, fazendo referência à aquisição do Prédio da DATAPREV. Indaga mais:

"Por que contratar, sem concorrência pública, empresas nacionais e multinacionais de auditoria, ao preço de 10 milhões de dólares, correspondente ao que recebem por mês 500 mil trabalhadores rurais, aposentados por invalidez, para fazer o que faria, sem ônus, o Tribunal de Contas da União e o Sistema de Controle do próprio Ministério?"

Do Sr. Ministro, até agora, a Nação não ouviu a resposta essas acusações. Não ouviu porque não tem resposta que o povo entenda. O que não é possível, é que comecem a ressoar aqui e acolá, a ter esses procedimentos ilegítimos, quanto a enriquecimentos ilícitos, quanto à falta de concorrência, quanto à corrupção, quanto a atos ilegais e quanto a tudo aquilo que não pode recair sobre um Governo que tudo vem fazendo em defesa do povo e do País. Por isso, fez e faz muito bem o Senhor Presidente da República quando declara que está livre de todas essas ligações com os Ministros e que ninguém mais hoje é dono de Ministros ou de Ministérios. Os Ministros têm de representar o pensamento do Presidente.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Permite V. Ex.º um aparte?

O SR. JOÃO MENEZES — Concedo o aparte a V. Ex.º

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Nobre Senador, Srs. Senadores, eu queria começar este aparte por repetir um esclarecimento e retificar uma informação: há certas inverdades que têm certa verossimilhança que, à força da repetição acabam por convencer àqueles que não estão suficientemente informados da sua validade. Refiro-me à reunião à qual V. Ex.º, nobre Sr. Senador João Menezes, faz referência hoje, outra vez, havida na casa do Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, na qual uma série de medidas que V. Ex.º repete teriam sido tomadas no sentido de que o projeto em discussão, da futura Constituição, viesse todo ele já eivado de uma série de propostas que não encontram, de fato, apoio nem do PMDB, nem na opinião pública e que, na opinião daqueles que repetem essa versão, teriam como objetivo assegurar o predomínio do PMDB, por longos anos, na vida política brasileira; ou seja, de que esse projeto contém uma referência à eleição indireta pelo Colégio Eleitoral do Presidente da República, no caso de não haver maioria absoluta em primeiro turno, e que, além disso, estende este mesmo requisito para as Câmaras Municipais e Assembléias Legislativas Estaduais. E é verdade! Isto assim está no projeto. Ocorre, entretanto, que na reunião havida na casa do Deputado Ulysses Guimarães — eu participei dela — não houve tal decisão. E o Ministro Raphael de Almeida Magalhães, hoje uma espécie de *bête noire* de setores da antiga Aliança Democrática, ali esteve, por meia hora, com que propôs único de defender os cofres da Previdência. Foi lá para dizer que alguns dos dispositivos que constavam do substitutivo primeiro do Relator, pareciam a ele, Ministro Raphael de Almeida Magalhães, muito onerosos para que a Previdência pudesse fazer face, no futuro, às despesas que lhe acarretariam. Devo até mesmo dizer — até porque já escrevi sobre a matéria — dado que o Relator, Deputado Bernardo Cabral, não acolheu as sugestões do Sr. Ministro e não achou

que devesse ele, como Relator, preocupar-se com algo que tem a ver com os gastos do Executivo, o Sr. Ministro saiu, não em boas pazes com a reunião. Saíu achando que não havia suficiente senso de responsabilidade orçamentária, se aquelas matérias constassem do Substitutivo. O Ministro não participou de nenhuma outra discussão. Quero, além do mais, dizer que dessa reunião participou o Sr. Deputado Carlos Sant'Anna, Líder do Governo na Constituinte, e de absoluta fidelidade à política do Senhor Presidente da República. S. Ex^a teria sido o primeiro a protestar se algo dessa natureza tivesse ocorrido nessa reunião. Nada disso é verdade! Não houve nenhuma deliberação da chamada cúpula — palavra que não aprecio — do PMDB a respeito dessas decisões. Até porque, como é do conhecimento público, todos esperávamos que o Deputado Bernardo Cabral, naquela noite, incorporasse ao seu texto, a sugestão do Senador Nelson Carneiro, aprovada por um grande grupo de Constituintes do PMDB, do PFL e de outros Partidos. S. Ex^a sugeriu uma transição do presidencialismo para o parlamentarismo bem diferente do que ali constava; sequer falava que o parlamentarismo fosse instaurado no dia 16 de março de 1988, muito menos de eleições indiretas. S. Ex^a considerava que isso prejudicaria a aprovação do parlamentarismo, a extensão desse sistema de governo aos Estados e Municípios. Bastam esses argumentos para que V. Ex^a se dê conta de que o que foi dito nos jornais não tem a menor procedência. Trata-se de uma intriga, que, lamentavelmente — tenho certo que de boa fé — o Sr. Ministro Jorge Bornhausen incorporou à sua carta de demissão, aludindo à existência de um possível complô contra a autoridade do Senhor Presidente da República. Tenho certeza de que o Sr. Ministro — pessoa com a qual temos longo trato e que é de absoluta boa fé, um homem ilibado —, uma vez informado, seria o primeiro a fazer essas retificações. Elas são absolutamente de direito e mais de justiça. Mais ainda, na reunião estavam presentes dez pessoas que não eram sequer da chamada cúpula do PMDB. Havia vários Deputados, que ali estavam por razões técnicas. Nela ficamos até as 3 horas e 30 minutos, tentando aprimorar dispositivos do texto constitucional. Infelizmente o Sr. Relator não teve a oportunidade de corrigir todos aqueles textos. Mas eu lhe asseguro que nada do que está dito nos jornais a respeito disso... isso veio depois como versões palacianas, devo dizer: nada disso tem a ver com a verdade. Quanto ao mais, Sr. Senador, o Ministro Raphael de Almeida Magalhães esteve nesta Casa; V. Ex^a o escutou aqui; nós o escutamos aqui e, quanto eu sabia, o Sr. Ministro, dentro dos limites de tempo, respondeu às afirmações que lhe foram feitas. Vejo entretanto, a mesma técnica. "água mole em pedra dura, tanto bate até que fura". Não acredito que isso seja construtivo para a República. E quero também dizer a V. Ex^a, no que diz respeito ao Senhor Presidente, na liberdade de que o Presidente dispõe para organizar o Ministério ele a tem toda. Eu fui testemunha de muito perto, junto com o Presidente do Senado, da última decisão do Presidente da República sobre o Ministro da Fazenda. E fomos lá até Sua Excelência, o Senhor Presidente José Sarney, exatamente para dizer ao Presidente que, fosse qual fosse o Ministro escolhido por ele — dentro, evidentemente, dos altos

critérios do interesse do País —, teria o apoio da maioria, no Senado. O Senhor Presidente da República tem que exercer a autoridade de que dispõe. Deve exercê-la com critério e patriotismo! E terá o apoio daqueles que também são patriotas. Não é verdade que qualquer Partido esteja a impingir o que quer que seja à decisão de Sua Excelência. E quanto eu saiba, nestes dias últimos, dias de aflição, de crise — como eu disse e repito — que se estende num raio de 500 metros daqui até o Planalto, porque o País não vive essa crise, vive outras, mas não essa — não houve qualquer pressão por parte do meu Partido no sentido de que Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, tomasse essa ou aquela deliberação. Vejo com insistência que o PFL está nervoso, que o PFL impõe condições, condições muitas vezes que aparecem sob uma espécie de tentativa de devolver ao Senhor Presidente da República a liberdade. Mas liberdade para quê? Para nomear mais ministros do PFL? Devo dizer a V. Ex^a que, se forem nomes bons e competentes, se tirarem o Brasil dessa paralisação administrativa, têm o meu apoio, também. Não tenho, absolutamente, nem o meu Partido tem, uma visão sectária nessa matéria, mas, não posso aditar que V. Ex^a insinue que o Senhor Presidente da República mas não tem as mãos livres, porque isso seria *capitis diminutio* para Sua Excelência, e como Líder, não do Governo, que não o sou, repito que não o sou, mas como Líder do PMDB, presto esta homenagem ao Senhor Presidente da República; Sua Excelência tem as mãos livres e terá o nosso apoio para executar uma política que realmente corresponda ao que o Brasil espera.

O SR. JOÃO MENEZES — Muito grato a V. Ex^a pelo brilhantismo de seu aparte e pela extensão, mas que não respondeu ao fulcro de meu discurso e constato que o assunto, realmente, é de grande importância e que feriu a fundo essa desordem política que está criada, principalmente pela falta de quietude e pela falta, sobretudo, de se desprender um pouco dos interesses personalísticos o PMDB, Partido de V. Ex^a

Esta é a grande verdade. O aparte que V. Ex^a deu não se refere a mim, e sim à carta que o Sr. Ministro Bornhausen enviou ao Senhor Presidente da República, como bem disse V. Ex^a, mas fico grato, porque fez um bom discurso literário e não atacou o principal.

Depois de ouvir V. Ex^a, lembro-me, até, uma passagem de Kissinger, quando diz: "Admire a sua capacidade de mudar exigências impossíveis para exigências intoleráveis e chamar isto de progresso". Aplica-se bem ao Partido de V. Ex^a, porque o Partido de V. Ex^a realmente foi quem criou toda essa confusão que aí está — constatada nos jornais diários. Agora, quando o Presidente da República declara em todos os jornais que vai fazer a reforma ministerial, que os Partidos não têm mais donos, que os Ministérios não têm mais donos, não tem mais proprietários...

O Sr. José Fogaça — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO MENEZES — ... essa atitude é resultante da influência do PMDB, que tem sido muito grande —, não pelo resultado da última eleição. O voto foi consequência de uma jogada econômica e financeira comandada pelo PMDB

que prejudicou este País. Nós, até hoje, sofremos pela irresponsabilidade e a falta de capacidade do Partido de V. Ex^a.

O Sr. José Fogaça — Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. Jutahy Magalhães — O Presidente não tem nenhuma responsabilidade...

O SR. JOÃO MENEZES — Já concederei o aparte a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg. Fazendo soar a campanha) — Nobre Senador João Menezes, a Mesa comunica que V. Ex^a já ultrapassou em 9 minutos o seu tempo regulamentar.

O SR. JOÃO MENEZES — Estou usando um pouco do tempo do Líder Fernando Henrique Cardoso, que no seu aparte já tomou o meu espaço.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — A quem V. Ex^a concedeu o aparte.

O SR. JOÃO MENEZES — É que o eminentíssimo Líder do PMDB fez um discurso e não um aparte. Daí S. Ex^a está-me cedendo uma parte do seu tempo

Então, Sr. Presidente, o que se viu, por exemplo, na nomeação do último Ministro da Fazenda — quando quase foi escolhido o Governador do Ceará, Sr. Tasso Jereissati, e o que aconteceu? Foi vetado pela cúpula do PMDB. E saiu em todos os jornais — todos os jornais não dizem a verdade? E o posicionamento do PMDB quanto à nomeação ao Ministério de Reforma Agrária e do futuro Presidente da Caixa Econômica? O fato é este: o PMDB não tem tido a tranquilidade para ser Governo, o PMDB, aquele MDB que eu fundei.

O Sr. José Fogaça — V. Ex^a acredita piamente nas manchetes dos jornais?

O SR. JOÃO MENEZES — V. Ex^a não nega que são órgãos de informação válidos!

O Sr. José Fogaça — Então, explique-me em qual manchete de jornal viu que o PMDB detonou esta crise de Governo que estamos vivendo agora.

O SR. JOÃO MENEZES — Mas ela vem-se detonando há muito tempo. Os jornais e TV, estão repletos. O PFL vem suportando, calmamente, usando a sua paciência franciscana, tudo o que o PMDB vem fazendo, porque o PMDB se julgou o dono e, agora, quando o Presidente da República diz não...

O Sr. José Fogaça — Foi o Presidente do seu Partido que declarou que a Aliança Democrática estava rompida, estava extinta.

O SR. JOÃO MENEZES — O Senhor Presidente da República declara que ninguém é mais dono de Ministro, que ninguém é dono de Ministérios e que ele vai escolher de sua vontade própria e não afirmou rompimento com o PFL.

O Sr. José Fogaça — Mas a quais Ministros o Senhor Presidente está-se referindo? A algum, especificamente?

O SR. JOÃO MENEZES — Ao Ministério, não a determinado ministro.

O Sr. José Fogaça — Isto autoriza V. Ex^a a julgar este ou aquele Partido, ou este ou aquele Ministro?

O SR. JOÃO MENEZES — "O Presidente não tolera dono de Ministro", está aqui no jornal.

O Sr. José Fogaça — Mas qual? Qual este jornal?

O SR. JOÃO MENEZES — Quase todos os jornais se referem àqueles que se julgarem donos. Os que se julgarem donos, os que pensarem que o Ministério é do PMDB; em tudo que ele fizer.

O Sr. José Fogaça — Qual é a culpa do PMDB, nesta questão?

O SR. JOÃO MENEZES — A culpa do PMDB é que ele é o maior Partido. Foi e é o responsável por esta desordem econômica e política. Esta é a grande realidade, e da qual não se pode fugir. Não adianta, por exemplo, o Ministro...

O Sr. José Fogaça — Concordo em política estar num Partido, que não tem voto e querer ter a hegemonia do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Solicito a V. Ex^a conclua o seu pronunciamento. Temos mais oradores inscritos.

O SR. JOÃO MENEZES — O que há, Sr. Presidente, é que o Governo não pode assumir a responsabilidade de estar chegando até à opinião pública que é um Governo que está protegendo atos ilícitos, que está aceitando contravenções, corrupção, que está aceitando atos ilegais ou irregulares. Um Ministro não se pode envolver em atos obscuros. Enquanto tivermos a discussão do prazo de Governo, de forma de Governo, de sistema de Governo, muito bem. Mas se transbordarmos para esta outra parte, de precedentes que ficam sem resposta, que justificativa se dá em Brasília e ao País, onde se está procurando vender os apartamentos funcionais que têm e se vão comprar 328, sem nenhuma concorrência? Que explicação tem?

Não adianta retórica, porque o fato está aí. Eu não estou dizendo que o Sr. Ministro está-se beneficiando com isso, está levando para ele ou qualquer outro. O que estou afirmando é o fato de que não podia fazer compras sem concorrência porque há lei que proíbe, que não consente que se faça uma transação desse porte sem haver concorrência pública.

O Sr. Nelson Wedekin — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO MENEZES — Pois não, nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Senador João Menezes, solicito que após este aparte não conceda outro, porque o tempo de V. Ex^a já ultrapassou em três minutos e há outros oradores inscritos.

Peço esta homenagem de V. Ex^a aos Companheiros que falarão em seguida.

O Sr. Nelson Wedekin Será muito breve o meu aparte. Eu só queria lembrar ao Senador João Menezes, quando ele fala em manobra política eleitoral, creio que se está referindo, como sempre se refere, ao Plano Cruzado. Gostaria de saber do Senador João Menezes, porque esse

Plano Cruzado, que era um Plano do Governo, da Aliança Democrática e, portanto, do Governo do PMDB e do PFL, só beneficiou, estranhamente, o PMDB e não beneficiou também o PFL, que era tão Governo quanto o PMDB? Por que essa repetida falácia? Por que essa repetida balela que o PMDB ganhou as eleições em 1986 por causa do Plano Cruzado? E por que o PFL também não ganhou? No mínimo deveria existir um equilíbrio de forças, no mínimo o PFL deveria, digamos, fazer 10 ou 5 Governadores, ou aumentar em 50 a sua representação na Câmara e no Senado. Gostaria que V. Ex^a me explicasse, porque isso volta a dizer, é uma falácia, é uma balela continuamente reiterada, principalmente pelos próceres do seu partido, o PFL.

O SR. JOÃO MENEZES — Devia haver o equilíbrio de forças. V. Ex^a disse, mas não houve. O PMDB tomou conta de tudo com os recursos que teve, que o governo deu. Esta é a grande realidade. E por que o PMDB, quando falhou o Plano Cruzado — que nos dificulta até hoje, todo mundo se escorou —, por que as cúpulas responsáveis do Partido não tomaram uma providência? Gostaria muito que o Presidente da República realmente, como Sua Excelência diz que passará sozinho a organizar o seu Ministério; Sua Excelência não precisa de organização de ninguém para defender o presidencialismo, que Sua Excelência converse com o PMDB, dos Senadores Fernando Henrique Cardoso, José Fogaça, Carlos Sant'Anna, Prisco Viana e outros. O Dr. Ulysses Guimarães está um pouco comprometido com esse negócio, porque tem dificuldade de caminhar dentro da heterogeneidade de seu Partido. Há uma Pléiade enorme de Senadores e Deputados do PMDB, e de outros partidos, com quem se pode conversar e encontrar um caminho para a solução.

O assunto é grave. Por mais que queremos, às vezes, levar para a irreverência, mas os desdobramentos são graves. Precisamos tomar uma providência, porque estamos com as greves, uma em cima da outra, estamos com dificuldades financeiras, econômicas, externas e internas e então, a política não pode ser mais comandada, como vinha sendo, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro. A política tem que ser comandada pelo Presidente da República, como Sua Excelência está fazendo e vai fazer, para o que tem todo o nosso apoio.

Peço permissão a V. Ex^a para dar apoio aqui ao meu líder, senão fica muito ruim para mim.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — O tempo de V. Ex^a já ultrapassou em 16 minutos.

O SR. JOÃO MENEZES — Ouço o aparte do nobre Líder Senador Carlos Chiarelli.

O Sr. Carlos Chiarelli — Senador João Menezes, apenas um registro muito sumário, já que a Presidência nos alerta que não devemos extrapolar o tempo, ainda que boa parte do mesmo tenha sido consumida generosamente pela Liderança do PMDB. Gostaria de lembrar apenas, sobre um aspecto da sua manifestação, que parece causa de tanta inquietação, na Bancada do PMDB, a ponto de V. Ex^a ser cercado por uma intranqüilidade verbal e por uma ruidosa agressividade,

o que me leva a crer que realmente está ferindo algum aspecto essencial do processo. De qualquer maneira, eu gostaria de lembrar, é que não se conseguiu até agora, por maiores esforços, que se façam, com muita persuasão, com muita tranquilidade, não se conseguiu até agora nenhuma resposta às indagações objetivas feitas com relação à administração da Previdência Social. A resposta vem sob o calor de contundentes ataques pessoais, vem sob a forma de vinculação de notas subalternas, vem sob a forma de propostas generalizantes de linhas ideológicas doutrinárias. Aquilo que foi perguntado aqui e não foi respondido, aquilo que ficou aqui no Senado como dever de casa do Ministro, e ele não fez o dever de casa, aquilo continua sem resposta. E o que estamos fazendo é apenas querer saber, como querer saber os contribuintes que mensalmente pagam as suas mensalidades empregados, empregadores, trabalhadores autônomos, como querem saber os aposentados e pensionistas, por que estas medidas tão esdrúxulas, tão estranhas? Por que comprar sem concorrência? Por que pagar antecipado contra o mandamento da lei, por que contratar por milhões de dólares, quando se tem condições de executar, sem gravames, tarefas que são usuais na vida previdenciária? Por que alegar que se está comprando em Brasília, porque se está centralizando administração, e ao mesmo tempo se adquirir prédios fantásticos no Rio de Janeiro? Nada disto foi respondido e tudo foi questionado com documentação, inclusive, de fé pública. Registros de cartórios, atos de tabelionatos, na mais sadia manifestação do direito de perguntar e de esclarecer a opinião pública. Não adianta esbravejar, não adianta chorar perante as câmaras de televisão, não adianta o ar dramático, nem a contundência pessoal. Adianta é responder, esclarecer, mostrar o amparo legal, dizer por que se fez aquilo que não se consegue entender por que foi feito. Isso é que está sendo feito pelo PFL no dever inadiável, impostergável, de defender o interesse público. Apenas gostaria de salientar este fato, Sr. Presidente, para tentar ajudar a colocar de certa forma, chamar o feito à ordem, para que não se fique neste debate colateral, onde se procura levantar a poeira, para que não se veja adequadamente o caminho a seguir. Esta, a questão fundamental. Com relação à postura política do PFL, alguns estranharam dizendo que o partido tomou uma iniciativa que não teria cabimento. As manifestações continuadas, seguidas, reiteradas do Senhor Presidente da República, dizendo que não aceita donos de Ministérios, que precisa reformular o seu Ministério, que precisa fazer um novo pacto, que não está conseguindo ter harmonia dentro da sua equipe de governo, é a maior comprovação de que o PFL apenas denunciou um fato que era absolutamente irreal, e não foi o causador de uma tempestade política. A tempestade havia, apenas o PFL fez o papel de meteorologista e indicou a existência de fatos reais.

O SR. JOÃO MENEZES — Muito obrigado a V. Ex^a pelo aparte esclarecedor. O nobre Líder Carlos Chiarelli realmente coloca a questão no seu devido termo, porque não se pode fugir e todos têm que saber, e o Ministro tem que saber que existe o Decreto-lei nº 2.300, que determina a obrigatoriedade da concorrência, tem que haver a concorrência. E também ele não pode deixar

de saber que existe o Decreto-lei nº 4.320, que proíbe o pagamento por antecipação, como foi feito com a compra das ambulâncias, quinhentas ambulâncias ou coisa parecida.

Ora, são esses fatos que estão na opinião pública, não se trata de atacar a pessoa do Sr. Raphael de Almeida Magalhães. Aqui se trata de uma questão pública. O Governo precisa esclarecer, o Governo precisa ter conhecimento, e o que o PFL fez foi justamente trazer à baila esses fatos, porque, se não fosse hoje, continuaria tudo como está. A atitude do PFL foi absolutamente correta, o PFL está aqui pronto a dar sua cooperação ao Presidente da República, a acompanhar todos os atos do Presidente da República, acompanhá-lo nessa caminhada difícil a que vem sendo jogado por incompreensão e por interesses particulares e pessoais, por interesses políticos e conchavos, como até já declarou o Presidente da República em uma de suas entrevistas.

O Sr. José Fogaça — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOÃO MENEZES — Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Solicito ao nobre Orador que, após, concilia o seu discurso, como homenagem aos seus Colegas que estão inscritos e que também desejam fazer pronunciamentos tão importantes como o de V. Ex^a nesta tarde.

O SR. JOÃO MENEZES — E sobretudo homenagem a V. Ex^a, que merece toda a consideração.

O Sr. José Fogaça — Eu apenas gostaria de dizer a V. Ex^a, nobre Senador João Menezes, que não posso entender como novamente se tenta repisar, se tenta rebater nessa mesma tecla do Ministro da Previdência. O Ministro da Previdência tomou uma iniciativa pessoal e dispôs-se, por sua própria iniciativa, a comparecer à Câmara, ao Senado, fez um amplo debate e num amplo esclarecimento eliminou paulatinamente, eliminou, a pauladas de argumentos sérios e lógicos, cada uma das acusações que a ele se faziam. No entanto, esta é uma questão, e este é um tema ao qual se volta, ao qual se retorna, permanente, sistematicamente, porque há, por trás disso, um único e visível objetivo, indiscutível objetivo agora, que é o de tentar produzir uma crise artificial dentro do Governo, e inserir o PMDB no bojo dessa crise.

Na verdade, quando o Presidente declara que não pode haver donos de Ministros, que ele precisa ter liberdade para administrar, para governar, para informar ao seu Ministério, quando ele acusa os Partidos que desequilibram a sua estrutura de Governo, eu acho, aliás, acho não, estou plenamente convencido de que o povo brasileiro sabe que ele está-se referindo ao PFL.

O SR. JOÃO MENEZES — Eminentemente Senador, primeiro, houve um engano de V. Ex^a, porque o Ministro foi convocado para vir aqui ao Senado, não veio espontaneamente. Houve uma convocação para ele vir ao Senado. E, segundo, o próprio Senador Nelson Wedekin, figura marcante

do PMDB, ao interpretar o Ministro, demonstra a sua preocupação e diz o seguinte:

"O que desejo questionar não é a sua honra pessoal, sobre a qual, creio, não recaí nenhuma espécie de suspeição. Estou absolutamente seguro de que nessa compra de 382 apartamentos aqui, em Brasília, não lhe resultou nenhum benefício pessoal. Mas não posso deixar de lhe dizer que a aquisição desses apartamentos para a Previdência Social, realizada sem licitação e sem concorrência, embora a lei assim faculte em certas causas, a nós, os que somos admiradores e temos por V. Ex^a estima, respeito e consideração, alguns desconfortos, e que nos permite e abre mais para fazermos alguns questionamentos."

V. Ex^a que o assunto é realmente causticante e não tem resposta. Causa desconforto aos seus Companheiros.

S. Ex^a veio aqui, falou e já li todo o depoimento que prestou o Ministro Raphael de Almeida Magalhães, mas as respostas não foram dadas e, até hoje, não se diz por que foram comprados os apartamentos sem concorrência, por que se pagou adiantadamente as ambulâncias, por que foram contratadas firmas especiais para fazer levantamentos de quanto ganha o funcionário do Ministério. São necessárias firmas estrangeiras para fazer o levantamento disso, para mostrar que o funcionário ganha pouco? Isto todo mundo sabe, é um fato que não precisa de uma auditoria especializada!

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a paciência que teve para comigo e tenho a dizer, ainda, o seguinte: o fato está público e notório, está, aqui, no Jornal **O Estado de S. Paulo** — "Negociata da Previdência Atinge as Avaliações".

O nosso interesse, o meu interesse, o interesse do Partido da Frente Liberal é, realmente, para que se possa ultrapassar isso, para que se entre na realidade e que o Presidente da República possa e faça, como deve fazer o seu Ministério, da maneira que melhor achar e entender. O PFL estará ao lado de Sua Excelência, para ajudá-lo nessa caminhada espinhosa que a sua capacidade e inteligência levarão a resultados positivos.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que faça transcrever, em seguida a meu discurso, este editorial de **O Globo**, intitulado "O Risco de uma Traição", publicado no dia 04 de outubro, e, também, integralmente, a nota da Comissão Executiva Nacional do Partido da Frente Liberal.

Muito obrigado a V. Ex^a (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. JOÃO MENEZES EM SEU DISCURSO:

Nota da Comissão Executiva Nacional do PFL em resposta à matéria que alguns Governadores do PMDB divulgaram hoje nos jornais do País:

"A Executiva Nacional do PFL, analisando manifestações infelizes, inverídicas e grosseiras do Ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães, e a nota divulgada por alguns Governadores do PMDB, em que se ataca a Liderança Nacional do PFL, fixa posição a respeito do assunto:

a) A gestão do atual Ministro da Previdência tem sido desastrada, como comprovam os fatos.

Basta que se olhe o noticiário, para que se constate que os funcionários do MPAS estão em greve nacional, porque não conseguem conviver com um Ministro que não cumpriu a palavra com seus servidores; e mais: as passeatas nas principais Capitais e a maior concentração já vista de aposentados e pensionistas no Congresso Nacional ocorrem contra promessas não cumpridas, aumentos ridículos, benefícios escamoteados, anúncios não confirmados e o crescente descaso com os beneficiários mais pobres, e por isso, mais discriminados pelo atual Ministro da Previdência;

b) Ninguém esqueceu ainda do lamentável espetáculo da presença do referido Ministro no Senado da República, quando, interpelado, deixou sem resposta 18 indagações. Repetiu-se o episódio na sua comparecência à Câmara dos Deputados;

c) O PFL — como porta-voz do povo brasileiro, que contribui, como empregado, empregador e trabalhador autônomo para manter a Previdência — continua querendo saber, entre outras coisas:

1) Por que foram comprados 328 apartamentos em Brasília, quando o Governo tem 11.000 imóveis aqui, de sua propriedade?

2) Por que essa inexplicável aquisição se fez sem concorrência pública, quando a lei não a dispensa e a moral e a ética a exigem?

3) Por que se pagou pelos apartamentos mais de três milhões de cruzados, à vista, em junho, quando apartamentos idênticos, no mesmo prédio, foram vendidos, quatro meses antes, por oitocentos mil cruzados?

4) Por que se tentou justificar a licitude da transação, embasando-a em uma avaliação atribuída pelo Ministro da Previdência ao Sindicato dos Corretores de Imóveis de Brasília, entidade que logo a desmentiu oficial e publicamente, dizendo ser falso o laudo por ele citado?

5) Por que foram adquiridas sem concorrência pública e pagas antecipadamente mais de 500 ambulâncias adquiridas de uma só empresa, quando a lei e o Tribunal de Contas proíbem que o Poder Público faça pagamentos antes do recebimento do produto adquirido?

6) Por que adquirir um prédio para a Dataprev, em janeiro de 1987, por um valor oito vezes maior do que o constante da avaliação feita em novembro de 1986?

7) Por que comprar tal edifício no Rio de Janeiro, fixando a Dataprev lá, quando, ao mesmo tempo, adquiriram-se apartamentos em Brasília, alegando-se que se está transferindo o MPAS e suas instituições para a Capital Federal? Final, quem está mal localizado: a Dataprev no Rio ou os apartamentos funcionais em Brasília?

8) Por que contratar sem concorrência pública empresas multinacionais de auditoria, ao preço de dez milhões de dólares (corresponde ao que recebem por mês 500.000 trabalhadores rurais aposentados por invalidez) para fazer o que faria sem ônus o Tribunal de Contas da União e o Sistema de Controle do próprio MPAS?

d) Do Ministro, até agora, a Nação não ouviu respostas a uma sequer destas acusações;

e) A nota de alguns Governadores do PMDB solidarizando-se com o Ministro da Previdência os compromete com tudo quanto ele tem feito fora da lei e sem prestar contas à Nação; seguramente tais Governadores apóiam o Ministro contra os servidores, os aposentados e os pensionis-

nistas, que sofrem as consequências de sua administração; contra os segurados, contribuintes do País inteiro, que vêem seu dinheiro jogado fora em aquisições luxuosas, sem concorrência pública, comprando-se pelo *“cara não vale o prédio de que não se precisa”*.

f) É estranhável que Governadores se reúnem para hipotecar solidariedade a um Ministro que não está apenas sendo questionado pelos políticos, pelos servidores, pelos segurados, pelos aposentados, pela imprensa, mas quê, além disso, teve suspensa, por sentença judicial, a inexplicável compra de apartamentos em Brasília;

g) Ademais, o Ministro da Previdência, descobertos os desmandos e as ilícitudes cometidas na sua gestão, perdeu a compostura e, ao invés de tentar esclarecer, como era de seu dever, a opinião pública, partiu para a agressão torpe e mesquinha;

h) Por tudo isto, e pelo que se pode verificar, complementarmente, das conclusões anexas das Comissões Técnicas Especiais do PFL, o Partido da Frente Liberal estranha e lamenta a referida nota de alguns Governadores do PMDB, que defendem o indefensável e apóiam o insustentável, em detrimento do interesse e da moralidade pública.” Cordiais Saudações. SENADOR MARCO MACEI-PRESIDENTE NACIONAL DO PFL, E DEPUTADO SAÚLO QUEIROZ — SECRETÁRIO-GERAL DO PFL.

O RISCO DE UMA TRAIÇÃO

A Ulysses Guimarães — acentuamos ontem — impõem-se a missão de liderar o PMDB e a Constituinte para o presidencialismo, ao qual deve a fidelidade da coerência com a pregação da sua vida inteira.

Não esquece a Nação a grandeza do papel que lhe coube em 1984, época dos grandes comícios pela eleição direta do Presidente da República, quando lhe foi dada a alcunha já histórica de “Senhor Diretas”.

No desfecho vitorioso daquela memorável campanha, Tancredo Neves assumiu o compromisso de que a sua eleição para a Chefia do Governo, com o apoio em todos os quadrantes, seria a última realizada através do Parlamento. Daí para frente, só diretas.

Ulysses e Tancredo firmaram assim, naqueles dias, um pacto político ostensivo que condenava definitivamente qualquer forma de governo que recorresse a métodos parlamentaristas da escolha indireta do Chefe do Governo.

Ao exigir a eleição direta do Presidente da República, nos futuros mandatos, Tancredo e Ulysses, à frente do PMDB, interpretavam a vontade do povo de ter um Presidente ungido e legitimado pela soberania do sufrágio universal. Proclamavam o imperativo de um Presidente que incorporasse essa soberania, e não uma figura diminuída diante de um Primeiro-Ministro eleito indiretamente por um sistema partidário oligárquico, representado por um punhado de votos no Parlamento.

O País é dotado de memória. Recorda que exatamente há três anos tentou-se apelar para o artifício fáccioso da “fidelidade partidária” do PDS, a fim de se manter no poder, por eleição indireta, a oligarquia então dominante. E hoje defronta-se

com a repetição da mesma tentativa e do mesmo artifício, com a única alteração do partido a ser beneficiado: o PMDB.

Estamos assim na iminência de uma traição imperdoável a um compromisso firmado com a Nação.

O Deputado Ulysses Guimarães é homem de honra pessoal e política. Ele terá certo na lembrança a convicção de que a pedra-de-toque que poderá equilibrar o novo artifício constitucional terá de possuir necessariamente o formato presidencialista, integrando as chefias de Estado e de Governo.

Nenhum outro modelo resgatará a palavra assumida ao ar livre.

Não estamos apenas enfrentando uma questão teórica sobre sistemas de governo. É o fluxo do Rio da História que está em causa. Colocar contra esse fluxo o dique do parlamentarismo constituirá um desrespeito à vontade do povo, inequivocamente demonstrada em praça pública.

Tal burla poderá pôr em risco a reinstitucionalização do País.

ATO DO PRESIDENTE Nº 207, de 1986

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com o disposto no art. 14 da Resolução nº 124, de 1987, resolve nomear Caio Torres, Técnico em Legislação e Orçamento, Classe “Especial”, Referência NS-25, do Quadro Permanente do Senado Federal, para Diretor-Executivo do CEDESEN.

Senado Federal, 8 de outubro de 1987. — Humberto Lucena, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 208, de 1987

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com o disposto no art. 4º da Resolução nº 124, de 1987, resolve nomear Estevão Chaves de Rezende Martins, Eduardo Jorge Caldas Pereira e Guido Faria de Carvalho para membros do Conselho Técnico do CEDESEN.

Senado Federal, 8 de outubro de 1987. — Humberto Lucena, Presidente.

PORTARIA Nº 027, de 1987

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 215 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, e tendo em vista o disposto no artigo 482, parágrafo 1º, do mesmo Regulamento, resolve designar Djalma José Pereira da Costa, Assessor Legislativo, Afrânia Cavalcanti Melo Júnior, Assessor Legislativo e Paulo Irineu Portes, Técnico Legislativo para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos constantes do Processo nº 016969/87-1.

Senado Federal, 8 de outubro de 1987. — José Passos Pôrto, Diretor-Geral.

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO ESPECIAL

Criada com a finalidade de “levantar o grau de estatização da economia brasileira e participação das empresas estatais no endividamento externo e interno no País”.

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 1987

As dez horas do dia vinte e dois de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças, presentes os Srs. Senadores Irapuan Costa Júnior, Presidente, Saldanha Dérzi, José Agripino Maia e Nabor Júnior, reúne-se a Comissão Especial, criada com a finalidade de “levantar o grau de estatização da economia brasileira e participação das empresas estatais no endividamento externo e interno no País”.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada.

Havendo número regimental o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, passando à leitura da programação (anexa) da Comissão. Em discussão e votação, é aprovada.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

ANEXO À ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL, CRIADA COM A FINALIDADE DE “LEVANTAR O GRAU DE ESTATIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA E PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS NO ENDIVIDAMENTO EXTERNO E INTERNO NO PAÍS”, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 1987, QUE SE PÚBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE.

Presidente: Senador Irapuan Costa Júnior
Relator: Senador Divaldo Suruagy

1. CARÁTER DA COMISSÃO
(Pesquisa, não policial, visando produzir um documento orientado.)

2. PROGRAMA DE TRABALHO

2.1 — Assessoria
2.2 — Depoimentos
2.3 — Levantamento de dados
2.4 — Homogeneização dos dados, exames, avaliação e redação.

3. RELACIONAR DEPOENTES E CRONOGRAMAR PARA OS DEPOIMENTOS

3.1 — Área não financeira e financeira

Superintendente SEST
Ex-Superintendente SEST
Jornalistas (Visão, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo)

Professores universitários (FGV, USP, UniCamp e UnB)

Presidente FEBRABAN

Presidente ABBC

Diretor área bancário, Banco Central (ou outra autoridade)

mais ligada ao problema)
Presidente de associação de classes do funcionalismo.

Presidente Petrobrás

3.2 — Contatos (entrosamento de assessorias)

Presidente Banco Central
Superintendente SEST
Ministro da Fazenda
Presidente FIESP

3.3 — Cronograma

Depoimentos — até 30-outubro-87
Coleta de dados — até 30-outubro-87
Exame dos dados e depoimentos — até 15-novembro-87
Relatório final — até 30-novembro-87

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Criada através da Resolução nº 059 de 1987; destinada a apurar as irregularidades e seus responsáveis pelas importações de alimentos por órgãos governamentais.

6ª REUNIÃO, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 1987

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de mil novecentos e oitenta e sete às dez horas, na Sala da Comissão de Relações Exteriores, presentes os Senhores Senadores Dirceu Carneiro, Mauro Borges e Cid Sabóia de Carvalho e o Deputado Roberto Cardoso Alves reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar as irregularidades e seus responsáveis pelas importações de alimentos por órgãos governamentais.

O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos da Comissão, informando aos presentes que a finalidade da reunião seria ouvir o depoimento do Senhor Flávio Telles de Menezes Presidente da Sociedade Rural Brasileira.

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao depoente, que prestou o juramento de praxe.

Iniciou sua exposição citando os fatos que deram origem às importações no ano de 1986. Informou que a partir de março, com o Plano Cruzado, o congelamento de preços significa um desconhecimento de fatos, e que a ausência de informações confiáveis quanto à previsão da safra e a falta de acompanhamento das decisões administrativas governamentais, fizeram amadurecer as decisões de importações no ano passado. Citou, também, o fato da isenção de impostos para os produtos importados e para o produtor estrangeiro havia o pagamento à vista e com moeda forte, acontecendo o inverso para o produtor nacional.

Encerrada a exposição do orador, o Senhor Presidente passou a fase interpelatória, concedendo a palavra ao Senhor Senador Mauro Borges, que agradeceu a clareza dos esclarecimentos feitos pelo depoente e considerou desnecessária a formulação de perguntas.

Em seguida o Deputado Roberto Cardoso Alves pede a palavra para lamentar a ausência das lideranças políticas e sugere que se pleiteie, junto à Mesa do Senado, a publicação de separatas da exposição proferida pelo Presidente da Socie-

dade Rural Brasileira para serem distribuídas aos Parlamentares e demais interessados.

O Senhor Presidente comunica ao Senhor Deputado Cardoso Alves que examinará a sua proposta.

Em seguida o Senhor Presidente levantou questões alusivas aos debates, que foi, respondido pelo orador.

O Senhor Senador Cid Sabóia de Carvalho, pede a palavra, sendo atendido pelo Senhor Presidente, e faz indagações sobre o assunto em pauta, sendo devidamente esclarecido pelo depoente.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença do convocado e encerra a reunião, comunicando aos Senhores Membros da Comissão que suspenderá as reuniões até que se receba do Gabinete Civil a documentação solicitada, e para constar eu, Cleide Maria Ferreira da Cruz — Assistente da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada pelo Senhor Presidente será assinada e irá a publicação juntamente com os anexos taquigráficos.

ANEXO À ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO N° 59, DE 1987, DESTINADA A APURAR AS IRREGULARIDADES E SEUS RESPONSÁVEIS PELAS IMPORTAÇÕES DE ALIMENTOS POR ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS REALIZADA NO DIA 24 DE SETEMBRO DE 1987, NA SALA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES ÀS 10:00 HORAS DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO SR. FLÁVIO TELLES DE MENEZES — PRESIDENTE DA SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE.

Presidente: Senador **Dirceu Carneiro**
Vice-Presidente: Senador **Lourival Baptista**
Relator: Senador **Mauro Borges**
(Integra do apanhamento taquigráfico da reunião)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Havia número legal, declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Importação de Alimentos. Ouviremos, hoje, o depoimento do Dr. Flávio Telles de Menezes, Presidente da Sociedade Rural Brasileira, a quem convidamos a fazer parte desta Mesa.

Para iniciarmos este depoimento, solicito ao Dr. Flávio Telles de Menezes que faça o juramento de praxe e convidamos todos os participantes para que fiquem de pé a fim de ouvirmos o depoente.

O SR. FLÁVIO TELLES DE MENEZES — Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar denúncias, as irregularidades e seus responsáveis pela importação de alimentos por órgãos governamentais.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Com a palavra, então, o Dr. Flávio Telles de Menezes, para prestar os seu depoimento.

O SR. FLÁVIO TELLES DE MENEZES — Exmº Sr. Senador Dirceu Carneiro, Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Exmº Sr. Sena-

dor Mauro Borges, digno Relator da mesma Comissão, Srs. Membros da Comissão, minhas Srs., meus Srs:

O episódio das importações de alimentos realizadas no decorrer do ano de 1986 e no início do ano de 1987, como política governamental de abastecimento do Brasil, é um dos episódios responsáveis pelo maior grau de prejuízo à produção rural brasileira de que se tem conhecimento nos últimos anos.

Para que meu depoimento tenha alguma validade e possa de alguma forma servir de subsídio à Comissão, gostaria de iniciar rememorando os fatos, as causas anteriores que deram origem às decisões governamentais na área de comércio exterior, exportação e importação de produtos agrícolas no ano de 1986. Tivemos uma forte seca no Centro-Sul do Brasil durante o ano de 1985. Naquela ocasião não só houve um retardamento do plantio de uma boa parcela, ou seja, da maior parte da área agrícola do Centro-Sul como também aquelas regiões que, tendo recebido algumas chuvas esporádicas tiveram perditos os seus primeiros plantios nos meses de outubro, novembro e dezembro de 1985.

Surgiu, em toda a coletividade agrícola nacional um sentimento de pânico, de desespero e ao mesmo tempo o Governo, com poucas quantidades de estoques internos de alimentos e a braços com uma inflação crescente que atingiu os dois dígitos do final do ano de 1985, realizou reuniões de emergência nas áreas produtoras nos Estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, procurando colher informações, colher dados que pudesse, de alguma forma, revelar os caminhos a serem seguidos para enfrentar a situação de crise que se lhe antepunha. Essas reuniões realizadas no final de dezembro de 1985 e no início de janeiro de 1986, com a presença de produtores rurais, lideranças agrícolas, Secretários de agricultura desses Estados, revelou uma realidade muito dura e a perspectiva de que houvesse fortes quebras na produção de grãos no ano de 1986.

Nessa ocasião o Governo tomou algumas decisões de política agrícola que representavam concessões de novos créditos de plantio para os agricultores que já havia perdido suas primeiras plantações, modificação nos valores financiados com condições mais favorecidas, inclusive rompendo uma tradição do passado, permitiu novos financiamentos de custeio fora de época com a intenção de, digamos, jogar na sorte, tentar ver se ainda era possível plantar no início do ano de 1986 e, com isso, salvar alguma coisa da produção agrícola do Centro-Sul.

Baseado nessas informações, os órgãos governamentais começaram a nutrit, dentro dos seus Conselhos, a idéia de que seria necessário prover estoques de produtos agrícolas para enfrentar o que viria a ser, em 1986, uma dura entressafra.

Acontece que essa movimentação, do início da safra, infelizmente, não foi seguida por um acompanhamento das condições posteriores. Tivemos, a partir de janeiro, uma total modificação no clima do Centro-Sul e as providências tomadas para, de alguma forma, atenuar a crise que se nos parecia totalmente irreparável surtiram efeito. Essas providências resultaram em replantio, fora de época, mas a fora de época 86 revelou-se suficiente para que a produção nacional se recu-

perasse. Tivemos, então, a partir dessas medidas, uma recuperação das áreas plantadas e, com o bom regime de chuvas que houve, a partir de janeiro, tivemos a recuperação do estado das lavouras e todas as previsões iniciais de quebra, que previam uma produção em torno de 40 milhões a 42 milhões de toneladas de grãos, se recuperaram, a partir de fevereiro, de modo que chegamos a 50, 52 milhões de toneladas, que não pareciam mais possíveis de serem atingidas no início do plantio.

No entanto, baseado na visão anterior, o Governo já havia constituído um Conselho Interministerial de Abastecimento (CINAB) — se não me engano em fevereiro de 1986 — e este Conselho, que tinha uma total predominância do Ministério da Fazenda e não do Ministério da Agricultura, como deveria ser, porque se trata de um órgão vinculado à produção e abastecimento de gêneros alimentícios e não administração fazendária, administração do Tesouro desta Nação. Este Conselho, movido pela preocupação anterior, seguiu nos seus estudos e providências no sentido de garantir o abastecimento. Enquanto isso se passava do lado da produção, do lado da administração da economia nacional, em 27, ou 28 de fevereiro, o Governo editou o Programa de Estabilização Econômica, o Plano Cruzado, que congelou os preços de todos os produtos e serviços no Brasil; e, a partir de 1º de março, já em vigor o Plano Cruzado, num exercício de temeridade econômica, congelamento de preços de produtos agrícolas de primeira necessidade, num momento em que os estoques nacionais eram baixos e que a produção agrícola daquele ano estava ainda sob forte suspeição quanto aos seus volumes, o congelamento por tempo indeterminado desses gêneros alimentícios representava, no mínimo, um desconhecimento dos fatos, e no máximo, o exercício de temeridade econômica.

O congelamento perdurou no tempo, muito embora um dos dispositivos do decreto-lei que aprovou o Plano Cruzado, permitisse que por motivos ligados à conjuntura, portanto ligados à entressafra, fosse possível a modificação dos preços agrícolas sem ferir o espírito do Programa de Estabilização Econômica.

A partir de março, abril, de 1986, conjugaram-se dois fatos igualmente nefastos para a condução de uma política de abastecimento em qualquer País. Em primeiro lugar, a ausência de informações confiáveis com relação às safras nacionais. Um sistema de informações deficiente introduz uma variável negativa em qualquer decisão de política econômica e muito especialmente em decisões ligadas ao abastecimento. Esse é um fato no Brasil, e que não foi mudado até hoje e, portanto, as decisões que se seguiram tiveram origem nesse primeiro problema, problema sérrissimo, que é o da deficiência das informações agrícolas, da deficiência quanto às previsões de safra ocorridas no Brasil.

O segundo problema diz respeito à falta de acompanhamento, o que se chama de *follow up*, das decisões administrativas governamentais. Uma vez pressionadas pela situação empírica evidente da seca do final do ano de 1985, tiveram-se todas as decisões, todas as medidas necessárias para "darem" um processo de formação de estoques e não mais se preocupou o governo em saber se as chuvas haviam voltado e

se haveria condições de recuperação da produção nacional em tempo hábil, o que, empiricamente, é possível verificar, mesmo com um sistema de informação deficiente.

A somatória dessas duas condições — ineficiência do sistema de informação e falta de *follow up* das decisões tomadas no Governo fez amadurecer a decisão pelas grandes importações de alimentos do ano passado.

O lado político da questão, isto é, a necessidade de se manter congelados os preços dos alimentos, enquanto aumentava o consumo, estimulado não só por uma correção real dos salários, como também pelo aumento da massa salarial, devido ao incremento do nível de atividade econômica no País e pelos saques nas cadernetas de poupança, levou o Governo a determinar a importação de produtos alimentícios.

Relativamente a essa decisão de importar, chamo a atenção para alguns fatos da maior importância para a política agrícola e as consequências que trazem à produção nacional.

O milho e arroz, por exemplo, que foram os dois produtos agrícolas básicos mais importados no ano passado, além de estarem submetidos à tributação do Imposto de Circulação de Mercadorias no valor de 17%, sofrem também diversas tributações indiretas, quer sobre a terra, quer sobre o seu faturamento, quer sobre contribuições previdenciárias incidentes sobre o valor final de venda.

Mesmo durante o período em que o Governo se impressionara com a escassez de produtos agrícolas, nenhuma medida fiscal foi tomada no sentido de estimular a produção nacional. No entanto, quando se adotaram as decisões de importação, elas vieram acompanhadas de isenção total dos impostos.

A internalização dos produtos importados no Brasil, como milho, arroz, leite, carne e feijão, fez-se com isenção total de impostos, como o IOF e o Imposto de Importação, e com a desoneração da necessidade de depósito prévio para importações ou de obtenção de financiamento para pagamento das importações ou seja, com pagamento à vista em moeda forte. Todos os produtores nacionais sabem da dificuldade de vender a sua safra à vista, quando esse mesmo governo havia proposto o pagamento parcelado do preço mínimo em cinco meses para o produtor nacional.

Nessa época, no Brasil, o tratamento para a compra de produtos agrícolas era o seguinte: para o produtor estrangeiro, pagamento à vista em moeda forte, com isenção de impostos; para o produtor nacional, pagamento a prazo com toda a tributação existente.

Isso, se possível, seria da mais alta gravidade. Mas há outras considerações a respeito. A agricultura não é uma atividade despicienda no mundo; tem uma importância fundamental mesmo nos países desenvolvidos. Aliás, estes dão-lhe uma importância muito maior do que lhe dá o Brasil.

Não há exemplo de um país desenvolvido que não tenha uma política agrícola aprovada por lei e que não seja mantida estável no decorrer do tempo. Mais que isso: não existe hoje, quer na Comunidade Econômica Européia, quer nos Estados Unidos, quer no Japão, uma política agrí-

cola neutra. Existe, sim, uma política agrícola de pesados subsídios aos produtores internos, que lhes garante reserva de mercado nacional, o que impõe aos consumidores desses países o pagamento de um preço brutalmente mais alto do que os preços reais vigentes no mercado internacional. Para dar um exemplo, nos Estados Unidos, o consumidor de açúcar paga seis bilhões de dólares por ano a mais pelo produto que consome do que pagaria se as importações fossem livres. Além disso, as exportações dos excedentes agrícolas são pesadamente subsidiadas.

Portanto, o que o Governo brasileiro fez ao autorizar importações de grãos subsidiadas na origem foi pagar à vista o produtor estrangeiro, receber essa mercadoria sem impostos e compactuar com política de subsídio na exportação, que o próprio Presidente brasileiro condenou num discurso na ONU, ou seja, a atuação concreta do Governo brasileiro em relação às importações de produtos agrícolas colide frontalmente com o discurso feito pelo Presidente da República nas Nações Unidas, em 1985.

Como as condições de produção haviam melhorado sensivelmente no decorrer do primeiro semestre de 86, as previsões inicialmente feitas de quebra reduziram-se, os produtores puderam colher, com algum atraso, é verdade, uma safra de milho em torno de 21 milhões de toneladas de grãos; uma safra de arroz em torno de 10 milhões de toneladas. E como o consumo nacional de aproxima historicamente desses níveis, para esses dois cereais, as importações autorizadas a partir dos meses de março e abril de 86 vieram competir com a produção nacional. E aí nós temos a segunda parte da política de importação feita pelo Governo brasileiro naquela ocasião, que foi a venda desses produtos abaixo do seu custo de importação sem impostos. Não só as importações foram feitas em condições privilegiadas, em diversos casos em que houve venda de estoque, como, por exemplo, no caso do milho e arroz, abaixo do seu preço de internalização no Brasil, o que caracteriza, na doutrina econômica, a prática do *dumping*, só que desta vez praticado pelo Governo contra o produtor nacional e não por uma empresa contra outras empresas que trabalham no mesmo setor. Acho que os simples fatos, que são hoje fatos da história do Brasil, não precisam de adjetivos, não precisam de qualificação, eles têm um peso em si mesmos, eles representam uma fase da história econômica brasileira em que a produção agrícola nacional ficou relegada a segundo plano em relação às necessidades de aplicação de uma política econômica consistente num congelamento de preços a qualquer custo. Essas importações procedidas nessa ocasião tiveram um problema adicional: a inadequação dos portos brasileiros, das estruturas de transporte, das estruturas de comercialização para a importação. O Brasil é um País que raramente vez independeu de importações de produtos agrícolas para poder manter o seu abastecimento interno. Ao contrário, o Brasil é um País cuja urbanização e industrialização foram feitas à custa de transferência de renda, principalmente da renda gerada na exportação dos produtos agrícolas; o Brasil é um país cujos portos, cujos guindastes, cujos armazéns estão preparados para carga de navios e não descarga de navios; o Brasil é um país cuja rede de armazenagem, de transportes

rodoviários e ferroviários está preparada para trazer produto do centro de produção para o centro de consumo e para os portos de embarque. Portanto, uma dificuldade adicional causada por esse despreparo da estrutura brasileira fez com que as importações acabassem sendo internalizadas fora de hora. Elas sequer chegaram, todas, uma parcela, sim, chegou, mas sequer chegaram todas antes da colheita da safra seguinte e as autorizações dadas para a importação, quer para a iniciativa privada, quer para órgãos subordinados ao próprio Governo, como, por exemplo, a INTERBRAS, acabaram sendo cumpridas ao longo de todo o segundo semestre de 86 e de 87. E já se começava a colher a grande safra de 87, quando ainda estavam chegando navios carregados com milho, carne, arroz e ainda estávamos por receber partidas de cereais, por exemplo, de países vizinhos, como Argentina, por via rodoviária e ferroviária. De modo que é uma sucessão impressionante de equívocos, é uma sucessão realmente impressionista, digamos assim, de medidas prejudiciais à produção nacional que, por um lado, não levam a nenhum benefício ao consumidor, na medida em que o Brasil só pôde fazer essas importações episodicamente. Até admito — embora como produtor considere totalmente errado — que a sociedade brasileira possa, democraticamente, se assim o desejar, se tornar dependente de fornecimento de países estrangeiros, se isto for decidido democraticamente e assim for a vontade do povo brasileiro, acho que até isso poderia ser determinado. Acontece, porém, que isso não foi determinado pelo povo brasileiro e acontece que o País não tem condições econômicas para manter importações ao longo dos anos.

Quero lembrar aqui um fato que ocorreu no pós-guerra, após a II Guerra Mundial, quando o Brasil começou a receber ofertas de fornecimento de trigo dentro do quadro da **Public Law 480**, dos Estados Unidos, que desejavam vender seus grandes excedentes de produtos agrícolas e financiava a venda, 40 anos de prazo, e pagamento em moeda do país importador, pagamento em cruzeiros, que destruiu a triticultura do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná que existia antes da II Guerra Mundial, mas que não podia competir com os subsídios oriundos do tesouro norte-americano. O produtor do interior do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina não tem condições de competir com Fort Knox. É a maçã envenenada, é a maçã oferecida numa salva de outro, muito vermelha, mas com veneno dentro, que é muito fácil de tomar na hora em que é oferecida, mas que, depois, destrói quem a come. É essa a política da Comunidade Econômica Européia, é essa a política dos Estados Unidos e nós embarcamos na política dos Estados Unidos, da Comunidade Econômica Européia, recebendo produtos cujo custo da origem é duas, três, até quatro vezes superior ao preço de venda. É, portanto, muito superior ao custo do produto nacional. Esse produto vem competir com o produto brasileiro. O produtor brasileiro já é, por um lado, agente passivo da reserva de mercado da indústria nacional, passa a ser, também, agente passivo da reserva de mercado do consumidor nacional. Ora, não há produtor no Mundo capaz de sobreviver a duas reservas de mercado ao mesmo tempo. Não há produtor no Mundo capaz de competir quando

todos os insumos que adquire recebe a preços decorrentes de uma estrutura de produção oriunda de uma Lei de reserva de depois, quando tem que vender o seu produto, tem que competir dentro de uma outra lei ou dentro de uma outra condição, não é bem uma Lei, é uma condição, em que qualquer oferta mais barata, seja qual for a origem dessa oferta seja qual for a fórmula pela qual essa oferta chegou ao país, ela tem preferência sobre o preço da produção nacional.

Essas são as condições estruturais que, a nosso juízo, levam essa política atropelada, essa política imediatista, essa política oportunista de importações a ser totalmente condenada pela classe produtora do Brasil e por todos aqueles que defendem o legítimo interesse do consumidor nacional, o interesse de médio o longo prazo, que é o dever o desenvolvimento de uma produção nacional capaz de suprir, em condições de eficiência e competitividade, a sua grande massa consumidora.

A par desses problemas de caráter geral, existiram outros de caráter específico, produto a produto, de acordo com as condições específicas dessa ou daquela área a ser escolhida.

Os quatro principais produtos a serem importados ou que foram importados foram: a carne bovina, o leite e seus derivados, o milho e o arroz. Importou-se também feijão, pescado, alguns produtos de menor importância para a mesa do brasileiro, como o bacalhau, por exemplo; alguns derivados da cevada como, por exemplo, a cerveja. Mas, por tudo que eles possam ter de apelo com relação à divulgação, acho que eles têm menos importância, os eventuais erros cometidos nessas importações, do que nesses produtos básicos.

O caso do pescado é um caso muito sério, porque a pesca nacional, como V. Ex^a sabem, é uma pesca ainda artesanal, feita por pequenos pescadores e, portanto, qualquer competição ou isenção de impostos oferecida ao exportador estrangeiro significa, além de um grande erro econômico, um problema social muito grave, também, para o produtor e para o pescador brasileiro. Mas, eu gostaria, agora, nesta segunda fase, de abordar esses problemas específicos de cada área.

Nós nos preocupamos em fazer um levantamento — e eu deixei com a Secretaria da mesa — com relação às tradicionais performances de exportação e importação de carne bovina por produto, por onde se escouou a maior parte dos dólares nesses importações. Essas importações consumiram, no seu total, entre janeiro do ano passado e março deste ano, portanto, num período de 15 meses, cerca de 1 bilhão e 700 milhões de dólares das reservas cambiais brasileiras. O Brasil se transformou, ao longo da década de 1980, em um país exportador de carne bovina. Essa nova condição de exportação brasileira tem uma razão de ser e duas consequências muito boas para o Brasil. A razão de ser é que o Brasil é um país altamente competitivo no mercado internacional de carne bovina porque tem custos-baratos de produção, uma vez que a pecuária é extensiva — ela não transforma grãos em carne. Ela transforma, através da fotossíntese, a folha da gramínea em carne bovina e, portanto, a razão de ser desse crescimento da participação brasileira no mercado internacional, é uma razão economicamente explicável, aceitável e desejável. C

Brasil passou, nos seis primeiros anos da década de 1980 — entre 1980 e 1985 — à condição de segundo maior exportador de carne, sendo que, nos anos de 1983, 1984 e 1985, conseguiu atingir a marca das 500 mil toneladas anuais, com exportações no valor de 510 a 520 milhões de dólares. As duas consequências importantes para o Brasil são: em primeiro lugar, quando você tem os preços da carne bovina dentro do seu nível real de mercado internacional, você favorece o crescimento da pecuária de pequenos e médios animais. Foi o período — e não foi por acaso que isto aconteceu; há uma relação imediata de causa e efeito entre a política de apoio ao comércio da exportação de carne bovina — foi nessa época que floresceu a avicultura nacional. Foi nessa época que começou-se a lançar os fundamentos para o crescimento da suinocultura nacional e não preciso ressaltar para os Srs. Senadores a importância econômica e social que existe para a avicultura e suinocultura como base sólida da formação de uma classe média no campo, como formação de uma estrutura de produção, de uma estrutura fundiária que é altamente desejável nas regiões de pequenas propriedades. Ela viabiliza, em grande escala, o crescimento da produção e a formação de renda em tantos locais do interior do Brasil. Esse crescimento, portanto, foi viável porque houve o espaço econômico para que o consumidor brasileiro começasse a criar o seu hábito de consumo de aves, de ovos e estava começando a criar o de carne de suínos.

O segundo ponto, é evidente, diz respeito ao problema do financiamento do crescimento brasileiro. Todas as vezes que o País tem um produto que possa ser exportado sem subsídios, ele estará gerando moeda forte, sem a qual o País não crescerá, sem a qual o País não poderá fazer os investimentos necessários para gerar o progresso futuro. A carne bovina é um dos produtos agrícolas que têm essa condição. Neste ano de 1986, o Brasil, por razões ligadas à manutenção do congelamento de preços; congelamento absolutamente absurdo do ponto de vista econômico, porque congelava os preços baixo dos seus custos de produção na pecuária, lançou mão de duas medidas paralelas que, somadas, provocaram uma grande distorção nesse processo que vinha se desenvolvendo ao longo da década de 1980 — ele proibiu as exportações de carne bovina e, com isto, o Brasil perdeu os mercados que havia conquistado, a duras penas, desde o início da década, principalmente alguns mercados em que a concorrência, a competição com outros países que subsidiam é brutal — o mercado do Oriente Médio, mercados onde o preço é um problema seriíssimo e há a confiabilidade da entrega para países, por exemplo, que estão em guerra neste momento; e segundo, permitiu a importação de estoques de carne da comunidade européia, a preços brutalmente subsidiados. O Brasil, através de sua empresa pública Interbrás, que por sua vez contratou duas empresas estrangeiras para agir em seu nome na Europa, participou de leilão de subsídios para comprar estoques de carnes congeladas há mais de um ano e meio, dois anos, dois anos e meio, na Comunidade Econômica Européia, para trazê-la ao Brasil para competir com a produção nacional.

A soma dessas duas decisões implicou, a nosso ver, na mais grave lesão ao processo de desenvol-

vimento da pecuária nacional que já ocorreu na história econômica recente do Brasil.

Isso, embora não seja matéria da Comissão, mas a título apenas de lembrança, culminou com o processo político de execração do pecuarista nacional, de imposição do seu nome à coletividade como sendo um seu inimigo e até um processo de confisco de gado nas pastagens.

Os números que estão nessas tabelas — a tabela 2 e a 3 trazem a importação efetiva realizada nesses anos a que se refere a Comissão Parlamentar de Inquérito, e as importações autorizadas.

Tão grave quanto as importações realizadas, que foram, no ano de 1986, no valor de 362 milhões de dólares e montaram a 662.600 toneladas de carne, portanto, 20% mais do que o Brasil normalmente exportou nos anos anteriores, e mais 111 milhões de dólares e 193 mil toneladas até julho deste ano; mais grave que isso foram as autorizações concedidas.

O Brasil concedeu autorizações para importação de 1.129.500 toneladas de carne no ano passado. O comércio internacional de carnes, no total, é em torno de três milhões de toneladas. O mundo inteiro compra, por ano, três milhões de toneladas.

O Brasil emitiu guias de importação, no ano passado, no valor de 1.130.000 toneladas. O Brasil, sozinho, emitiu guias de importação no valor de cerca de mais de um terço do comércio internacional de carnes. Isso significa, para quem está acostumado a lidar com esses assuntos, um controle absoluto. Vocês imaginem o que ocorria se um país, normalmente exportador de petróleo, por exemplo, de repente se lançasse no mercado internacional para comprar um terço do que se vende de petróleo. O que significa, em termos, um total descontrole não só de preços, mas de fretes. O Brasil fez subir o mercado internacional de fretes, de seguros. O Brasil fez alterar totalmente os dados da questão da carne no mundo. Mais que isso, o Brasil tem o dever de solidariedade com os seus países irmãos, que vivem o mesmo drama de um país endividado na área externa. O Brasil tem, inclusive, tratados, acordos internacionais, tem participado de reuniões internacionais com países como a Argentina, o Uruguai, o México, a Venezuela, países como o nosso, endividados e que vêm consistentemente tentando ligar dois fatos, sem os quais nós não vamos sair da crise da dívida, que são os seguintes: os países credores desejam receber os capitais emprestados aos países devedores, com total liberdade de fluxo financeiro, mas se negam a dar liberdade de fluxo de comércio.

Quer dizer, o Brasil, a exemplo da Argentina, só para dar um exemplo, é cobrado com relação ao seu serviço da dívida, mas não pode vender produtos como carne bovina, por exemplo, nos países credores..

Ora, o Brasil rompeu isso quando fez as importações, rompeu esse laço de solidariedade política com os países, aos quais, ele devia algum tipo de atuação conjunta, até em razão de vários encontros havidos neste sentido. As entidades de produtores desses países nos procuraram, na ocasião, para nos cobrar por que o Brasil agia dessa forma, por que o Brasil abria mão dessa solidariedade numa hora tão crítica na política internacional.

Isso foi o que ocorreu com relação à carne bovina. Agora, os aspectos relacionados à sistemática, ou à mecânica das importações, à maneira como foram compradas, pagas, vistoriadas, transportadas, contratados os transportes internacionais, a descarga, a entrega, a distribuição no Brasil, se essa carga realmente chegou ao consumidor ou se foi desviada para a indústria, infelizmente uma entidade produtora como a nossa não dispõe de elementos para poder estar viajando pelo mundo para fazer fiscalização disso.

As informações de que dispomos são ou informações da imprensa, ou de pessoas que, tendo viajado lá por essa época, hauriu informações em contato com entidades de produtores desses países. De modo que, infelizmente, não posso, por questões de consciência, afirmar como se processou exatamente a vistoria dessa carne, os locais de origem, como se processaram as ofertas de compra, de que forma tudo isso funcionou. Acho que isso, certamente, os órgãos ligados diretamente ao comércio internacional, às indústrias, aos distribuidores de carne, podem melhor informar a esta Comissão.

Uma coisa, porém, posso afiançar: esta carne, por estar congelada, portanto, por estar em câmaras frias com temperaturas muito abaixo de zero, evidentemente, não pode ser vistoriada na ocasião do seu abate. Isto é uma questão lógica. Se o Brasil comprou carnes de estoques, evidentemente, os abates e a seleção da carne não puderam ter sido assistidos por veterinários nacionais. O Brasil comprou a carne já abatida, no caso da Comunidade Econômica Européia. No caso dos Estados Unidos, duzentas mil toneladas já eram da Comunidade Econômica Européia, dos seus estoques. Essa carne com mais de um ano, um ano e meio, dois anos, até dois anos e meio de frio. No caso dos Estados Unidos, o Governo brasileiro fez um negócio com a ACC — Acomodated, Credit, Corporation — dos Estados Unidos, que é a entidade que, oficialmente, subsidia as exportações americanas, o que o Brasil comprou foi o produto do abate, de vacas produtoras de leite, de um grande descarte efetuado pelo governo americano naquele período. Eram, portanto, vacas não engordadas, não preparadas especialmente para abate, eram animais de leite, produtores de leite, portanto, com uma idade de abate muito superior à normalmente consumida no Brasil, a grande maioria do gado brasileiro provém de novilhos engordados para abate, os cortes — isso podemos afirmar porque, inclusive, temos conhecimento pela chegada da carne aqui, preparação dos cortes e a sua distribuição no Brasil são cortes feitos de forma totalmente diversa do mercado nacional, com uma quantidade de sebo, de adiposidade, presença de rim, etc., que não guarda nenhuma correlação com a forma de distribuição de carne no Brasil. E, portanto, até se encontrou, apesar do subsídio feito pelo exportador, dificuldade para fazer com que o comércio varejista, os açougueiros, os supermercados distribuíssem essa carne no Brasil. Até hoje ela está, em boa parte, guardada nas câmaras oficiais.

Com relação ao problema do leite, é uma questão dramática. Por ocasião da edição do Plano Cruzado, 28 de fevereiro de 1986, estava autorizado pelo Governo nacional um aumento para o produtor de leite. O aumento havia sido autorizado na véspera e foi sustado no momento da

edição do Plano Cruzado. Ou seja, o produtor de leite no Brasil entrou no congelamento com o Governo brasileiro admitindo que ele estava trabalhando com prejuízo, porque já havia sido autorizado o reajuste. O preço do leite que é administrado no Brasil não é dado pelo mercado. Estivemos dois dias depois com o Ministro da Fazenda e fizemos ver a S. Ex^a que era impossível ao produtor, à grande massa, à totalidade dos produtores brasileiros de leite, que são pequenos produtores. A média de produção de leite nacional é baixíssima por indivíduo produtor. Que esses produtores de trinta, quarenta, cinqüenta litros/dia não são empresas públicas que podem ter as suas tarifas mantidas baixas artificialmente, porque, depois, o Tesouro subsidia. Eram produtores que iriam ter que vender o seu rebanho, iriam perder dinheiro, iriam, simplesmente, parar de produzir definitivamente, não teriam depois, recuperação. O Ministro reconheceu que assim era, tanto que havia um aumento prévio autorizado, devia ser entre 20 e 30%, mas que não se podia fazer nada, porque, como é que se iria quebrar um congelamento, imediatamente? Que o Governo iria estudar uma fórmula de conceder algum benefício indireto, ou através do subsídio de uma isenção de impostos ou alguma coisa que mantivesse esse produtor sobrevivendo enquanto não se tomava outras decisões a nível de preço. Depois de quase três meses, dois meses e pouco, acabou saindo o subsídio, que inclusive o Congresso Nacional aprovou, de 25% pelo período determinado, porém, como os meses de maior produção são os meses da safra, que são os meses de março, abril e maio, quando esse subsídio chegou já havíamos perdido. Ele já chegou insuficiente e fora de hora e, portanto, havíamos perdido a produção leitura, esta havia perdido a sua oportunidade de sobrevivência. E daí nós tivemos a pior entressafra de leite da história do Brasil. Porque a vaca de leite é uma máquina de produzir leite. O produtor compra a ração, portanto, paga a ração todo o mês, dá para a vaca comer, vende o leite e recebe o cheque. Se o cheque que ele recebe no fim do mês não der para pagar a ração para a vaca comer, ele é obrigado a soltar a vaca. Ele não tem como manter. Não há nenhuma outra sobrevivência prévia, a não ser vender a vaca e parar de produzir. Foi o que ocorreu e isso levou às maciças importações de leite em pó que, no começo, estimava-se em vinte e cinco, a trinta mil toneladas e, depois, passaram das cem mil toneladas, deve ter chegado a cento e setenta ou cento e oitenta mil toneladas. Eu não tenho o número exato final ainda. Isso implica num problema social enorme. O prejuízo da pecuária leiteira implica no fato de que quando você importa leite em pó, a grande maioria é de leite em pó desnatado, portanto leite integral, você já recebe o produto de pior qualidade para distribuição do que a pecuária leiteira poderia produzir. Você destrutura total e socialmente, a exemplo do que ocorreu com a avicultura por consequência da carne bovina do pequeno produtor de leite, que é o sustentáculo da produção nacional de leite. E, por último, chegou a coincidência do problema da explosão do incêndio da usina termonuclear de Chernobyl, na União Soviética, cuja suspeição de contaminação parece que, afinal, não foi comprovada, mas provocou também no Brasil uma espécie de trauma perante o mercado consumi-

dor que, durante muito tempo, foi afastado do consumo de leite, o que é muito ruim sob qualquer ângulo que se veja o problema. Quanto ao milho e ao arroz, eu os usei como exemplo da política geral, e agora estão tomando especificamente o que eles significaram de problemas para os produtores desses produtos. O caso do arroz é mais grave, a meu juízo, do que o do milho, nítida menor em volume de tonelada, importou-se mais ou menos três milhões de toneladas de milho e de arroz mais ou menos um milhão e quatrocentos, um milhão e meio de toneladas. Mas a importância relativa das importações foi muito maior no arroz do que no milho, primeiro, porque a lavoura de arroz sofreu menos com aquela perspectiva de seca e de quebra do que de milho; segundo, porque essas importações de arroz acabaram porque elas estavam submetidas diretamente a um sistema de contenção de preços porque o arroz só é consumido pelo homem, portanto, tinha uma vinculação direta no índice de preços, tiveram total prioridade as vendas dos estoques importados de arroz sobre as vendas dos estoques de arroz nacional.

Esse represamento no arroz, a utilização na capacidade de armazenagem e a ocupação dos espaços de venda no comércio foram muito mais prejudiciais aos produtores de arroz do Sul, principalmente da área mais avançada da risicultura brasileira, que é o arroz irrigado de Goiás e do Vale do Paraíba, no Estado de São Paulo, dos que sofreu brutalmente a concorrência, a competição com esse produto importado.

Ao passo que, com o milho, como o milho tem o consumo para rações ao lado do consumo humano, até maior o consumo animal do que humano, quer dizer, há muito consumo local do milho no interior, há muito grangeiro e muito produtor que, acaba usando o milho da própria região, não tem acesso às importações. Então, houve mais prejuízo para o produtor de arroz do que para o produtor de milho, no caso do represamento das importações e de ocupação de mercado. Com relação à ocupação dos armazéns, o milho prejudicou, tanto quanto o arroz, o produtor, porque ainda agora, neste ano de 1987, nos meses de fevereiro e março, uma boa parcela dos espaços dos armazéns em zonas produtoras estava ocupada por milho que havia sido transportado dos portos de Santos e Paranaguá para o interior do Brasil, uma vez que não havia armazéns disponíveis nas áreas dos portos e, quando começou a colheita de milho, uma parcela, dos silos e armazéns estava ocupada com produtos importados que não haviam sido consumidos, porque chegaram inclusive fora de hora.

Enfim, acho que foi um episódio muito negro para a agricultura nacional, para a produção rural do Brasil, e é preciso que se tirem lições desse episódio. Não é possível que erros desse nível possam passar despercebidos, sem que se tirem algumas lições para que não mais se repitam no futuro. Acho que, se com os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, os trabalhos aqui do Congresso Nacional, pudermos tirar os elementos necessários para que, através de uma legislação competente, uma legislação adequada, o País comece a perceber que, tendo desenvolvido uma sociedade industrializada, uma sociedade urbanizada, uma Nação onde 70% de seus habitantes moram na cidade, não é possível mais

continuar a manter a sua produção rural na dependência de atitudes e decisões de política econômica tomadas nos segundo e terceiro escalões, atropeladamente, sem levar em conta os interesses permanentes do País.

Isto só pode ser feito se houver uma legislação adequada. Não é possível que órgãos que foram criados para assessorar os Ministérios da área econômica transformem-se em juízes de última instância da vida econômica de um produtor. Isto não tem sentido algum, nós não vivemos mais no século passado, estamos vivendo o final do século XX. O país não pode mais viver à mercé desse tipo de decisão tomada sem informação, sem mecanismo de acompanhamento, como disse no início, e sem, até mesmo, base legal, porque, na realidade, são meros órgãos criados para assessoria e se transformam em executores de política econômica como se fossem mandatários do povo, como se tivessem recebido mandato do povo para tomar decisões nessa área.

Acredito, Srs. Senadores, que essa possibilidade de repetição do fato existe. Acredito que, enquanto o Congresso Nacional não tiver poder para decisão de aprovar uma lei agrícola nesse Brasil, uma lei que vincule as decisões relacionadas à produção nacional, importação e exportação de alimentos, a uma política clara, estável, que não possa ser alterada ao sabor dos acontecimentos, estaremos permanentemente sujeitos à repetição de fatos tão negativos como o que vivemos no final de 1986.

Estou à inteira disposição para qualquer pergunta, porque, o que queria trazer era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Passamos a palavra ao Relator, para que faça as indagações que julgar importantes.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Flávio Telles Menezes:

Como esperávamos, a sua exposição foi extraordinariamente útil, abrangente e permitiu a nós, interessados no problema agrícola do País, termos uma visão muito mais precisa e, até mesmo, dramática da realidade nacional no campo da produção, do abastecimento, enfim, de uma política que deveria existir, mas que simplesmente não existe. Nós verificamos que foi um verdadeiro escárnio à Nação os absurdos que se praticaram, verdadeiras insanidades contra os interesses nacionais; interesses do povo em geral, dos produtores, dos consumidores, enfim, um escândalo; e é para isso que estamos aqui, com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que está tendo as maiores dificuldades na sua ação. Vejam o desinteresse, muitas vezes, da própria imprensa, o desinteresse dos participantes. Tudo isso mostra um estado de estupefação diante da vida nacional, desinteresse e desânimo. Isso, em grande parte, é caracterizado pela impunidade da corrupção existente no Brasil e pela falta de providências. O povo já não acredita em mais ninguém, nem nos homens públicos nem no Governo. É preciso que se reaja a esse tipo de comportamento. Vamos cumprir o nosso dever, fazendo tudo que for possível para definir as responsabilidades. Que aqueles que escameceram dos seus deveres, das suas obrigações, venham a pagar não apenas com o preço, às vezes, da demissão, mas também com a reposição daquilo que furtaram do povo

brasileiro, com a reposição até mesmo da dignidade nacional praticada por homens públicos de todos os escalões. É preciso que se tenha conhecimento, como V. Ex^a demonstrou aqui, dessa brutal realidade, que foram as importações escandalosas e a ausência de providências até agora. Basta dizer, Ex^a, que estamos aqui nesta Comissão privados das informações do Gabinete Civil da Presidência da República, que se recusa praticamente a nos fornecer os acervos que foram pedidos da sua investigação, que nos vão propiciar elementos de trabalho interessantes e que nos permitirão realmente um ganho de tempo muito grande nas nossas pesquisas. Mas, apesar dos esforços do Sr. Presidente, apesar da insistência que temos feito, o Gabinete Civil não quer nos ajudar; não posso dizer que por falta de meios, mas para tirar xerox daquele acervo que tem lá custava nada. Se precisar, vamos lá ajudar, para poupar o gasto de papéis do Gabinete Civil.

Dr. Flávio, a sua exposição foi extraordinariamente útil para que possamos sentir, ver a realidade do que está-se passando, do que se passou neste País. Não tenho praticamente nenhuma pergunta a fazer a V. Ex^a, que fez uma exposição absolutamente útil a todos nós. Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO TELLES DE MENEZES — Obrigado, Senador.

O SR. CARDOSO ALVES — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. CARDOSO ALVES — Sr. Presidente, ouvi com grande atenção a exposição do Presidente da Associação Rural Brasileira, Dr. Flávio Telles de Menezes. Na mesma trilha do raciocínio do nobre Senador Mauro Borges, lamento que aqui não estivessem os líderes e mais eminentes Senadores desta Casa para ouvir a gravidade do que S. Ex^a acabou de dizer, com a chancela do cargo que ocupa, que é, talvez, o mais alto da representação da classe produtora do meu Estado, e com a competência e a seriedade que banham o seu trabalho, a sua dedicação e o seu esforço, no exercício do cargo de Presidente da Associação Rural Brasileira. Ele acabou de trazer à Casa justamente o que não é democracia participativa; justamente o que é feito à revelia da parte da população interessada no feito. Acabou de trazer à Casa justamente o que não é democracia de espécie alguma. Acabou de trazer aqui, à Casa, o que é feito nos gabinetes de determinadas autoridades em detrimento das classes mais interessadas. Sabemos que há inclusive um esforço para esconder os fatos que S. Ex^a trouxe à Casa, do conhecimento da população brasileira. Sabemos que há, inclusive, um esforço para impedir a punição daqueles que de maneira tão injustificada, impuseram ao produtor de carne brasileiro, de arroz, de milho e de leite, para nos atermos apenas aos produtores de cesta básica, produtos que compõem a cesta básica, para sabermos o prejuízo que foi causado a esses produtores. E muita gente, muito embora confundindo as coisas, julgue que os produtores, principalmente de milho, de arroz e de leite sejam os pequenos produtores, aqui não vieram ouvir o Presidente da Sociedade Rural Brasileira. Assim, não podem conhecer em profundidade o que foi feito em detrimento do pequeno produtor brasileiro.

É preciso que a Nação saiba que na safra de arroz do ano passado muita gente não colheu o arroz que plantou, porque não tinha a mínima possibilidade de reaver aquilo que seria gasto adicionalmente com a colheita. Muita gente deixou que se perdesse o arroz plantado.

Então, Sr. Presidente, em face da gravidade desta situação da minudência, da seriedade e da abrangência da exposição do Dr. Flávio Telles de Menezes e considerando que, infelizmente, a Casa não foi povoada como deveria ser por aqueles que tanto se preocupam com a democracia participativa, com a influência dos interessados nos atos do Governo, com a moralidade pública, com o acerto das medidas governamentais, com o fortalecimento do produtor, com as garantias que devem cercar as pequenas propriedades, com a produção de alimentos no Brasil, com a assistência a grande parte dos marginalizados, do conforto, do bem-estar, do mínimo de dignidade que os Governos e a sociedade estão no dever de garantir a essas massas, com a situação de fome, de miséria que se abate sobre grande parte do território brasileiro, como não estão aqui, queria sugerir a V. Ex^a que pleiteasse à Mesa do Senado Federal a edição de separatas do depoimento do nobre Presidente da Sociedade Rural Brasileira para que todos ficassem sabendo do seu depoimento. E mais: para que todos ficassem conhecendo o seu espírito público que, de resto, traduz o espírito público das classes produtoras brasileiras, na sua grande preocupação com alimentar o povo brasileiro, com viabilizar a pequena propriedade brasileira, com fortalecer o pequeno produtor do campo, com defendê-lo, com torná-lo agente ativo do desenvolvimento do País, que é a única forma de melhorar a sua qualidade de vida, de soerguer os seus salários e garantir aos pequenos, aos marginalizados, aos doentes aos famintos, aos miseráveis um degrau para que possam ser promovidos humanamente no campo da educação, da saúde e da vida social em geral. Sugiro isto a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Presidência examinará essa proposta do Constituinte Cardoso Alves e, de algum modo, fará chegar ao conhecimento da sociedade brasileira, de modo especial, aos setores produtivos da agricultura do nosso País. Gostaríamos de alinhavar umas questões para, em algumas, aprofundarmos e outras tratarmos com mais especificidade, se assim for possível, e começariamos uma indagação relativa aos quantitativos.

O Sr. acredita que os grandes volumes de importação podem ter ocorrido por divergências entre fontes de informação — IBGE e CFP — ou teriam sido pela recuperação da safra 1985/1986, após o mês de janeiro de 1986.

O SR. FLÁVIO TELLES DE MENEZES — Acredito que as decisões iniciais se basearam na clara situação de que era de safra identificada no final de 1985. A partir daí as relações entre as informações oriundas do setor produtivo e os órgãos de governo passaram a ser cada vez mais distantes à medida que o tempo passava. O próprio processo político normal de administração do congelamento de preços criou um estado de espírito, dentro da administração pública, nobre Senador, em que qualquer informação no sentido de tranquilizar com relação ao aumento de produção

era encarada com reservas. Só posso atribuir esse fato ou esse estado de espírito à necessidade de preservação do congelamento de preços e à manutenção da quantidade de estoques disponíveis suficientes para suprir o abastecimento sem que isso causasse riscos ao congelamento. Em outras palavras, se o Governo tivesse que errar, que errasse por ter estoque demais do que ter estoque de menos, era essa a sensação que tínhamos quando das reuniões com as autoridades ligadas à área. Se fosse para tomar uma decisão baseadas em informações divergentes, que essa decisão se tivesse tendo em vista sempre a manutenção de mais estoques do que de menos estoques. Esse o estado de espírito que a gente sentia na ocasião. É até aplicável porque como havia muito pouco estoque proveniente do ano anterior, o Governo deveria ter-se sentido bastante desrido de reservas de alimentos para enfrentar uma eventual quebra total da safra. Acontece, porém, que os órgãos específicos que tratam desse assunto são os órgãos ligados ao ministério da produção, que é o Ministério da Agricultura. Portanto, as estimativas de produção da CFP, vinculadas a seus escritórios, e que têm também informações também oriundas da Secretaria de Agricultura, e que são também fontes de informações para o Cinab, já vinham alertando para a necessidade dessas importações nos volumes em que afinal se processaram. Isso aí tenho que responder mais como uma impressão, porque não estou dentro da cabeça das pessoas para saber o que elas pensaram, mas a impressão nítida que nós tivemos, já aí a partir do final da safra, é a de que os critérios de preservação da estabilidade de preços, do congelamento de preços, tinham prioridade absoluta com relação a quaisquer outros critérios. Na realidade, ainda que houvesse confiabilidade na informação no sentido de que não haveria quebra prevista inicialmente, manter-se-ia a decisão porque a presença de estoques adicionais no Brasil seria um instrumento a mais na mão da área confrôndadora de preços para conseguir, de qualquer forma, manter o congelamento, ainda que isso significasse preços abaixo de custos, etc. Então, sinto que a manutenção de importação foi, a partir de um determinado momento, muito mais relacionada ao compromisso da manutenção do congelamento de preços do que propriamente a decisões de caráter técnico, preocupações com estimativas de produção. Já não pensava tanto se ia ter ou não produção, o importante era refazer esses estoques, esses volumes de alimentos naquele momento, a qualquer custo que fosse.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Sobre as informações da reação da safra agrícola, após principalmente a expectativa de seca que acabou sendo modificada pelo clima principalmente no Sul, V. Ex^a tem conhecimento dos documentos que informavam os órgãos de decisão do Governo, e se havia tempo hábil em relação aos contratos internacionais ou às compras ou às importações que estavam sendo encaminhadas, para impedí-las?

O SR. FLÁVIO TELLES DE MENEZES — Sem dúvida, em primeiro lugar, as Secretarias de Agricultura mais bem preparadas produziram revisões de estimativas, primeiro de plantio e depois de colheita, a períodos regulares, que são de 30 a 60 dias, nos Estados de São Paulo, Paraná, Rio

Grande do Sul, por exemplo que são os três maiores Estados agrícolas, e que têm esse serviço. Ele não só existe e, portanto, por existir, já seria, vamos dizer, quase que obrigatório que, num momento como esse, as autoridades responsáveis pela importação dele fizessem uso, como também são divulgados publicamente, são até publicados em jornais e a opinião pública tem conhecimento dele.

Além disso, há um serviço de informações do Ministério da Agricultura que se preocupa em colher dados, em sistematizá-los, etc., porque o serviço de estatística do IBGE, que V. Ex^a me perguntou anteriormente, é um serviço feito a posteriori. Ele apenas constata, depois de algum tempo, a produção desse ou daquele produto, nessa ou naquela região. Mas a Secretaria de Agricultura tem um acompanhamento sobre o ato, e a CFP, finalmente, que é um órgão federal, a Comissão de Financiamento da Produção, tem também elementos de avaliação permanentemente atualizados, porque o Governo, na sua área financeira, precisa saber quanto vai necessitar de recursos financeiros para a IGF, para a AGF, para poder comercializar a safra.

Todos esses elementos eram disponíveis. O que parece que não houve foi, primeiro, a coordenação, a nível de CENAB, entre os órgãos da Agricultura, no sentido de que isso se processasse em tempo hábil para formular o juízo de importação, e depois as importações maiores se processaram no segundo semestre de 86, quando a safra já tinha sido colhida. Havia, portanto, tempo hábil para que se desfizessem alguns desses negócios. Aliás, alguns deles que ainda se mantiveram pelo primeiro semestre de 87, o Governo chegou a determinar estudos no sentido de que se desfizessem, ainda que com algum prejuízo financeiro, ou não ocupassem espaços de portos, de armazéns internos, com mercadorias que já não eram necessárias. Isso chegou a ser estabelecido, mas não chegou a ser decidido, inclusive o estudo chegou a ser encorajado para algumas importações de milho, de arroz, no começo do ano de 1987.

Em alguns casos, realmente, haviam tratados internacionais, que são quase que compras compulsórias, digamos assim, acordos bilaterais, por exemplo: com o Uruguai, o Brasil tem um acordo bilateral em que ele se compromete, todos os anos, a adquirir uma certa quantidade de carne bovina e de arroz, o que teria que depender de uma renegociação, mas acho que essas renegociações são sempre possíveis, quando o Governo considera que há um fato suficiente para que se abra uma negociação, sempre os países estão dispostos a sentarem às mesas de negociações e adiarem as cotas para anos posteriores, sempre há a possibilidade de se tomarem decisões capazes de preservar a produção nacional, quando isso é fator de convencimento hábil da autoridade.

Acho que o fator tempo, nobre Senador, não teria sido o fator impeditivo. Acho que a falta de coordenação, no início, entre os diversos órgãos, o excesso até de órgãos que trabalham com a assunto abastecimento no Brasil, e, depois de um certo ponto de julho, quando o assunto congelamento de preços se transformou também num assunto político muito importante, fez com que começássemos a sentir as decisões mais de caráter político em relação ao congelamento do que

propriamente com relação a volume de abastecimento, etc.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Existem indicações de que parte das importações podem ter-se originado de interesses de grupos econômicos particulares, e não do interesse de abastecer com normalidade o mercado nacional?

O SR. FLÁVIO TELLES DE MENEZES — Bem, isso é até da lógica do sistema. É evidente que todas as vezes que existe a possibilidade de abastecimento de matérias-primas industriais ou de produtos que possam ser comercializados com boa margem de lucro, e isso ocorre toda vez que se tem um subsídio oferecido pelo vendedor do produto, os grupos econômicos interessados evidentemente não só se candidatam a fazer uso da possibilidade, como até estimulam que isso se mantenha e, certamente, no caso do ano passado, relativo ao ano passado, havia esse interesse, por exemplo: importações de leite em pó pronto para o consumo, e não leite em pó para ser reidratado, leito em pó em lata. Isso já é até assunto de comércio a varejo, de distribuição de produtos alimentícios e que não devem dizer normalmente respeito a decisões de política de abastecimento. Existindo possibilidade, encontrando-se aberta a válvula das importações sem nenhum tipo de proteção ao produtor nacional, é lógico que o comércio e a indústria podendo fazer uso disso e farão sempre e, na minha visão, faz parte até da lógica do sistema.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — V. S^{ta} teria condições de indicar alguns grupos que teriam sido beneficiados com essas importações?

O SR. FLÁVIO TELLES DE MENEZES — Não, acho que as importações, a partir de um determinado momento, é difícil precisar se foi em setembro ou outubro — elas passaram abertas livremente, qualquer pessoa jurídica, no Brasil, desde que tivesse recursos para fazer as importações, podia ir à CACEX e pedir a guia.

Não houve, naquela fase mais crítica, setembro e outubro, sequer a preocupação de licitações, ou concorrências, era simplesmente aberta a importação a qualquer grupo nacional que desejasse importar produtos. Conheço casos de certas prefeituras, e grupos de varejo do interior do nosso Estado, que normalmente passaram a ser importadores de alimentos e vender diretamente, ou comprar em países vizinhos, ou fora de nossa órbita, se candidatando a participar desse festival de importações. Agora, os maiores importadores eram certamente os ligados à área de comércio exterior; são empresas que tradicionalmente importam produtos alimentícios no Brasil, são grandes redes de supermercados, cujos nomes acho que a CACEX poderia fornecer, sem qualquer problema, são documentos públicos, são os que mais fizeram uso dessa permissão.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A isenção de impostos e o benefício creditício concedidos aos produtos importados, teriam condições de rebaixar o preço final desses mesmos produtos, de forma a transferir os incentivos ao consumidor? De outra forma, houve equalização dos preços dos produtos importados, sem impostos, beneficiados pelo crédito e de produtos nacionais, tributados e sem outros benefícios? Se houve equalização, poderemos inferir que os subsídios

decorrentes foram apropriados pelos consumidores? Qual o grupo sócio-econômico que mais se beneficiou desse benefício?

O SR. FLÁVIO TELLES DE MENEZES — Depende de produto a produto. Produtos como o arroz, por exemplo, cujo tabelamento era muito baixo, mesmo com a isenção de impostos, o Governo ainda tinha, de alguma forma, de subsídiar o produto. O milho também, o fornecimento de milho para as granjas integradas, ou para as indústrias de rações, que também foram outras beneficiadas desse processo de importação, recebiam através dos leilões feitos pelo Governo — "leilões", porque o preço era estabelecido fixo — apesar da isenção de ICM, apesar de tudo isso, o Governo ainda era obrigado a vender o produto abaixo do seu custo de compra, tal o grau de intervenção que havia na economia, naquela ocasião.

Em última análise, o benefício concedido se é que se pode chamar de benefício, foi dado aos índices de inflação. Os índices de inflação foram mantidos baixos artificialmente durante um período mais longo do que poderia ter sido, através de mecanismos artificiais como este. Mas, não acho que ninguém tenha sido beneficiado, porque isso tem um custo para a Nação. Se a Nação compra milho a 120 dólares a tonelada e vende 70, alguém vai pagar esses 50 dólares de diferença, alguém é toda a sociedade brasileira. Depois isso recai sobre o déficit público, sobre a taxa de inflação reprimida que vai aparecer. Num primeiro momento, isso significa a manutenção de preços estáveis, se for o caso do milho e da ração, em que a granja integrada ou o fabricante tem aquele produto à venda, se for o caso do arroz ou do feijão é o consumidor humano direto, é o cidadão que consome, ou a carne bovina, também, é o cidadão que consome. Agora, um último grupo que pode se beneficiar disso, no caso da carne bovina, é o segmento que industrializa a carne bovina. Porque, como a carne bovina tem dupla finalidade, tanto se pode consumir diretamente, através da carne *in natura*, como ela pode ser matéria-prima ao processamento industrial; e aí, nesse caso os preços finais dos produtos industrializados com o subsídio eram muito inferiores aos preços praticados no Brasil. Havia uma margem de benefício e não o subsídio dado pelo Governo, no caso da carne bovina, em que o preço era tão baixo e o Brasil estava trabalhando com preços internos em torno de mil a mil e cem dólares a tonelada, e os preços de importação eram de 630 a 650, até 680 dólares. Com o CIF posto aqui, no Brasil, e mais as despesas de frete interno, ficaria por 750 dólares. Haveria uma margem, se isso foi dado ao consumidor ou se houve desvio, penso que é uma boa coisa para ser esclarecida nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque entrou muito mais carne do que se esperava. É preciso saber para onde foi uma parte dessa carne.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — V. Ex^{ta} teria uma observação, um ponto de vista? V. Ex^{ta} pensa que esse processo foi distributivo, foi um elemento distribuidor de rendas no País, produto ou consumo?

O SR. FLÁVIO TELLES DE MENEZES — Penso que não. A distribuição de renda pressupõe a existência de uma renda a ser distribuída. A

meu ver, o que houve foi um benefício concedido, digamos, uma assistência pública concedida, sem previsão orçamentária, de uma forma indiscriminada, sem que o grupo social identificado fosse beneficiário direto desse subsídio, dessa assistência e com recurso que a Nação não tinha. Portanto, quando se distribui o que não existe, não há distribuição de renda. Está-se distribuindo artificialmente ou falsamente. Está-se criando uma falsa sensação de bem-estar social que, no fundo, é uma distribuição de frustrações políticas que, penso, não fazem muito bem à Nação, em detrimento, no caso, de um setor legítimo desta que é o setor produtivo nacional, porque essa "distribuição" de benefícios à custa do Erário e do produtor tem certamente um custo grave social no campo. Temos conhecimento de que neste ano, justamente, houve um grande problema de insolvência financeira no setor produtivo agrícola em diversas regiões do interior do Brasil e o Governador do Paraná, há poucos dias, nos declarava que justamente no processo fundiário foi o momento em que houve o maior grau de êxodo rural e de venda de pequenos estabelecimentos, propriedades em algumas regiões. No vale do Ival, por exemplo, nessa época os produtores de feijão, de arroz não conseguiram manter a sua propriedade. A meu ver, não houve distribuição de renda.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — À definição dos volumes importados antes mesmo da edição do Plano Cruzado pode ser entendida como medidas preliminares para segurança do Plano de estabilização?

O SR. FLÁVIO TELLES DE MENEZES — O Plano teve uma gestação sigilosa. Eu não saberia dizer a partir de que momento o Governo se preparava para adotá-lo. Essas reuniões a que me refiro que, acredito, deram origem a esse pensamento que volto a frisar, um pensamento justo, a idéia de que iria faltar alimentos no Brasil teve como origem uma causa justa. Havia uma quebra de safra em perspectiva no final do ano de 85, que temos — para sermos exatamente justos — de levar em consideração. O que eu não sei, como eu disse era sigilosa a gestação do programa, e se já em dezembro de 1985, havia a preocupação com a formação de estoques por causa do Plano. Certamente, a preocupação era por causa do abastecimento normal que qualquer país deve ter. Não saberia dizer a V. S^{ta} se isso já guardava uma relação com o Plano em si, porque não sei se em dezembro de 1985 o Plano já estava numa fase adiantada de gestação, ou se ainda era simplesmente uma idéia na cabeça de alguns economistas.

Lembro-me, Sr. Senador, que logo após o Plano haver sido editado ainda havia por parte, tanto do Governo como da sociedade, uma grande dúvida: se o Plano iria ser expansionista ou recessão-nista. Ninguém sabia ao certo no Brasil, naquela ocasião, se iria haver um grande crescimento econômico, ou se haveria algum risco até de alguma redução do nível de atividade econômica. Pessoalmente, estou convencido de que as legítimas preocupações iniciadas com aquela safra diziam respeito ao abastecimento na entressafra seguinte, fosse qual fosse o Plano econômico que estivesse em vigor.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A sociedade rural brasileira teria condições de, produto a produto, exprimir quantitativamente os prejuízos que as importações causaram ao setor produtivo nacional?

O SR. FLÁVIO TELLES DE MENEZES — No momento, eu não os tenho, mas posso me comprometer de enviar a V. Ex^a, no prazo adequado, quais as importações, o consumo nacional, quanto sobrou da produção, ou seja, quanto ficou retido do estoque excedente, o que chamamos de **carry-over**, dos principais produtos: arroz, milho, leite em pó e carne, que foram os quatro produtos principais nesse período, sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Solicitaremos que esses dados fossem encaminhados à Comissão para a instrução do inquérito.

Se a carne não tivesse sido importada, o Sr. entende que teria sido possível manter os preços estabilizados, ao longo da existência do Plano Cruzado? Que consequências teria tido para o abastecimento interno a não importação?

O SR. FLÁVIO TELLES DE MENEZES — Sem dúvida, não teria sido possível, como, aliás, não foi nem com a importação.

A realidade mostrava que o processo do abastecimento de carne bovina sofreu, em 86, os seguintes efeitos: em primeiro lugar, uma explosão da demanda de carne bovina no Brasil — um salário mínimo comprava 17 e poucos quilos de carne em fevereiro de 86 e o salário mínimo do Plano Cruzado, em março de 86, passou a comprar 25 quilos de carne de primeira. Portanto, houve um crescimento da relação de compra entre salário e carne, da noite para o dia, de 50%. Não há nenhuma possibilidade econômica de manutenção de preço, quando ocorre um fenômeno como esse.

A economia tem limites físicos. Um aumento de poder de compra de 50% da noite para o dia produz efeito sobre os preços, que são indicadores das relações de demanda e oferta.

Certamente, as importações contribuíram para que essa defasagem de preços fosse menor do que teria sido sem elas. Nessa ocasião, houve uma retenção de fêmeas, de matrizes — o abate de fêmeas, no Brasil, que tradicionalmente é entre 30, 32, 33%, caiu nos meses de agosto, setembro e outubro e crescentemente essa queda, para níveis que chegaram a 7,8% — e a queda de oferta, em função disso, nos meses críticos, de entressafra, foi maior do que normalmente é em qualquer época do ano anterior.

Portanto, a possibilidade material, real de preços estáveis para a carne bovina era inexistente, não havia como manter essa possibilidade no Brasil. Não havia, mesmo que o Brasil tivesse recursos financeiros suficientes para isso, tivesse dólares, que o mundo tivesse carne e que os nossos esquemas de transporte e distribuição fossem perfeitos, não haveria condições de abastecer, naquela ocasião, toda a demanda nacional sem que os preços se alterassem. Era algo extraordinário o crescimento da demanda naquele momento e os preços estavam, realmente, desalinhados, e o desalinhamento de preços provocava uma excitação da demanda por carne bovina, que não seria jamais atendida sem que os preços voltassem a se alinhar.

Quero lembrar que isso não se deu somente na área de carne bovina, deu-se numa série de outros produtos no Brasil, sem que o Governo tivesse tido a preocupação de fazer importações. Quer dizer, havia escassez, também, de outros produtos industriais, etc., de serviços, mas não houve essa preocupação de importações nesse momento; ao contrário, houve até preocupação do Governo de subir os preços desses produtos, através de mecanismos fiscais, ou de contenção de financiamento, no caso, por exemplo, de veículos automotores, etc., no sentido de esfriar a demanda.

Creio que, certamente — aí já estamos entrando no campo subjetivo, que é o de avaliação de políticas econômicas — mas, certamente, teria produzido melhor efeito um realinhamento de preços por ocasião dessa crise de demanda e o Brasil teria gasto muito menos recursos externos e teríamos ajustado a economia de uma forma muito menos penosa do que foi feita a partir de fevereiro/março deste ano, quando o plano, finalmente, malogrou. Naquela ocasião, a poupança nacional caiu, o consumo subiu — quer dizer, não foi só uma questão de salários e de rendas, derivadas do emprego, foi também um desequilíbrio entre poupança e consumo nacionais, uma série de problemas de desajustes.

Não querendo fugir muito da sua pergunta, que é muito objetiva, a resposta é não. Não teria sido possível manter os preços estáveis sem essas importações de carne bovina. Aliás, nem com ela foi possível conseguir. É do conhecimento público a existência do ágio durante todo o período de entressafra e, portanto, a resposta é esta.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Dentro da expectativa de aumento do consumo per capita, por exemplo, de um modo geral do povo brasileiro e, particularmente, em relação ao aspecto da carne bovina, que tem um ciclo de 5 a 7 anos para reagir e quais seriam as propostas que a sociedade oferecia para esse equacionamento de um desafio desse gênero?

O SR. FLÁVIO TELLES DE MENEZES — Bom, eu acho que o Brasil tem dois caminhos: o primeiro é o caminho do investimento no homem que produz, é o caminho do bem de eficiência produtiva, do rebanho nacional e da pecuária nacional. Isso só se obtém quando tem pesados investimentos de capital humano e pesados investimentos de equipamento no setor. Se você, por exemplo, obtiver — e isso é possível no Brasil — um encurtamento do prazo final do abate, na idade do animal, você obtém um aumento da taxa de desfrute do rebanho, que ainda é baixa no Brasil, varia em torno de 13, 14% — há países, como a Austrália, onde chega a 34% e a Argentina 25%, 26% — é possível obter ganhos de produtividade importantes nesse setor no Brasil, o que leva ao barateamento do custo de produção. Toda vez que você tem um ganho de produtividade, você tem um barateamento. No primeiro momento, não, no primeiro momento é o produtor individual que faz o ganho, que se apropria do lucro. Mas, esse ganho serve, evidentemente, de efeito-demonstração: o vizinho faz, o outro faz, quando mais da metade das pessoas fizerem, aí o aumento de produção derruba o preço e o consumidor que vai se beneficiar.

Todo progresso industrial do mundo foi feito assim, bem como todo progresso agrícola. Então,

o primeiro caminho é o da eficiência produtiva e isso depende de uma política estável, num produto de ciclo longo, como é a pecuária de corte.

O segundo ponto é o problema fiscal. Nós temos uma estrutura fiscal no Brasil que é absolutamente errada: é socialmente injusta; é, do ponto de vista produtivo, desestimulante e, portanto, precisaria ser reformulada a Federação brasileira, os Estados brasileiros têm a sua principal fonte de renda no imposto indireto, que é o ICM, que incide sobre a produção. Os Estados agrícolas têm, portanto, a sua fonte de renda em cima do imposto da produção agrícola, ao invés de ser sobre a renda, quer dizer, isso é socialmente injusto, porque todos consomem produtos agrícolas e, portanto, aquilo onera toda a sociedade brasileira, de forma desproporcional, onera mais os mais pobres que os mais ricos.

A estrutura de tributação brasileira é mais ou menos a seguinte: quanto mais você produzir, mais imposto você paga, porque o imposto é diretamente proporcional ao volume produzido. E isso tem que ser mudado, terá que ser mudado, pois os países não conseguem incentivar suas produções quando o nível de tributação é em torno de 20% do preço final. O preço dos produtos agrícolas é um dado, o produtor não forma preço na agricultura, ao contrário do que a indústria faz.

O produtor tem seus preços formados, ou pelo mercado internacional, ou por políticas de Governo. Se sobre este preço você faz incidir uma cunha fiscal de 20%, tudo o mais então é tirado da renda do produtor. Não acredito que o produtor se sentisse mal se pagasse imposto sobre uma renda que ele tivesse; ele se sente mal quando paga imposto sobre uma renda que não tem, quer dizer, sobre o preço final do produto, tenha ou não lucro. O produtor de feijão ou arroz, quer ganhe, quer não ganhe dinheiro naquele ano, paga 17% de Imposto Sobre Circulação de Mercadoria, isso não é justo, seria justo se ele pagasse sobre a renda que ele realmente obtém e não sobre o produto.

Eu acho que o caminho passa por essas duas vias. O Brasil é um País que não pode subsidiar a sua agricultura. O Brasil não tem recursos para subsidiar a agricultura, como têm os Estados Unidos, o Japão, a Comunidade Econômica Europeia, mas se ele ao menos parasse de transferir renda da agricultura para os outros setores da economia, já estaria, vamos dizer, abrindo uma boa margem de crescimento, de eficiência produtiva no campo.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A que o Sr. atribui a excessiva autorização de importação de carne? Esta excessiva autorização chega ao conhecimento dos exportadores? O Sr. tem evidências a respeito? No caso de fretes, seguros, quais são as evidências dos transtornos causados? A quem interessaria importar mais de um milhão de toneladas de carne? Interessaria tão-somente para deprimir os preços internos?

O SR. FLÁVIO TELLES DE MENEZES — Bom, que o conhecimento das autorizações é público, não há dúvida alguma; porque toda vez que é emitida uma guia de autorização, o detentor dessa guia, evidentemente, vai ao mercado em busca de quem lhe forneça esse produto. De modo que o mercado passa a receber essa informação im-

diatamente, através de consultas por telex, telefônicas, etc. O mercado internacional passa a ter conhecimento de que um País determinado vai fazer uma aquisição, e isso interfere, evidentemente na formação de preços do produto em si.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — No caso do europeu, houve informações de que o valor em dólar da tonelada subiu de 400 e pouco para 600 e pouco, só pelo anúncio da compra?

O SR. FLÁVIO TELLES DE MENEZES — É provável que isso tenha acontecido, inclusive, na realidade, a importação de 200 mil toneladas não foi feita de uma vez só, houve duas, duas tranches de 100 mil. E a segunda importação já foi 50 dólares mais cara do que a primeira, o que é uma evidente consequência da presença do Brasil no mercado internacional fazendo as aquisições. E as aquisições posteriores, feitas por outros países na Europa já foram por preços mais altos ainda, o que demonstra que há uma evidente consequência sobre os preços, sem dúvida alguma. Agora, com relação aos fretes e serviços, há duas formas, duas razões que explicam o encarecimento dos custos. Primeiro, a quantidade concentrou-se em um espaço muito curto: o Brasil queria comprar carne e precisava recebê-la imediatamente. Portanto, correu em busca de frete e concentrou os pedidos para receber a entrega em um prazo muito curto. Segundo, a falta de capacidade de desembarque dos portos retinha os navios parados por um tempo além do necessário o que se faz com que se reduza a oferta do frete. Um navio parado com carga dentro, é um navio que está fora do mercado de frete. Ele está provisoriamente, durante um espaço de uma semana, 5 dias, 10 dias, sem poder oferecer o seu frete novamente. Então, a combinação desses fatores, evidentemente, torna mais caro todo o processo de transporte etc. Também o frete interno viu-se pressionado nesse momento, porque eram grandes lotes a serem desembarcados que exigiam a presença de uma enorme quantidade de carretas frigoríficas à disposição, porque os navios, não devem sofrer uma solução de continuidade muito grande, é muito cara a paralisação, a parada do navio no porto. Então, os contratos exigiam a presença de 30, 40, 50 até mais carretas frigoríficas à disposição no desembarque. Então, havia aquela fila de caminhões esperando o desembarque, todos eles fretados, todos eles já por conta da Interbrás, que era o órgão encarregado de entregar o produto depois à Cobal ou à empresa privada que fosse fazer a distribuição, todos ganhando por estadia, permanência etc. Então, tudo isso provocou um encarecimento nos fretes nessas operações todas.

A última parte da pergunta era com relação a quem interessava isso?

Tenho a impressão de que era para tentar manter o congelamento de preços. Da parte do vendedor, acho que era para se desfazer das posições e manter o seu produtor devidamente protegido. Da nossa parte aqui, acho que não era deliberadamente para derrubar preço, mas para manter o preço; para tentar conciliar a determinação política do congelamento com uma situação de escassez crítica em um momento político importante também. Não posso atribuir a uma delibe-

rada decisão, acho que foi mais zelo do que má fé.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Bem, de modo geral nós temos observado, acompanhado e ouvido aqui colocações que tratam muito da generalidade da questão, isto é, do prejuízo que trouxe à economia brasileira, ao setor produtivo agrícola e também de uma personalidade culpada sempre apontada, que é o Governo. Mas, é evidente que nós não podemos colocar o Governo nas grades, esta Comissão não chegaria a uma definição, talvez, de sua finalidade maior se não chegasse a detalhes mais específicos dessa questão.

Qual é a sua expectativa do papel desta Comissão do Senado Federal em relação a essa questão? O que que a Sociedade Rural Brasileira, através de seu Presidente, espera de uma comissão desse gênero? Qual a sua expectativa? Gostaria de ouvir.

O SR. FLÁVIO TELLES DE MENEZES — Senador, acho que essa é a pergunta mais importante que poderia ter sido feita aqui hoje. A minha entidade e eu pessoalmente quando falo, acho que posso falar em nome de quase todo o produtor brasileiro, o que nós esperamos é que o Parlamento brasileiro siga o exemplo de parlamentos de outros países que passaram por experiências históricas semelhantes e que souberam tirar dos fatos ocorridos as lições adequadas. O que esperamos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, é evidente que como cidadão cada um espera que quando apuradas as responsabilidades que haja a punição dos culpados mas, além disso, do problema específico de apuração de responsabilidades pessoais, o que o profissional da agricultura deseja é que se estabeleçam as condições para que não mais se repitam erros que causem prejuízos indiscriminados ao produtor.

É muito difícil, acho que a Nação jamais saberá quanto cada produtor rural, cada cooperado, pessoalmente, teve de prejuízo porque não pôde colher a sua roça de arroz ou porque não conseguiu vender o seu milho a um preço que pagasse a sua dívida no banco; isso é impossível obter, não temos recursos, hoje, para ir pessoa a pessoa perguntar quanto perdeu naquele ano de 86. Mas, se ele puder recuperar a confiança, a credibilidade no sistema, a certeza de que o Congresso Nacional, o Congresso brasileiro pode dotar o País de uma lei agrícola que impeça decisões de política agrícola que repetam os prejuízos causados em 86, acho que esta Comissão terá produzido um efeito extraordinário, terá inclusivamente modificado historicamente algo que outros países fizeram, exatamente através dos seus Legislativos, tanto nos Estados Unidos como na Europa foram os parlamentos que modificaram as políticas agrícolas, não foram os Executivos. Isso nasceu de um trabalho realizado dentro dos parlamentos, e que depois - no caso da Comunidade Européia - se transformou em tratado internacional. A política agrícola da Europa não pode ser alterada por qualquer país individualmente. A França pode ter, por exemplo, o seu Governo alterado por eleições, mas não alterará — a França de Mitterrand ou de Chirac tem que obedecer — uma política agrícola comum através de um tratado internacional assinado em Roma, em 61.

O Governo americano, tanto faz ser do Partido Republicano como Democrático, obedece a uma lei agrícola que o Congresso americano aprova e que vigora durante três anos, durante cinco anos, durante um período de tempo que estabelece limites de atuação do Poder Executivo.

Acho que o que a agricultura espera, o que a minha entidade espera, o que eu pessoalmente espero como decisão final desta Comissão seria a publicação de que erros desse jaez não se repetissem através da influência do Congresso Nacional na formulação da lei agrícola.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Obrigado.

Concedo a palavra, ainda para indagar, ao Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Gostaria de indagar do ilustre convidado se essa carne bovina que importamos, comparada à que exportamos, qual a qualidade dela? Da que chega e da que sai?

O SR. FLÁVIO TELLES MENEZES — A carne proveniente dos estoques da Comunidade Européia e dos Estados Unidos, que perfizeram, só de importações oficiais, 200 mil toneladas, é de qualidade muito inferior à produzida no Brasil. No caso da Comunidade Européia, o problema de qualidade não é tanto da origem em si do produto, é evidente que a pecuária da Europa é uma pecuária boa também. Aliás, até em alguns aspectos melhor que a nossa. Ocorre, porém, que nos estoques da Comunidade Européia são guardados os excedentes, e ninguém guarda o que tem de melhor, os armazéns frigoríficos são muito menos exigentes que o consumidor. Toda vez que existe excedente, o que vai para a câmara frigorífica não é o que há de melhor, o comércio de qualquer país consome, em primeiro lugar, o que há de bom e guarda o que sobra, que é o que há de pior. E como toda vez que se coloca alguma coisa numa câmara frigorífica, o que sai é aquilo que se colocou com mais o problema da decorrência do espaço de tempo, ninguém tira de dentro de uma câmara algo melhor do que colocou, sempre tira alguma coisa de igual para um pouco pior, então, o que vem da Europa não é a melhor carne, portanto carnes de qualidade inferior à que exportamos. No caso dos Estados Unidos, já havia inclusive mencionado de passagem, que como se tratava especificamente de um descarte de vacas leiteiras de muita idade e não preparadas para abate, a carne é tão ruim que o próprio consumidor brasileiro, que não é dos mais ricos do mundo e não tem grande condição de estar exigindo, não teve condições de consumir e uma boa parte dela está ficando por aí, e vai ter até que ser industrializada.

As importações feitas, no entanto, da Argentina, do Uruguai e do Paraguai foram de carne de boa qualidade, mas o preço era maior do que o da carne vindas de outros países.

Em síntese, as exportações de carne brasileira são de excelente qualidade. Tanto que exportamos carne para praticamente todos os países do mundo, só havendo uma certa restrição em relação aos Estados Unidos, devido ao problema da astosa. Mas exportamos para a Europa, para todos os países da Comunidade Européia, para a Suíça,

carne da melhor qualidade. Na média, a carne importada era pior do que a carne brasileira.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Fala-se muito no crescimento forçado do gado, através da ingestão de elementos químicos e até de hormônios. Muito se divulgou, no Brasil, durante certo tempo, que o consumo da carne bovina poderia estar provocando câncer, bem como outras enfermidades, anomalias orgânicas na criatura humana, desenvolvimentos glandulares amorfos, etc. Pergunto: essa carne importada pelo Brasil corre o risco de ser essa sobre a qual se formou uma verdadeira literatura de advertência, por causa dos ingredientes dados aos animais, para um crescimento maior?

O SR. FLÁVIO TELLES DE MENEZES — Nos Estados Unidos, certamente não, porque lá está proibida a utilização desses hormônios, havendo um rigor muito grande, em todos os setores de saúde pública, bem como no controle da qualidade do animal. Acredito que na que vem de lá, não.

Nos outros países nossos vizinhos não sei se existe a mesma qualidade de controle. Como esses produtos, infelizmente, continuam à venda no comércio mundial, embora proibidos pela maioria dos países, ninguém pode ter uma absoluta certeza, uma vez que não houve, quando da ocasião do abate, a inspeção, mesmo naquela carne guardada nos estoques da Comunidade Européia.

Abro um parêntese: Quando o Brasil exporta carne, ele é submetido ao controle dos importadores. Quando o Brasil exporta para Israel ou para o Iraque, existem equipes que vêm aqui fiscalizar a qualidade da carne no momento do abate. A fiscalização está permanentemente aberta. E o Brasil não teve essa oportunidade de fazer a fiscalização na carne congelada europeia, pela simples razão de que já estava abatida e colocada na câmara, quando a compramos. Acho que ninguém, em sã consciência, pode dizer que não existe esse risco, porque ninguém estava lá assistindo, ninguém fez testes, naquela ocasião. Acho que a possibilidade, mesmo que remota, existe.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Pergunto ao Sr., na condição de integrante da Sociedade Rural Brasileira, se o Brasil tem condições de fugir totalmente de uma política de importação de carne, dedicando-se ao consumo integral da carne produzida aqui mesmo, no Brasil.

O SR. FLÁVIO TELLES DE MENEZES — Acho, que tem. Se há um país no mundo, nobre Senador, que tem essa condição, é o Brasil; até vinha caminhando neste sentido, quando houve essa alteração súbita de política econômica, em 86. O Brasil tem condições de se tornar auto-suficiente em produção de carne bovina. Na realidade, ele já o era. Algumas importações que existiram eram, simplesmente, em forma de **draw-back**, apenas a utilização da capacidade de processamento industrial de indústrias brasileiras, que tinham mercado para a colocação de seus enlatados e não tinham carne suficiente. Utilizavam, então, a sua capacidade produtiva com carne comprada em países vizinhos. Mas para o abate normal, chegava e sobrava. Houve esse acidente — digamos assim — histórico, em 86 e início de 87, mas acho que o Brasil já está se recuperando. Acreditamos, inclusive, que pos-

sa ser recuperada, a partir de 88, a sua posição de crescimento, no mercado internacional, de produção e auto-abastecimento, bem como de participação efetiva, no mercado internacional de carnes, ao lado, por exemplo, da Austrália e da Argentina.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Esse desvio — chamaria assim — na política brasileira, ocasionou quais prejuízos, para a atividade nesse setor? A importação de carne provocou quais prejuízos, econômicos e financeiros — digamos — aos integrantes da Sociedade Rural Brasileira?

O SR. FLÁVIO TELLES DE MENEZES — Acho que dois tipos de prejuízo: o direto, o imediato, que foi a perda de uma parcela da renda gerada, produzida no ano de 86, em função do congelamento, da renda produzida no ano de 86, em função do congelamento de preços, que manteve os preços abaixo do custo de produção, portanto, quem produziu para vender na época em que estava congelado teve uma perda de preço, que varia de produtor a produtor, em função do seu custo, do que ele vendeu na ocasião, etc.

Mas, a principal perda acho que foi a solução de continuidade que houve na presença do Brasil nos mercados externos, a redução dos investimentos por setor, em longo ou médio prazo, foi um período em que a própria atividade pecuária passou a ser mal-vista no Brasil, havia uma situação muito negativa, em que produzir carne era tomada quase como uma atividade antinacional, alguma coisa contra o consumidor e, por causa disso, muitos capitais saíram do setor. Isso vai produzir efeitos a médio prazo, quer dizer que, no ano de 86/87, o retorno disso demorará três ou quatro anos, mas, certamente, aparecerá a redução na formação de pastagens, etc., a partir do segundo semestre.

O mais curioso, Senador, é que, logo no início do Plano Cruzado, foi talvez a atividade que mais acreditou no Plano, porque, no contexto de estabilidade monetária, no contexto de inflação baixa, de juros baixos, como foi o início do Plano Cruzado, a atividade produtiva é muito mais favorecida, do que a atividade financeira, por exemplo. Então, digamos, no período de março até agosto, setembro, houve uma verdadeira euforia no setor de pecuária; houve uma procura e aliás, o que levou a retenção de fêmeas foi justamente esse período inicial, em que o produtor valorizou a fêmea, havia mais procura para criatório, comprou-se muita sementeira para aumentar a produção de pastagens, etc. Depois, a fase posterior, a partir de julho, agosto, setembro e, à medida em que o tempo ia passando, ia piorando, foi a fase negativa que vai produzir sequelas, a médio prazo, no setor, com o descredito a que o setor foi lançado. Naquela situação, nas vésperas da eleição em 15 de novembro.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Para encerrar, eu gostaria de fazer uma pergunta. Esclareço que não sou entendido nesse setor. Pelas minhas perguntas, o Sr. deve estar notando que sou uma pessoa leiga.

Eu gostaria de saber se o gado de abate, existindo o gado de corte e o gado leiteiro, se há inicialmente algum prejuízo, quando se abate o gado leiteiro, ao invés do gado de corte; se há um prejuízo do mercado consumidor.

Segundo: se há raças especiais para um melhor abate, que facilite o consumo humano, faça o consumo humano mais saudável.

Terceiro: se o controle da qualidade da carne depende de um controle de uma determinada raça existente, de **pedigree**, essas coisas todas que existem em vários setores da criação animal.

Eu gostaria que V. Ex^e esclarecesse isso para mim.

O SR. FLÁVIO TELLES DE MENEZES — Pois não! Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que suas perguntas não são de quem não conhece; são de quem está interessado em desenvolver o setor.

A primeira é a seguinte: normalmente, quando se abate matrizes leiteiras, que têm já uma idade mais avançada, 7, 8, 10 anos, elas têm uma qualidade pior; são animais cuja idade levam à qualidade da carne pior; ela é mal-recebida pelo consumidor; são carnes de pior qualidade, mais escura, mais duras, de pior textura.

Em segundo lugar, o caminho da pecuária tem sido, nos países mais desenvolvidos, o do desenvolvimento de raça de dupla aptidão. São raças que podem fornecer leite e carne ao mesmo tempo. Quando os espaços vitais vão se tornando poucos, como é o caso da Europa, por exemplo, deixa de haver especialização de leite e carne e passa haver raças que servem para as duas coisas. No mundo, a raça de gado holandês é que tem predominado, mas também algumas outras raças que se prestam para essa finalidade, como por exemplo, o cimental na Alemanha. São raças que podem, ao mesmo tempo, produzir muito leite, mas, cujo novilho macho serve para ser abatido para carne; ele é precoce e dá uma carne de boa qualidade.

Nós, no Brasil, vamos demorar muito tempo para chegar neste estágio, porque temos uma condição de expandir ainda a pecuária de corte, com raças específicas, no caso brasileiro, as raças de origem zebuína e nelore, a principal delas, e, nas raças europeias, do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o hereford de angus. Essa ainda vai ser, durante muito tempo, a situação no Brasil.

E o terceiro ponto, que era sobre o desenvolvimento genético, o **pedigree**, é importante sim, acho que é fundamental, e um dos programas que, a nosso juízo, poderia ser desenvolvido pelos governos brasileiros, seria a substituição dos produtores, por exemplo, naqueles casos dos pequenos produtores que não podem arcar com o custo de um reprodutor de melhor qualidade, o Estado poderia fornecer, mediante troca, um reprodutor de boa qualidade em troca de um reprodutor ruim que ele está usando. Isso dá um excelente ganho de produtividade em pouco tempo, é um sistema que, aplicando em larga escala, provocaria um salto de eficiência produtiva na produção de carne no Brasil e que os governos estaduais, por exemplo, poderiam fazer sem um grande custo, mas com um grande retorno na produção a curto prazo nos Estados produtores.

O Governo do Paraná, na gestão da Secretaria de Agricultura do hoje Constituinte Paulo Pimentel, foi quem primeiro utilizou esse sistema de substituição de animal de má qualidade por um animal geneticamente superior, e o Paraná, hoje, é um bom produtor de carnes por causa disso.

O SR. CID. SABÓIA DE CARVALHO — Somente um detalhe. Pergunto: e isso reflete na qualidade da carne de consumo, ou é só no tamanho do animal?

O SR. FLÁVIO TELLES DE MENEZES — Não, é na qualidade da carne, porque a precocidade que isso traz produz uma carne de muito melhor qualidade, mais macia, menos gorda e até melhor para a saúde, também.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Por que essa carne? Não sabemos ainda sobre ela.

O SR. FLÁVIO TELLES DE MENEZES — Não sabemos.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Agradecemos a exposição do Dr. Flávio Telles de Menezes, pelos seus esclarecimentos e pela sua objetividade no depoimento.

Também comunicamos à Comissão que não iremos convocar outra reunião sem antes receber os materiais requisitados da Casa Civil da Presidência da República, para que o desempenho da Comissão seja mais objetivo e que ela parta já de posições que aquele inquérito, ou aquela Comissão especial alcançou.

Tenho procurado manter contato com o Ministro, não tenho conseguido em função das circunstâncias aqui do momento, mas possivelmente hoje à tarde a gente faça um comunicado especial, que vai sustar os trabalhos da Comissão até que este material seja oferecido à Comissão.

Agradecendo a todos os presentes dou por encerrada a reunião.

(Encerra-se a reunião às 12 horas)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Criada através da Resolução nº 41, de 1987, destinada a apurar irregularidades divulgadas no jornal "Folha de S. Paulo", na concorrência para implantação da Ferrovia Norte-Sul e analisar todos os aspectos da viabilidade sócio-econômica daquela ferrovia.

9ª REUNIÃO, REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 1987

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dez horas e trinta minutos, na sala da Comissão de Economia, presentes os Senhores Senadores João Menezes (Presidente), Leopoldo Perez, Affonso Camargo, Alexandre Costa, Mauro Borges, Pompeu de Souza, Dirceu Carneiro e Edison Lobão, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar as irregularidades divulgadas no Jornal "Folha de S. Paulo", na concorrência para implantação da Ferrovia Norte-Sul e analisar todos os aspectos da viabilidade sócio-econômica daquela ferrovia.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Ruy Bacelar, Mansueto de Lavor, Iram Saraiva e Olavo Pires.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da Comissão e informa aos Senhores Membros, recebimento de Ofício do Senhor Relator, comunicando da impossibilidade de submeter seu Relatório a apreciação da comissão na presente data.

Em seguida, o Senhor Presidente franquia a palavra aos Senhores Membros, a fim de que seja marcada uma nova data para apresentação do referido Relatório. Usaram da palavra, pela ordem, os Senhores Senadores Alexandre Costa, Affonso Camargo e Leopoldo Perez.

Finalizando, os Senhores Membros, decidem, por unanimidade, prorrogar até o dia seis de outubro próximo, o prazo para que o Senhor Relator apresente o Relatório Final à Comissão.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos da Comissão às dez horas e quarenta e cinco minutos e, para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Assessor da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

ANEXO À ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO N° 41, DE 1987, DESTINADA A APURAR IRREGULARIDADES DIVULGADAS NO JORNAL FOLHA DE S. PAULO, NA CONCORRÊNCIA PARA IMPLANTAÇÃO DA FERROVIA NORTE-SUL E ANALISAR TODOS OS ASPECTOS DA VIABILIDADE SÓCIO-ECONÔMICA DAQUELA FERROVIA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador João Menezes
Relator: Senador Mansueto de Lavor
(Integra do Apanhamento taquigráfico da reunião.)

O SR. PRESIDENTE (João Menezes) — Havia número regimental declarado aberto a reunião. Quero comunicar aos Srs. Membros que, como todos sabemos, esta Comissão foi criada para, em 60 dias, apurar as irregularidades divulgadas no jornal *A Folha de S. Paulo*, na concorrência para implantação da Ferrovia Norte-Sul e analisar todos os aspectos de viabilidade socio-econômico daquela ferrovia. A Comissão decorreu seus trabalhos dentro da normalidade e obtivemos todos os dados necessários. Foram tomados todos os depoimentos solicitados e apenas uma ou duas pessoas convidadas, indicadas por Senadores, deixaram de vir, apesar de nossa insistência. Prorrogamos, mas as referidas pessoas não puderam comparecer. Inclusive a Drª Isa Rondon, lembrada acho que pelo Senador Mauro Borges, apesar de toda a nossa insistência não pôde aqui comparecer mas mandou um relatório que foi entregue à Comissão. Todos os dados dos inquéritos administrativos foram entregues à Comissão e colocados à disposição dos Senadores e acho que até mandei distribuir uma guia para todos os Membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Foram feitas aqui disposições de toda a ordem. De modo que eu havia marcado para a reunião da nossa comissão o dia 23 próximo passado. Conversei com o Relator, Senador Mansueto de Lavor, que me disse que estava enfrentando uma série de dificuldades para fazer o parecer. Mas temos que acabar com esta Comissão para não acontecer como as demais que, segundo dizem, nunca chegam a seu fim. Mas a nossa vai chegar. De qualquer maneira, ela deverá chegar ao fim. Então, resolvi transferir do dia 23 para o dia de

hoje 29. S. Exª ficou satisfeito e disse: Está bem, muito embora ainda esteja querendo alguns dados; para o dia 29, está bem.

E ontem fui surpreendido com esta carta do Senador Mansueto de Lavor dizendo o seguinte:

"Prezado Presidente da CPI da Ferrovia Norte-Sul.

Venho comunicar a V. Exª a absoluta impossibilidade de submeter meu relatório amanhã ao colendo Plenário desta CPI, pelas razões que se seguem: até a presente data não me foram entregues as notas taquigráficas dos importantes depoimentos dos Srs. Ministros do Planejamento e dos Transportes.

Releve-se que isto se deve ao excesso de trabalho dos serviços taquigráficos desta Secretaria, cuja eficiência e presteza merece registro. Segundo: até o presente momento não me chegaram os documentos fundamentais solicitados, até a época da reunião, do Geipot, da Petrobrás e da procuradoria Geral da República.

Em vista desses fatores alheios a minha vontade, e considerando que meu compromisso maior é com a apresentação do relatório que será submetido à alta consideração de V. Exª e de todos os Membros desta CPI, espero que antes do término do prazo, que será no dia 16 de outubro, possa eu combinar com V. Exª uma nova data de apresentação, discussão e votação do relatório.

Fico grato pela sua compreensão subscrevo-me, atenciosamente.

Senador Mansueto de Lavor."

Fiquei realmente surpreso com este ofício que me foi entregue ontem, porque na conversa anterior que tive com S. Exª fiz uma prorrogação de uma semana para que desse o parecer, tempo que S. Exª julgou suficiente. Além do mais, S. Exª comete aqui um engano quando diz que o prazo é dia 16 de outubro. O prazo de S. Exª encerrou-se no dia 23, que foi o prazo marcado para apresentar o parecer, para o seu relatório: Dia 16 de outubro é para terminar o serviço da Comissão, não é o prazo do Relator.

S. Exª fala aqui nas notas taquigráficas dos depoimentos dos Ministros do Planejamento e dos Transportes, das quais não teve conhecimento a respeito. Realmente essas notas taquigráficas chegaram aqui na sexta-feira. Então, portanto, nesta Comissão desde sexta-feira passada, e S. Exª já poderia ter tomado conhecimento, muito embora tenha estado presente aqui durante os depoimentos. É nossa intenção realmente fechar esta Comissão.

Em face da alegação que S. Exª faz quanto a não ter lido os depoimentos do Ministro dos Transportes, pergunto se a Comissão concordaria em que se fizesse uma reunião ainda esta semana, pois creio que todos estarão presentes, tendo em vista os trabalhos da Constituinte. A reunião poderia ser marcada para sexta-feira à tarde, se os Srs. Membros concordarem.

O SR. AFFONSO CAMARGO — Sr. Presidente, penso que seria melhor reunirmo-nos na próxima terça-feira da semana que vem que é data normal, na sexta-feira à tarde é difícil, porque quase todos vão viajar.

O SR. PRESIDENTE (João Menezes) — Está bem, faremos então na próxima terça-feira, dia 6 de outubro, às 10 horas e 30 minutos; se, por acaso, o relatório não for apresentado, reservo-me o direito de substituir o relator, porque não vou deixar esta Comissão sem apresentar os resultados esperados, antes do encerramento do período legislativo. Acho que esta Comissão trabalhou muito, todos colaboraram, todos os Senadores se esforçaram trouxeram elementos, dicutiu-se aqui veementemente, havendo um entendimento quase que geral de procura de bons resultados para se esclarecer a verdade. Então, esta Comissão não vai ficar sem o resultado final, porque teremos apenas dia 6 para ser dado o relatório, se isso não ocorrer, nomearei um outro relator e creio mesmo que poderia indicar esse outro relator neste momento e assim faríamos uma outra reunião no dia 8.

O SR. AFFONSO CAMARGO — Sr. Presidente, se V. Ex^e me permite? Não se percebeu aqui, em nenhum momento, interesse de alguém em postergar o resultado. O próprio Relator também quer terminar. Acho que não vai ter problema, porque, segundo a informação dada pela secretaria, antes que V. Ex^e chegasse, somente ontem é que foi entregue a cópia.

O SR. PRESIDENTE (João Menezes) — Perdoe-me, mas foi entregue na sexta-feira.

O SR. AFFONSO CAMARGO — Mais só foi entregue ao Relator ontem. Então, é um fato concreto; são dois depoimentos da maior importância. Por isso, acredito que se V. Ex^e der esta semana, acho que ninguém tem interesse em postergar a decisão e poderemos terminar isso da melhor maneira como sempre, nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (João Menezes) — É o nosso interesse...

O SR. ALEXANDRE COSTA — Sr. Presidente, sugiro a V. Ex^e que solicite ao Sr. Relator que na terça-feira apresente seu relatório.

Será o último prazo.

O SR. PRESIDENTE (João Menezes) — Isso é que é preciso ficar determinado...

O SR. ALEXANDRE COSTA — A Comissão decidiu que terça-feira será o último prazo para apresentação do relatório.

O SR. PRESIDENTE (João Menezes) — É isso que quero que fique determinado, porque não é possível que esta Comissão, que foi criada debaixo da maior celeuma e todo mundo achou que ela não chegaria a seu fim, mas chegou; e nós que compomos a Comissão temos respon-

sabilidades e vamos entregar esse trabalho ao Senado para que ele vote isso no momento preciso. Então, nosso prazo está em cima. Vou marcar para o próximo dia 6 a reunião. Recebi ontem este ofício, ao qual responderei, dizendo ao Senador que a Comissão decidiu que o último prazo para a apresentação do relatório será dia 6, porque se S. Ex^e não trouxer terei que tomar outra providência...

O SR. ALEXANDRE COSTA — V. Ex^e não precisa dizer isso

O SR. PRESIDENTE (João Menezes) — Não vou dizer isso, mas estou fixando na Comissão. Já conversei pessoalmente com S. Ex^e, com quem tenho ótimo relacionamento, tanto que independentemente de ter a chancela da Comissão, a partir dessa conversa, prorroguei por mais uma semana: no dia 23 passei para o dia 29. E S. Ex^e ficou muito satisfeito.

Quis fazer esta reunião, hoje, porque achei importante ter a cobertura de toda a Comissão para tomar esta decisão, na certeza de que precisamos mostrar que as Comissões do Senado são criadas para chegar a um resultado final.

Agradeço a cooperação de V. Ex^e e faço um apelo para que, na terça-feira, às 10:30h, estejamos aqui para resolver o assunto.

Está encerrada a sessão.